

Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima

Betina Isabel Mochão Teixeira

Dissertação apresentada à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo para obtenção do Grau de Mestre em Marketing Turístico.

Trabalho efetuado sob a orientação da:

Professora Doutora Aida Maria Carvalho

Mirandela, dezembro de 2017

Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima

Betina Isabel Mochão Teixeira

Dissertação apresentada à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo para obtenção do Grau de Mestre em Marketing Turístico.

Trabalho efetuado sob a orientação da:

Professora Doutora Aida Maria Carvalho

Mirandela, dezembro de 2017

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha falecida avó, Conceição Alice, que foi uma mãe para mim, por todo o amor que me deu e por tudo que me ensinou na vida juntamente com o meu também já falecido avô, António Manuel Mochão, espero que continuem a ser as minhas estrelas guia e as minhas referências para a vida. Dedico também este trabalho, à Maria Gouveia (Mané), pelo apoio, carinho, amizade e companheirismo.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo principal propor a criação da Grande Rota Mariana de Trás-os-Montes - Fátima, a qual terá início junto à Sé Catedral de Bragança e terminará no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Pretende-se que a Grande Rota venha a ser o principal caminho que os peregrinos percorrem até ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. A «espinha dorsal» será entre as cidades de Bragança e Fátima, passando pelos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Meda, Trancoso, Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Oliveira do Hospital, Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Ansião, Alvaiázere e Ourém. A ligação dos restantes municípios pertencentes à Diocese de Bragança-Miranda, deverá ser efetuada através da criação de Pequenas Rotas de acesso à Grande Rota.

São objetivos específicos deste projeto de investigação a análise do estado da arte atual no contexto do turismo religioso, peregrinação, peregrino/turista religioso e devoção Mariana; compreender a importância do turismo religioso e da implementação de percursos pedestres para o desenvolvimento local e regional; identificar o itinerário percorrido atualmente e consequentemente propor um itinerário mais seguro para peregrinos e pedestrianistas.

Os objetivos do projeto são alcançados com recursos a dois níveis de análise: fontes primárias e secundárias. Nas fontes primárias optou-se pela realização de entrevistas por questionário realizadas aos guias-peregrinos e peregrinos que se deslocam a pé ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, tendo esta constituído a ferramenta utilizada na investigação empírica. Como fontes secundárias recorreu-se a bibliografia especializada acerca das temáticas da peregrinação, turismo religioso, peregrino e turista religioso, devoção mariana e pedestrianismo, bem como à identificação dos itinerários atuais e da proposta de Grande Rota com base em ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica que contribuíram como *apport* teórico deste projeto.

Palavras-chave: Turismo Religioso; Peregrinação; Devoção Mariana; Pedestrianismo.

Abstract

The main purpose of this study is to propose the creation of the Long Walking Trail Marian of Trás-os-Montes - Fátima, which will begin at the Cathedral of Bragança and end at the Shrine of Our Lady of the Rosary of Fátima. It is intended that the Long Walking Trail be the main route that pilgrims take to the Shrine of Our Lady of the Rosary of Fátima. The "backbone" will be between the cities of Bragança and Fátima, passing through the municipalities of Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Meda, Trancoso, Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Oliveira do Hospital, Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Ansião, Alvaiázere e Ourém. The connection of the remaining municipalities belonging to the Diocese of Bragança-Miranda should be made through the creation of Short Walking Trails of access to the Long Walking Trail.

Specific objectives of this research project are the analysis of the current state of the art in the context of religious tourism, pilgrimage, pilgrim/religious tourist and Marian devotion; understand the importance of religious tourism and the implementation of walking trails for local and regional development; identify the itinerary currently used and consequently propose a safer itinerary for pilgrims and pedestrianists.

The project objectives are achieved with resources at two levels of analysis: primary and secondary sources. In the primary sources we chose to conduct interviews to guides and pilgrims who walk on foot to the Shrine of Our Lady of the Rosary of Fátima, which was the tool used in the empirical investigation. As a secondary source it was used specialized bibliography on the themes of pilgrimage, religious tourism, pilgrim and religious tourist, Marian devotion and pedestrianism, as well as the identification of the current itineraries and the proposal of the Long Walking Trail based on Geographic Information Systems that contributed as a theoretical apportion of this project.

Keywords: Religious Tourism; Pilgrimage; Marian Devotion; Pedestrianism.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Aida Maria Oliveira Carvalho, pelo incentivo, amizade, disponibilidade e tempo dispensado para a realização deste projeto.

Agradeço à Mané o apoio, amizade, incentivo e todo o contributo que deu para a realização deste projeto. Agradeço à restante família e amigos pelo apoio e amizade.

Agradeço aos professores/as, funcionários/as e colegas da EsACT, o carinho, a amizade e o incentivo que sempre me deram, principalmente à Professora Doutora Inês Barbedo.

Agradeço ao Domingos Pires a amizade e o contributo que deu para a realização deste projeto.

Agradeço às minhas colegas do Posto de Turismo do Município de Mirandela, Ana Almeida e Leonor Sá, toda a ajuda e compreensão.

Agradeço a todos/as os guias-peregrinos e peregrinos de Fátima que se disponibilizaram a dar o seu testemunho, através de entrevista, sendo a sua colaboração fundamental para a elaboração deste projeto.

Obrigada!

Lista de Siglas

CNC - Centro Nacional de Cultura

CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal

DGT - Direção Geral do Território

ERA - European Ramblers Association

FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

GR - Grande Rota

INE - Instituto Nacional de Estatística

PR - Pequena Rota

RHPP - Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres

RNPP - Registo Nacional de Percursos Pedestres

SIG - Sistemas de Informação Geográfica

Índice

Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	xii
Introdução.....	1
Capítulo I - Revisão de Literatura: Turismo Religioso.....	3
1.1 Peregrinação	3
1.2 Turismo Religioso.....	5
1.3 Peregrino e Turista Religioso: ambiguidades	7
Capítulo II - Devoção Mariana.....	8
2.1. Devoção Mariana em Portugal.....	8
2.2 Santuários Marianos Portugueses	13
2.3 Santuário de Fátima	13
2.4 Devoção Mariana e Santuários Marianos em Trás-os-Montes.....	17
Capítulo III - Importância turística da implementação de percursos pedestres	21
3.1 Pedestrianismo.....	21
3.2 Percursos Pedestres Homologados.....	23
3.3 Caminhos de Fátima	29
Capítulo IV - Projeto de Implementação da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima....	36
4.1 Enquadramento geográfico	36
4.2 Diocese de Bragança-Miranda.....	37
4.3 Metodologia	38
4.3.1 Conceção da entrevista.....	40
4.3.2 Análise e discussão dos resultados	42
4.3.2.1 Género.....	42
4.3.2.2 Faixa etária.....	42
4.3.2.3 Estado civil	43
4.3.2.4 Nível de instrução.....	43
4.3.2.5 Profissão.....	44
4.3.2.6 Guias-peregrinos / Peregrinos	45
4.3.2.7 Número de peregrinações.....	45
4.3.2.8 Motivações para a peregrinação	45
4.3.2.9 Espírito do peregrino	46
4.3.2.10 Local de partida da peregrinação.....	47
4.3.2.11 Custo da viagem	48
4.3.2.12 Condições da caminhada / dificuldade	48
4.3.2.13 Condições do itinerário.....	50
4.4 Traçado atual do caminho Trás-os-Montes - Fátima	53

4.5 Proposta de Implementação da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima.....	62
4.5.1 Critérios de Implementação da Grande Rota.....	62
4.5.2 Proposta de itinerário da Grande Rota	64
4.5.3 Proposta de Pequena Rota de ligação à Grande Rota.....	73
4.5.4 Proposta de promoção da Grande Rota	75
Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação.....	77
Lista de Referências: Bibliografia.....	79
Lista de referências: Fontes cartográficas	87
Lista de Referências: Webgrafia	88
Apêndice 1: Guião de entrevista	91

Índice de Figuras

Figura 1: Pastorinhos de Fátima.....	11
Figura 2: Enquadramento geográfico.....	14
Figura 3: Santuário de Fátima.....	15
Figura 4: Aljustrel, Valinhos e Santuário de Fátima.....	16
Figura 5: Santuário de Fátima.....	17
Figuras 6 e 7: Visita da Imagem Peregrina.....	18
Figura 8: Santuários Marianos.....	20
Figuras 9 e 10: Marcas de percursos pedestres (Vale de Lobo e Cascais, Portugal).....	23
Figuras 11 e 12: Marcas de percursos pedestres (Parque Nacional de Picos de Europa, Espanha).....	24
Figuras 13 e 14: Marcas de percursos pedestres (França).....	24
Figuras 15 e 16: Marcas de percursos pedestres (Alemanha).....	24
Figuras 17 e 18: Rota Vicentina (Portugal).....	25
Figura 19: Marcas de Grande Rota.....	26
Figuras 20 e 21: Placas direcionais da GR 11 E9 “Caminho do Atlântico”.....	27
Figura 22: Marcas de Pequena Rota.....	27
Figura 23: Placas direcionais da PR2 MDL “Trilho de Vale de Lobo”.....	28
Figura 24: Grandes Rotas Transeuropeias.....	29
Figura 25: Mascote “Rotas”.....	30
Figura 26: Mapa das Rotas.....	31
Figura 27: Logotipo.....	32

Figura 28: Caminhos de Fátima.....	32
Figura 29: Marcas Caminhos de Fátima.....	33
Figuras 30 e 31: Virar à esquerda e caminho errado.....	34
Figuras 32 e 33: Virar à esquerda e seguir em frente.....	34
Figuras 34 e 35: Seguir em frente.....	34
Figura 36: Concelhos do distrito de Bragança.....	36
Figura 37: Símbolo da Diocese de Bragança-Miranda.....	37
Figura 38: Unidades pastorais da Diocese de Bragança-Miranda.....	38
Figura 39: Itinerário Bragança.....	54
Figura 40: Itinerário Carrazeda de Ansiães.....	55
Figura 41: Itinerário Macedo de Cavaleiros.....	56
Figura 42: Itinerário Miranda do Douro.....	57
Figura 43: Itinerário Mirandela.....	58
Figura 44: Itinerário Mogadouro.....	59
Figura 45: Itinerário Mogadouro.....	60
Figura 46: Itinerário Vila Flor.....	61
Figura 47: Ciclo de Deming.....	64
Figura 48: Bragança - Macedo de Cavaleiros - Torre de Moncorvo – Trancoso - Celorico da Beira - Seia - Miranda do Corvo - Fátima.....	66
Figura 49: Bragança - Macedo de Cavaleiros - Torre de Moncorvo - Trancoso -Celorico da Beira – Seia – Tábua – Fátima.....	66
Figura 50: Bragança - Macedo de Cavaleiros – Torre de Moncorvo – Trancoso – Celorico da Beira – Seia – Vila Nova de Poiares – Fátima.....	67
Figura 51: Bragança – Macedo de Cavaleiros – Torre de Moncorvo – Trancoso – Celorico da Beira – Seia – Condeixa-a-Nova – Fátima.....	67

Figuras 52 e 53: Peregrinos de Trás-os-Montes (Torre de Moncorvo).....	68
Figura 54: Proposta de itinerário da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima.....	69
Figura 55: Proposta de Pequena Rota Mariana de Mirandela.....	74

Índice de Tabelas

Tabela 1: Santuários Marianos na Diocese de Bragança-Miranda.....	18
Tabela 2: Estrutura da entrevista.....	41
Tabela 3: Género.....	42
Tabela 4: Idade.....	43
Tabela 5: Estado civil.....	43
Tabela 6: Nível de instrução.....	44
Tabela 7: Profissão.....	44
Tabela 8: Guias-peregrinos/peregrinos.....	45
Tabela 9: Número de peregrinações.....	45
Tabela 10: Motivações para a peregrinação.....	46
Tabela 11: Espírito do peregrino.....	47
Tabela 12: Local de partida da peregrinação.....	48
Tabela 13: Dificuldade da caminhada.....	49
Tabela 14: Itinerários atuais.....	64
Tabela 15: Proposta de Grande Rota.....	70
Tabela 16: Investimento para implementação.....	72

Introdução

No início do século XX desenrolaram-se na localidade de Fátima uma série de acontecimentos singulares, com difusão mundial, que transformaram o local num ponto de visita obrigatório de peregrinação, sendo, atualmente, o Santuário um dos maiores e mais importantes centros de peregrinação mariana do mundo. Entre os acontecimentos, destaca-se o fenómeno das Aparições de Nossa Senhora do Rosário de Fátima aos três Pastorinhos (Lúcia, Francisco e Jacinta). Este fenómeno fomentou o fervor da devoção herdada pelos portugueses desde o “berço da nação”, sendo Nossa Senhora, considerada, na fé católica, como Rainha e protetora de Portugal e, ainda, mãe de toda a humanidade. No longo novelo de cumplicidades da fé, a grande maioria dos portugueses encontrava na Virgem de Fátima resposta às diferentes inquietações, tornando-se o culto mais emblemático a nível nacional e, por isso, todos os anos, se deslocam a Fátima milhares de peregrinos oriundos de diversas localidades para cumprir as suas promessas, acompanhar familiares e amigos ou somente para viver essa experiência. É por esta razão que a preocupação com a segurança dos peregrinos que percorrem os Caminhos de Fátima tem vindo a crescer, sobretudo no que respeita à segurança da sua deslocação a pé. Todos os anos, partem de Trás-os-Montes, centenas de peregrinos que se deslocam a pé até ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima¹, sozinhos ou em grupo, percorrendo o itinerário mais longo do país, essencialmente, por estradas alcatroadas e muito utilizadas por veículos motorizados.

O presente estudo tem como objetivo principal propor a criação da Grande Rota Mariana entre Trás-os-Montes e Fátima, que terá início na cidade de Bragança e fim no Santuário de Fátima. Pretende-se que esta Grande Rota (GR) sirva de alternativa ao atual caminho que os peregrinos percorrem a pé até ao Santuário de Fátima, proporcionando-lhes segurança e, simultaneamente, promover os diferentes recursos endógenos.

A opção metodológica que está na base da investigação empírica é a abordagem qualitativa, com aplicação de uma entrevista por questionário dirigida aos principais atores da peregrinação: guias-peregrinos e peregrinos. Esta abordagem é complementada com recurso a fontes secundárias que nos auxiliam no *apport* teórico.

O trabalho tem duas vertentes distintas, uma mais relacionada com questões conceituais (capítulos I a III) e outra relacionada com um caso prático (capítulo IV). No Capítulo I far-se-á o enquadramento teórico através da pesquisa bibliográfica relacionada com a temática do turismo religioso, abordando conceitos como peregrinação, peregrino e turista religioso. No Capítulo II será efetuado um enquadramento teórico relacionado com a devoção Mariana em Portugal e, em particular, o fervor que se vive em Trás-os-Montes, identificando-se os principais Santuários Marianos como elemento identitário, não descorando a caracterização

¹ Daqui em diante designado por Santuário de Fátima.

especial do Santuário de Fátima. No Capítulo III explicar-se-á a importância da implementação de percursos pedestres, abordando-se as temáticas do pedestrianismo, dos Caminhos de Fátima e dos Percursos Pedestres Homologados enquanto produto turístico. No Capítulo IV será abordada, de forma conceptual, a implementação da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima, versando sobre os critérios teóricos de implementação de uma Grande Rota; na apresentação de um itinerário que se baseou na recolha e análise de informação obtida junto dos guias-peregrinos e peregrinos; na proposta de promoção da Grande Rota; bem como na apresentação de um exemplo de ligação de uma Pequena Rota à Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima. Por fim, são apresentadas as conclusões e os contributos, bem como as limitações ao estudo e as propostas de futuras linhas de investigação.

Capítulo I - Revisão de Literatura: Turismo Religioso

1.1 Peregrinação

Desde sempre que o Homem teve necessidade de se deslocar a locais sagrados em busca de um sentido para a vida e/ou para reforçar a sua fé. Não serão desprezíveis as manifestações artísticas do paleolítico como forma de mobilizar o Homem para as primeiras movimentações religiosas. Segundo Sousa e Pinheiro (2014) já na antiga Grécia eram os motivos relacionados com a fé que movimentavam as pessoas a cumprir promessas em lugares religiosos. Silva (2004) considera que a peregrinação ocupa um lugar de destaque no universo doutrinal e devocional do cristianismo, recordando-nos que, do nascimento até à morte, o homem é um peregrino sobre a terra. As peregrinações a pé a locais santos são “uma prática milenar largamente exercitada e ainda hoje muito em voga” e constitui o “acto de andar como atividade privilegiada de (re)ligação à sacralidade da natureza ou à própria divindade.” (Cuiça, 2015, p. 31).

No desígnio das peregrinações, a mais famosa peregrina que partiu de Portugal foi Isabel de Aragão, também conhecida como Rainha Santa Isabel, tendo peregrinado a Santigado de Compostela duas vezes: a primeira vez, no ano de 1325, seis meses após a morte de D. Dinis, acompanhada de um séquito real; a segunda, no ano de 1335, tentou uma abordagem mais modesta e um certo anonimato e os relatos contam que fez todo o percurso a pé. Muitos monarcas embora não tenham peregrinado a Santiago, contribuíram para a peregrinação com doações para mosteiros, hospitais e albergarias que cuidavam dos peregrinos no Caminho, já que a peregrinação era muito intensa no final da Idade Média, nomeadamente nas localidades de Penajóia (Lamego), Canavezes, Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima, Guimarães e Chaves.

Construídas de forma gradual e consistentes, a partir do Concílio de Trento, o papado atento à capacidade de mobilização da Virgem, fez sucessivos apelos às autoridades eclesiásticas para colaborarem na divulgação das devoções, valorizando os cultos, não obstante, os caminhos estavam imanados de relatos lendários, perigos, riscos e situações imprevistas que foram sendo projetadas e reconstruídas na tradição oral, passando por toda a sorte de testemunhos e interpretações mais ou menos impostos ou autorizados pelos regimes políticos e/ou religiosos vigentes como descreveu Garrett acerca dos caminhos a Santiago de Compostela: “Sant’iago da Galiza,/Longe fica o vosso altar:/ Peregrino que lá chegue,/ Não sabe se há-de voltar” (Garrett, 1963, p. 1887). O medo e a ausência de outras versões levavam o peregrino a procurar os melhores caminhos que teria de atravessar. Neste quadro, em que o medo e a soturnidade coexistiam com a superstição e as lendas, a Igreja mais não fez do que acionar várias manobras visando demover os fiéis de Espanha,

apelando aos párocos para afastarem os devotos de fazerem a peregrinação à Galiza, alegando que “já quase nada do que era espanhol tinha boa fama” (Cunha, 2006, p. 15). Neste contexto, foi oportuno propor aos cónegos um novo modelo de peregrinação em que “as romarias a Compostela e à Senhora de Guadalupe deviam ser comutadas pelas da Senhora da Lapa ou de São Gonçalo” (*Idem*). Esta asserção é, de facto, muito pertinente, pois deixa antever rivalidades com Compostela e a intenção de diminuir o ímpeto das peregrinações galegas, retirando-lhe o aval, promovendo os cultos locais, dando mais visibilidade ao culto da Senhora da Lapa, não obstante, da persistência da peregrinação até aos nossos dias. Subsistem na região de Trás-os-Montes algumas lendas populares, de teor faccioso, defendendo que: *quem não for em peregrinação a Santiago de Compostela em vida, irá depois de morto, como alma penada*. A estes ditos, há que acrescentar os movimentos “de almocreves, jograis e trovadores, que tiveram sempre um papel relevante como agentes difusores de memória cultural” (Parafita, 2006, p. 35).

Sendo inquestionavelmente extraordinários os fluxos das peregrinações, a orientação da política devocional era uma das responsabilidades dos homens da cadeira primacial que tinham o poder de criar o fluxo devocional como aconteceu em Santiago de Compostela ou, mais recentemente, em Fátima ou, até mesmo, a Nossa Senhora do Sameiro (Braga), engrandecendo-o, ativando uma estratégia promocional destes locais. Muito divulgados ou valorizados internamente, estes fenómenos arrastam milhões de peregrinos que se deslocam todos os anos a centros religiosos, como por exemplo: Vaticano (Itália), Meca (Arábia Saudita), Santiago de Compostela (Espanha), Jerusalém (Israel), Allahabad (Índia) e Fátima (Portugal), tendo-se deslocado a este último, em 2016, mais de quatro milhões de pessoas provenientes de Portugal e de diversos países estrangeiros, sobretudo de Espanha, Itália e Polónia. Quanto ao Caminho de Santiago, o Parlamento Europeu declarou-o como o primeiro Itinerário Cultural Europeu, em 1987, tendo sido declarado, pela UNESCO, como Património da Humanidade, na Espanha, em 1993 e na França no ano de 1998. A peregrinação a Santiago transformou-se assim num acontecimento religioso e cultural. Este sucesso radica na política religiosa seguida pela Igreja, sendo a temática das peregrinações, nacionais e internacionais, objeto de estudo de vários autores, destacando-se: Nolan e Nolan (1992), Ostrowski (2002), Silva (2004), Santos (2006), Parellada (2009), Dias (2010), Cánoves (2011), Carvalho (2011) Serrallonga e Hakobyan (2011), Silva (2011), Vilas Boas (2012), Sousa e Pinheiro, (2014), Cuiça (2015), entre outros cujo resultado dos estudos, ensaios e reflexões, constituem um axial repositório sobre o tema.

Ostrowski (2002) defende que uma peregrinação é uma viagem com destino a um lugar sagrado, cuja principal motivação está relacionada com a prática de atos religiosos de penitência ou de devoção, no entanto, à peregrinação também se podem associar outras motivações, tais como, viajar por diversão, em que a visita consiste na presença no local sagrado ou simplesmente para passear. Vilas Boas (2012) e Cánoves (2011) são da mesma

opinião no que respeita à definição de peregrinação, enquanto viagem que se efetua para chegar a um lugar sagrado, no entanto, Canóves (2011), refere apenas como motivação as razões religiosas. De acordo com Dias (2010), as peregrinações praticam-se, sobretudo para satisfação de necessidades espirituais e segundo Carvalho (2011) distinguem-se de outro tipo de viagem pelo seu caráter devocional. Sem paradoxo aparente, a peregrinação é um fenómeno cada vez mais complexo, que envolve várias dimensões desde a religiosa à cultural ou ambiental que acresce valores e congrega devoção e conhecimento por fórmulas inexplicáveis e com indicadores de desempenho invisíveis. Ao longo de uma peregrinação, cada peregrino realiza atos religiosos de penitência e de oração e como referem as autoras Serrallonga e Hakobyan (2011), estas práticas são elementos imprescindíveis durante a caminhada e sobretudo perto da chegada ao local sagrado. Parellada (2009), defende que a peregrinação é um ato de sacralização que faz deslocar as pessoas a um local religioso em determinadas datas fixas para aí participar nos rituais sagrados. Estes aglomerados e ajuntamento de pessoas têm impactes diretos no território, verificados através do consumo efetuado pelos peregrinos ao longo da caminhada, como por exemplo despesas de alojamento, alimentação e/ou compra de recordações (Sousa & Pinheiro, 2014).

1.2 Turismo Religioso

A religião é um fenómeno social que está introduzido nos discursos políticos, económicos e sociais, dando aos crentes um sentido à sua vida e encontrando uma explicação para a origem do universo. As práticas religiosas são conhecidas desde a pré-história, considerando-se o sepultamento como sendo o indício mais antigo do ímpeto das movimentações dos fiéis, fomentando *quijá* laços de pertença à comunidade religiosa. No espectro religioso, existem, em todo o mundo, muitas religiões, politeístas e monoteístas, tais como: o judaísmo, o budismo, o hinduísmo, o islamismo e o cristianismo que, embora distintas têm em comum a crença de que os Deuses e as Divindades podem favorecer ou prejudicar a humanidade, influenciando diretamente as vidas dos seus súbditos numa lógica de interdependência, pois quanto maior é a influência da religião sobre as pessoas mais necessidade as pessoas têm da religião. É, talvez, nessa correlação e movimentação de fé, que se praticam diversos atos religiosos e se constroem imponentes monumentos, tais como: santuários, templos, conventos, mosteiros, basílicas, mesquitas, catedrais, igrejas, capelas e ermidas, fomentando as deslocações, não obstante, existe em concomitância uma grande quantidade de pessoas que visitam esses locais ou participam em celebrações religiosas pelas mais diversas motivações Carvalho (2013), dando origem a fenómenos turísticos.

O turismo religioso é uma tipologia de turismo que tem vindo a ser estudada ao longo de vários anos por diversas áreas do saber (teologia, etnografia, antropologia, sociologia, geografia, economia, entre outras) numa tentativa de definição do conceito. Conscientes da ambiguidade do tema, diversos autores sob os mais variados contextos temporais e espaciais como, por exemplo: Vieira (2000), Ostrowski (2002), Santos (2006) Sarasa e Espejo (2006), Silveira (2007), Parellada (2009), Dias (2010), Aragão e Macedo (2011), Cánoves (2011), Serrallonga e Hakobyan (2011), Vilas Boas (2012), Fernández (2012), Perilla e Tobon (2013), entre outros, tentaram uma definição. Apesar do seu pluralismo, há, no entanto, algo de perfeitamente comum entre os diversos autores: o mote da deslocação, a preservação do modo de viver, a defesa da liberdade individual e uma dimensão existencial social humana. O turismo religioso ganha expressão como a primeira prática social que consiste em visitar lugares sagrados que envolve vários interlocutores que segundo Silveira (2007) são a igreja católica, os pastores evangélicos, os governos, as comunidades locais, os peregrinos e os turistas. Embora a definição não seja isenta de equívocos e ambiguidades Santos (2006) reforça a tónica da deslocação cuja motivação é religiosa, combinando com outro tipo de motivações, tendo por destino um lugar religioso. Esta dualidade – cultural e religiosa – tem procurado identificar duas dimensões do fenómeno sem procurar clivagens, antes agregar dimensões consoante a natureza dos seus contributos. Por influência dos contextos atuais, Aragão e Macedo (2011) indicam que o turismo religioso é um segmento do turismo cultural que compreende a visita a locais, santuários e igrejas de qualquer religião que, para além do sentido religioso, contribuem também para o conhecimento e a valorização cultural, estimulando a deslocação de peregrinos em busca de conforto espiritual. Seguindo a mesma linha de pensamento Cánoves (2011) defende que o turismo religioso corresponde ao turismo cultural, pois coexistem bens patrimoniais tangíveis, tais como um santuário e intangíveis, como por exemplo, as tradições e as memórias culturais que dão sentido à visita cultural do turista. A combinação da vertente cultural e religiosa ganha terreno, deixando marcas duráveis, encontrando soluções no discurso, reconciliando objetivos e determinando a correlação entre os aspetos culturais e os religiosos das comunidades.

Para Sousa e Pinheiro (2014) o turismo religioso é sustentável pois cada vez há mais procura e no seguimento desta afirmação, Fernández e Sarasa & Espejo (citados em Perilla & Tobon, 2013), consideram que o turismo religioso é uma forma de dinamizar a economia, pois gera emprego e é uma fonte de recursos que permite conservar e preservar o património material e imaterial dos lugares de culto. Contudo, Santos (2006), alerta para o facto de o turismo religioso não poder ser considerado como uma atividade meramente comercial, “visto que abrange uma componente espiritual que a própria hierarquia eclesiástica acolhe e apoia.” (Santos, 2006, p. 255). Assim, pode concluir-se que o turismo religioso é considerado um segmento do turismo com múltiplas dimensões, desde o social,

o cultural e o económico que permitem a interação entre os vários atores locais, os visitantes e a Igreja, fomentando relações humanas, convivência e dinâmica de grupo sendo o enfoque as deslocações a locais mais ou menos de índole religioso.

1.3 Peregrino e Turista Religioso: ambiguidades

O termo “peregrino” surgiu da palavra latina *peregrinus*, a qual se refere à pessoa que viaja por países estrangeiros, fora da sua residência e longe de casa (Torre, Fernández & Naranjo, 2010). Segundo Santos (2006) o peregrino é um devoto de um determinado santo ou de uma invocação mariana ou de um qualquer lugar sagrado, enquanto, o turista religioso é, por sua vez, um visitante de um lugar sagrado. Nesta senda, o turista religioso é aquele que realiza atividades de recreação e religiosas tendo motivos sagrados e/ou profanos, por contraste ao peregrino que realiza atividades com caráter religioso e tem motivações essencialmente religiosas. De acordo com Sousa e Pinheiro (2014) o peregrino é aquele que se desloca a um local sagrado, motivado pela fé, com o objetivo de cumprir uma promessa enquanto o turista religioso é motivado por diversas atrações turísticas. Vilas Boas (2012) distingue peregrino de turista religioso através da associação ao ato de peregrinar, isto é, para o peregrino a deslocação está relacionada com a aproximação ao sagrado, enquanto a deslocação para o turista religioso é um meio onde adquire novas experiências. Contrapondo estas afirmações, Dias (2010) refere que o peregrino é um turista que nos seus momentos de lazer procura a fé; Carvalho (2011) apoia esta definição afirmando que os conceitos de peregrino e turista religioso podem ser compatíveis e Prazeres (2014) confirma esta definição defendendo que quer o peregrino, quer o turista religioso têm ambos motivações religiosas.

A maioria dos peregrinos “andam a pé por obrigação (por exemplo, pagar uma promessa), por vezes uma única vez na vida, e não como atividade exercida de forma continuada por simples prazer ou lazer.” (Cuiça, 2015, p. 32). Curiosamente, o mesmo autor refere que está a crescer o número de pedestrianistas que percorre percursos de peregrinação sendo, por isso, fundamental a existência de percursos devidamente seguros e homologados.

Capítulo II - Devoção Mariana

2.1. Devoção Mariana em Portugal

O culto à Virgem Maria existe praticamente desde que se começou a prestar culto a Jesus Cristo (Duarte, 2014). Maria foi declarada “Mãe de Deus” no Concílio de Éfeso, no ano de 431 (século V), momento em que, segundo Carvalho (2013), foi colocada no centro da cristandade, proporcionando a sua progressiva adoração através de cultos e orações. A oração “Avé Maria”, conhecida na época medieval como “Saudação Angélica”, tornou-se conhecida a partir do século XIII, sendo, atualmente, a oração mariana mais conhecida em todo o mundo. Segundo Costa (1957), durante a Idade Média, a fé era vivida de forma intensa sendo a confiança, com a Virgem, ilimitada, pois Ela era a ligação de Deus com os Homens. Nesta época fixaram-se datas de festas no calendário litúrgico, foram criados hinos, construídas catedrais, igrejas e capelas, tudo em honra de Maria, “acentuou-se o fenómeno das aparições e multiplicaram-se os milagres e Cantigas de Santa Maria.” (Dias, 1987, p. 228). Em consonância com o referido, Costa (1957), afirma que neste período da história, foram erigidos muitos templos cuja padroeira era a Virgem Maria e até ao final do século XV contabilizaram-se mais de mil. Inspiradora, a Virgem elevada de sacralidade era a padroeira das necessidades diárias, condicionando o espírito, as tradições, o imaginário e a etnografia do povo, relacionando-se com a teologia, com a geografia, com a toponímia, com a caridade, com os milagres, com o sucesso e/ou amparo do «dia-a-dia dos devotos» (Marks, 2004, p. 121). De acordo com o Censo da População do Reino de Portugal de 1890, existiam 1032 freguesias dedicadas a Nossa Senhora, correspondendo a um total de 27,62% do conjunto das freguesias do país. A Virgem pode ser invocada sob variadas designações, mas a devoção que se lhe presta é, no essencial, a mesma. A religião é, em cada tempo, um reflexo desse tempo, mostrando a tradição cultural de um território e/ou de um povo, atestando e diferenciando sempre as particularidades de cada sociedade. Desde há muito que o povo português adotou o nome de Nossa Senhora a “freguesias e cidades, serras e montes/campos e vales, cobrindo a paisagem portuguesa de norte a sul, do interior montanhês à orla marítima.” (Dias, 1987, p. 236); em nomes próprios como por exemplo: Maria do Rosário, Maria de Jesus, Maria do Carmo; e em invocações, tais como, “Valha-me Nossa Senhora”; entre outros, denotando a afinidade religiosa do povo português com a Virgem Maria. A devoção mariana em Portugal é um facto que se encontra presente no quotidiano dos portugueses desde o “berço da nação”. D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, considerava que Santa Maria “não era só rainha do céu mas também do novo reino que ele fundava.” (Costa, 1957, p. 17), tendo nomeado Santa Maria de Braga para padroeira e rainha de Portugal. A devoção mariana voltou a consolidar-se no momento de Interregno, quando se deu a Crise de 1383-1385 que teve início com a morte do rei D. Fernando e a proclamação de D. João I de Castela como rei de Portugal, já que este era o

marido de D. Beatriz, única filha de D. Fernando. Em 1385, a Crise termina com a eleição, em abril, de Mestre de Aviz para rei de Portugal e, passados dois meses, no dia 15 de agosto, com a vitória na batalha de Aljubarrota, na qual o exército castelhano foi derrotado pelo exército português comandado por D. Nuno Álvares Pereira. Na sequência desta vitória, D. Nuno Álvares Pereira mandou construir a igreja de Nossa Senhora do Castelo, em Vila Viçosa onde colocou a imagem de Nossa Senhora da Conceição que mandou vir de Inglaterra, efetivando a sua devoção a Maria. Como referem Aguiã e Saint-Laurent (1996), com esta ação, Vila Viçosa vai estar sempre ligada com a Casa de Bragança, cujo fundador foi D. Nuno Álvares Pereira.

Ao longo dos séculos XVI a XVIII, verificou-se uma sequência de acontecimentos históricos que enaltecem o culto à Virgem Maria. Entre 1545 e 1563, quando decorreu o Concílio de Trento, a Virgem Maria tornou-se o epicentro da cultura visual sendo representada conforme a sensibilidade e/ou cultura de cada momento ou grupo. O culto a Maria obteve o seu maior impulso, “generalizando-se o culto à Virgem Maria, vulgarmente designado como culto mariano.” (Carvalho, 2013, p. 127). Com a ascensão do protestantismo, houve uma reação por parte dos católicos que originou o aumento de práticas de culto a Nossa Senhora e a criação de mais festas a Ela dedicadas. Para além disso, segundo Dias (1987), em 1606, o Papa Clemente VIII instituiu a coroação de imagens de Maria e proclamou-a rainha de Portugal, Espanha e França. Mais tarde, no Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, a vinte e cinco de março de 1646, após a Restauração da Independência de Portugal face ao domínio castelhano, o rei D. João IV, Duque de Bragança “declarou solenemente que tomava a Virgem Nossa Senhora da Conceição como padroeira do Reino e de todos os seus domínios” (Trigueiros, 2014, p. 45), coroando a Sua imagem. A partir desse momento, os monarcas da Dinastia de Bragança deixaram de usar a coroa real. Por curiosidade e afirmação da Sua importância, o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, recebeu a visita do Papa João Paulo II, a catorze de maio de 1982, aquando da sua primeira visita a Portugal. Existem, também, vários cânticos litúrgicos dedicados a Nossa Senhora, através dos quais se corrobora a sua invocação como padroeira de Portugal e dos portugueses, como por exemplo, “Salvé, Nobre Padroeira”: “Salvé, nobre Padroeira, | do povo teu protegido, | entre todos escolhido | para povo do Senhor. | Ó glória da nossa terra, | que tens salvado mil vezes, | enquanto houver portugueses, | tu serás o seu amor!” (Soares, 1996, p. 343).

Outros exemplos de cânticos, com invocação de Maria enquanto padroeira de Portugal, são os seguintes: “Ó rainha e Padroeira”, “Uma Prece Final”, “Senhora, Nós vos Louvamos”, “Senhora Nossa”, “Sobre os Braços da Azinheira”, “Senhora, um dia desceste”, “Salve Rainha Imaculada”, “Salve, Salve Rainha Imaculada”.

As venerações acompanham os movimentos históricos tendo nos séculos XIX e XX, a devoção mariana atingido o seu auge, pois “Retomou e aumentou as anteriores devoções

a Nossa Senhora e respectivas invocações” (Dias, 1987, p. 229) tendo sido definidos os meses de Maria e do Rosário. Neste período, foram renovadas as confrarias do Rosário e acrescentaram-se mais festas ao calendário litúrgico, tais como a do Imaculado Coração de Maria, a de Maria Auxiliadora, a de Maria Medianeira de todas as Graças e a da Maternidade Divina de Maria (Dias, 1987). Porém, o trunfo da devoção consagrou-se a seis de fevereiro de 1818 com D. João VI, quando fundou a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, como forma de agradecimento à resistência às invasões francesas. Crê-se que este gesto monárquico se refletiu no fortalecimento da devoção mariana do povo português. Mais tarde, a oito de dezembro de 1854, foi definido o dogma da Imaculada Conceição, pelo Papa Pio IX, que referia que a Virgem Maria era *cheia de graça divina e viveu sem mancha de pecado*. Aguiã e Saint-Laurent, 1996, referiram que “Grande foi, em todo o mundo cristão, o impacto deste gesto do Papa.” (Aguiã e Saint-Laurent, 1996, p. 30). Consequentemente, foram construídos, em todo o mundo, vários monumentos, incluindo o Santuário do Sameiro em Portugal, onde figura uma imagem da Imaculada Conceição, vinda de Roma, benzida pelo Papa Pio IX.

Os movimentos religiosos são, muitas vezes, influenciados pelos tumultos políticos. No ano de 1910, deu-se a queda da monarquia e instaurou-se a república e Portugal mergulhou numa situação política e social conturbada, uma vez que “os primeiros anos da I República foram marcados pela instabilidade de sucessivos governos, golpes de estado, tentativas de ditaduras, greves, divisões e lutas civis” (Luís Ferraz, 2012, p. 16), tendo o governo aprovado várias leis anticlericais que conduziram à separação da Igreja com o Estado. Esta legislação provocou fricções entre Portugal e o Vaticano. Com a Primeira Grande Guerra Mundial, na qual Portugal esteve envolvido, agravaram-se as condições de vida da população e o isolamento e atraso sociocultural promoveram um forte sentimento de união e solidariedade entre o povo, preservando muito dos arquétipos da cultura popular que têm a memória oral como veículo de transmissão intergeracional, especialmente no que concerne ao universo religioso e imaginário. Neste quadro socioeducativo coexistia a afoiteza com a superstição, impondo-se facilmente os equívocos entre o real e o fantástico, conduzindo à aceitação de todo um elenco estereotipado para a consolidação de lendas e milagres. Esta circunstância é mais evidente quando existem, ou se acredita existirem, elementos físicos, simbólicos e/ou espirituais que ligam o espaço terreno às respetivas divindades, ou seja, locais onde tenham acontecido milagres e/ou se conservem túmulos de santos ou relíquias relevantes. É neste contexto político e social que surgiram as Aparições em Fátima aos Três Pastorinhos: Lúcia de Jesus, Francisco Marto e Jacinta Marto (figura 1).



Figura 1. Pastorinhos de Fátima.

Fonte: Maria Gouveia, Aljustrel-Fátima, 2017.

Ainda que neste campo os estudos sejam dispersos, é certo que a divulgação de uma aparição causava uma profunda agitação na psique humana, funcionando a dois níveis: ora atraindo os devotos/crentes para promessa, oração e devoção; ora estimulando os visitantes que por curiosidade queriam ver de perto o local da ocorrência das Aparições². Com a difusão das Aparições de Nossa Senhora do Rosário de Fátima aos Pastorinhos, Fátima transformou-se num local obrigatório de peregrinação, quer para peregrinos portugueses, quer para peregrinos estrangeiros, sendo hoje o Santuário de Fátima um dos maiores e mais importante centros de peregrinação mariana do mundo. Nossa Senhora de Fátima continua a ser considerada como a protetora e mãe de todos os Homens e de todos os Povos, bem como Rainha de Portugal, cognome que conserva.

No ano de 1918, o Presidente da República, Sidónio Pais, alterou as leis anticlericais aprovadas em 1911 e dez anos mais tarde, o Papa Bento XV, em 1921, declara que as convenções aprovadas após a implantação da República, já não se encontravam em vigor.

² As Aparições de Fátima, ocorreram entre maio de 1916 e outubro de 1917, que segundo Leite (1992) têm a seguinte ordem cronológica: primavera de 1916 (primeira Aparição do Anjo - da Paz, Loca do Cabeço, em Valinhos); verão de 1916 (segunda Aparição do Anjo - de Portugal, Poço do Amieiro, no quintal da casa de Lúcia, em Aljustrel); setembro/outubro de 1916 (terceira Aparição do Anjo - da Eucaristia, Loca do Cabeço, em Valinhos); 13 de maio, 13 de junho e 13 de julho de 1917 (primeira, segunda e terceira aparições - Aparição de Nossa Senhora, na Cova da Iria); 19 de agosto de 1917 (quarta Aparição de Nossa Senhora, em Valinhos); e 13 de setembro e 13 de outubro de 1917 (quinta e sexta aparições - Aparição de Nossa Senhora, na Cova da Iria). Segundo o mesmo autor, na última Aparição, ocorrida a 13 de outubro de 1917, na Cova da Iria, Nossa Senhora desceu sobre a Azinheira e disse ser a Senhora do Rosário, pedindo que se fizesse ali uma capela em Sua Honra. Esta Aparição foi testemunhada por uma multidão que se deslocou à Cova da Iria para assistir ao Milagre do Sol.

Consequentemente, em 1923, o Vaticano reconhece a República Portuguesa como Católica. Mais tarde, durante a vigência da ditadura militar (1926-1974), em 1929, as ordens religiosas, expulsas durante a I República, tiveram permissão para regressar a Portugal, sendo, novamente, melhoradas as relações entre o Estado e a Igreja Católica. No ano de 1940, a boa relação entre o cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, que dirigia a Igreja Católica Portuguesa, com o primeiro-ministro António de Oliveira Salazar, criaram as condições para que, a sete de maio, se assinasse a Concordata, no Vaticano, durante a vigência da liderança do Presidente da República Portuguesa, Óscar Carmona e Sua Santidade o Sumo Pontífice Pio XII. Este acordo celebrado entre a Santa Sé e o Estado Português contribuiu para reforçar os laços históricos e consolidar a atividade da Igreja Católica em Portugal, por exemplo, através da consagração do Imaculado Coração de Maria ao Mundo, a 13 de maio de 1942, realizada pelo Papa Pio XII; as boas relações continuaram e em 1946, foi coroada a imagem de Nossa Senhora de Fátima, na capelinha das Aparições; a proclamação, em 1964, de Nossa Senhora Mãe da Igreja, pelo Papa João Paulo VI; e no ano seguinte, em 1965, a entrega da Rosa de Ouro ao Santuário de Fátima. Em virtude das transformações que se verificaram no país, desde 1940, atualmente vigora a Concordata assinada a 18 de maio de 2004, entre a República Portuguesa e a Santa Sé³.

Apesar destas ligações, Portugal é oficialmente um estado laico, consagrando no artigo 41º da Constituição da República Portuguesa a liberdade de religião e de culto. Contudo, de acordo com as estatísticas dos Censos 2011, o povo português é maioritariamente católico, verificando-se o reconhecimento dos domingos como dias Santos de Guarda e a existência de alguns dias Santos religiosos com invocação a Nossa Senhora, como por exemplo, o dia quinze de agosto que é o Dia da Senhora da Assunção ou o dia oito de dezembro que é o Dia da Imaculada Conceição, o que demonstra que a religião está intrinsecamente ligada à vida quotidiana do povo português.

³ Os cinquenta anos das Aparições de Nossa Senhora em Fátima (1967) contaram com a presença do Papa Paulo VI e as comemorações dos cem anos de Aparições (2017) foram presididas pelo Papa Francisco, que viajou como peregrino de Maria, seguindo o lema “Com Maria, peregrino na esperança e na paz”, tendo canonizado Francisco e Jacinta Marto. No ano de 2013, a pedido do Papa Francisco, a imagem de Nossa Senhora de Fátima foi levada para Roma para estar presente nas cerimónias de consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria. Em 1982, o Papa João Paulo II peregrina a Fátima para agradecer a Nossa Senhora o facto de ter sobrevivido ao atentado de que foi alvo no ano anterior, regressando novamente em 1991 e, mais tarde, em 2000, para beatificar os pastorinhos, Francisco e Jacinta Marto. Em 2010, Fátima recebe a visita do Papa Bento XVI.

Tal com dizia o Papa João Paulo II, “«há alguns lugares, nos quais os homens sentem particularmente a presença da Mãe. Não raro estes locais irradiam amplamente a sua luz e atraem a si gente de longe. (...) Estes lugares são os santuários marianos»». (Diocese de Bragança-Miranda, 2016, p. 36).

2.2 Santuários Marianos Portugueses

Um Santuário é um espaço consagrado pela religião de difícil definição. Alguns refletem a monumentalidade de grandes espaços, locais imponentes e com grande afluência de peregrinos/visitantes, enquanto outros são mais pequenos e singelos. Christian (citado em Dias, 1987), refere que os santuários são locais onde há a transformação de energia divina em benefício da utilização humana e, também, há transformação de energia humana para fins divinos. Em conformidade com esta afirmação, Silva (2004), referiu que nas mitologias babilónicas alguns santuários eram reconhecidos como locais onde se fazia a ligação entre o Céu e a Terra, janelas que permitem a comunicação “onde os peregrinos buscam uma certa quietude interior, um equilíbrio espiritual (psicológico) necessário para enfrentar com êxito os desafios do quotidiano.” (Almeida, 2013, p. 62).

De acordo com Silva (2011), “existem em Portugal trezentos e vinte e um santuários cristãos, dos quais cento e sessenta e oito consagram a sua devoção a Maria.” (Silva, 2011, p. 5), correspondendo a mais de 50% dos santuários existentes em Portugal. Estes dados reiteram as análises anteriores reforçando a perspectiva de que o culto mariano tem uma grande importância no nosso país, existindo importantes santuários marianos, dos quais se referem os que fazem parte da Rota dos Santuários Marianos promovida pelo Turismo de Portugal, IP: Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, em Braga; Santuário de Nossa Senhora da Abadia, em Santa Maria do Bouro; Santuário de Nossa Senhora da Penha, em Guimarães; Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego; Santuário de Fátima, na Cova da Iria (Fátima, Ourém); Santuário de Nossa Senhora do Cabo, no Cabo Espichel (Sesimbra); Santuário de Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo e Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa. Dos santuários referidos, destaca-se como principal o de Fátima, considerado segundo vários autores, como por exemplo, Carvalho (2016), como o “centro espiritual do mundo” e/ou o “Altar do mundo”, evidenciando a sua importância espiritual não só para o povo português como para todos os povos do mundo. No ponto seguinte serão abordadas as principais características deste Santuário.

2.3 Santuário de Fátima

O Santuário de Fátima localiza-se na cidade de Fátima, concelho de Ourém, distrito de Santarém, a nordeste das serras D´Aire e Candeeiros, bem no centro de Portugal (figura 2) e pertence à Diocese de Leiria-Fátima.



Figura 2. Enquadramento geográfico.

Fonte: CAOP, DGT, 2016.

Os principais acessos rodoviários ao Santuário de Fátima são a autoestrada 1 (A1) para quem vem de norte e de sul e a autoestrada 23 (A23), para quem vem de leste e é servida por várias companhias de transporte público. O acesso ferroviário efetua-se pela Linha do Norte.

Conforme referem Prazeres e Carvalho (2015) apesar de nas últimas décadas se verificar uma diminuição do número de habitantes na maioria dos centros rurais, a cidade de Fátima “tem registado um saldo migratório positivo (...), atraindo pessoas das localidades vizinhas e até do estrangeiro.” (Prazeres & Carvalho, 2015, p. 1152). Este facto, encontra justificação com a mediatização das Aparições, originando a deslocação de peregrinos e/ou turistas, fomentando as atividades comerciais e de serviços, incluindo atividades de apoio ao turismo, tais como, a hotelaria e a restauração.

Conforme se pode verificar na figura 3, este local sagrado é constituído pela Capelinha das Aparições (1), originalmente construída em 1919; a Azinheira centenária (2); a Basílica de Nossa Senhora do Rosário (3), construída em 1953, do estilo neobarroca, onde estão sepultados os restos mortais de Francisco e Jacinta; e a Basílica da Santíssima Trindade (4). No recinto encontram-se outros equipamentos, nomeadamente: o Fontanário (5); a Cruz Alta (6); os Monumentos a Paulo VI (7), Pio XII (8) e João Paulo II (9); a Casa de Retiro de Nossa Senhora do Carmo (10); a Sala de Projeções (11); e o Posto de Acolhimento e

Informações. Adjacentes ao recinto do Santuário encontram-se vários equipamentos de cariz religioso e cultural que lhe são complementares e servem de apoio aos peregrinos/visitantes, como por exemplo, o Centro Pastoral Paulo VI (12), albergue para peregrinos a pé (13), vários parques de estacionamento, um posto de informação turística, entre outros.



Figura 3. Santuário de Fátima⁴.

Fonte: Bing Satellite, 2017.

Estas construções obedecem a um enquadramento lógico cujo “ordenamento do santuário, tal como hoje se apresenta, lembra os acontecimentos sobrenaturais fundacionais, particularmente no seu centro nevrálgico - a Capelinha das Aparições.” (Santos, 2006, p. 339). Existem, ainda, outros locais com interesse para se visitar que estão também associados ao Santuário, como por exemplo, as casas dos Pastorinhos em Aljustrel, os Valinhos, a capela do Calvário Húngaro, a Via-Sacra e os Museus da cidade alusivos à história das Aparições de Fátima. A casa dos santos Francisco e Jacinta Marto foi, mais tarde, adquirida pelo Santuário, tornando-a visitável e a casa de Lúcia foi oferecida, pela mesma, ao Santuário que recuperou o quintal onde implementou um novo posto de acolhimento e informação, estando a casa igualmente disponível para visitas.

Era entre a aldeia de Aljustrel (Ourém), os Valinhos e a Cova da Iria (figura 4), que os três Pastorinhos passavam os dias a guardar os seus rebanhos e foi nestes locais que

⁴ 1: Capelinha das Aparições; 2: Azinheira Centenária; 3: Basílica de Nossa Senhora do Rosário de Fátima; 4: Basílica da Santíssima Trindade; 5: Fontanário; 6: Cruz Alta; 7: Monumento a Paulo VI; 8: Monumento a Pio XII; 9: Monumento a João Paulo II; 10: Casa de Retiro de Nossa Senhora do Carmo; 11: Sala de Projeções; 12: Centro Pastoral Paulo VI; 13: Albergue para peregrinos a pé.

ocorreram as Aparições de 1916 e 1917. Atualmente neste espaço está representado, através da Via-Sacra, o caminho que Jesus Cristo percorreu quando da sua crucificação.

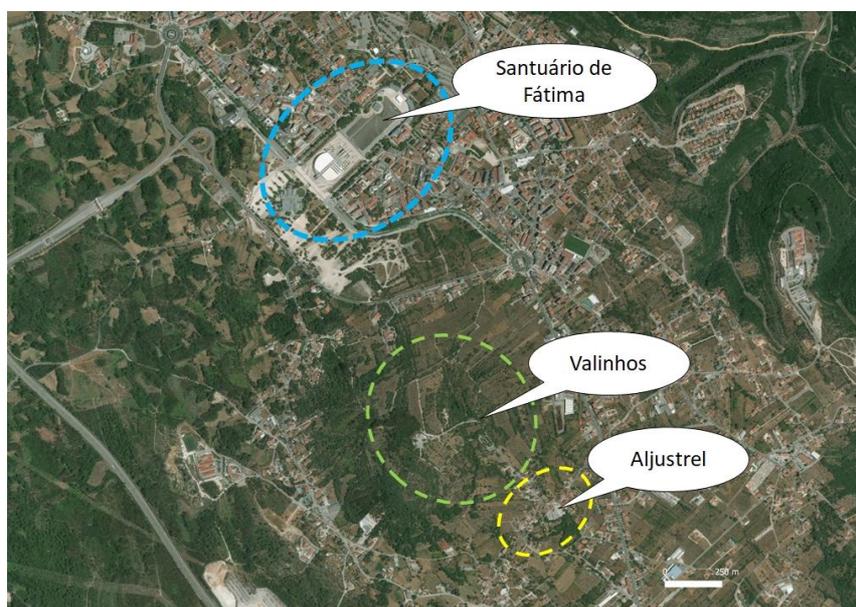


Figura 4. Aljustrel, Valinhos e Santuário de Fátima.

Fonte: Bing Satellite, 2017.

Segundo Carvalho (2016) acorrem por ano a este local cerca de cinco milhões de peregrinos/visitantes de todos os cantos do mundo, demonstrando, assim, a sua devoção a Nossa Senhora. Desse total de peregrinos/visitantes, muitos milhares chegam a Fátima a pé “em grupos que vencem distâncias, mais ou menos extensas, geralmente seguindo ao longo das estradas nacionais.” (Cuiça, 2015, p. 32).

O Santuário da Cova da Iria é o maior Santuário de Portugal, também designado como “Altar do Mundo”, que segundo Santos (2006), “parece ter a sua génese a partir do momento em que um representante qualificado do Papa Pio XII coroou, a 13 de Maio de 1946, a imagem de Nossa Senhora de Fátima venerada na Capelinha das Aparições.” (Santos, 2006, p. 341). De acordo com a mesma autora, o Santuário de Fátima (figura 5) constituiu-se como referência espiritual para os católicos portugueses, sendo a sua principal referência espacial neste contexto. Segundo a mesma autora, o Santuário é igualmente visitado por muitas pessoas que não têm ligação à vida paroquial nas localidades onde habitam estando, no entanto, presentes no Santuário para “tomar parte nas suas celebrações, participação que integram no seu programa de viagem de fim-de-semana ou de domingo com a família”. (Santos, 2006, p. 637).



Figura 5. Santuário de Fátima.

Fonte: Betina Teixeira, 2017.

O Santuário concentra os símbolos da Igreja de forma até monopolizada, sobrepondo-se às igrejas e capelas locais, tendo sido referido por Almeida (2013), que o Santuário de Fátima foi considerado o principal polo de Turismo Religioso em Portugal.

2.4 Devoção Mariana e Santuários Marianos em Trás-os-Montes

Se na esfera nacional a devoção mariana é bem visível, o mesmo acontece na região de Trás-os-Montes, dada a grande quantidade de Santuários existentes na Diocese de Bragança-Miranda (tabela 1). Nossa Senhora é a padroeira de algumas localidades de Trás-os-Montes, como por exemplo, Nossa Senhora das Graças, padroeira de Bragança e Nossa Senhora do Amparo, padroeira de Mirandela que, por ocasião das festas em sua honra, acolhem milhares de fiéis que assistem todos os anos às cerimónias religiosas, sendo a procissão o momento mais importante dessas festas. Essa devoção foi, também, testemunhada pela concentração de centenas de fiéis aquando da visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima à Diocese de Bragança-Miranda que decorreu entre os dias 12 e 26 de julho de 2015, tendo o acolhimento em Mirandela ocorrido nos dias 20 e 21 de julho (figuras 6 e 7).



Figuras 6 e 7. Visita da Imagem Peregrina.

Fonte: Betina Teixeira, 2015.

Na tabela 1, identificam-se 49 santuários marianos existentes no território da Diocese de Bragança-Miranda.

Tabela 1. Santuários Marianos na Diocese de Bragança-Miranda.

Santuários	Local	Concelho
Imaculado Coração de Maria	Cerejais	Alfândega da Fé
Nossa Senhora das Neves	Covelas, Sambade	Alfândega da Fé
Nossa Senhora de Jerusalém	Sendim da Serra	Alfândega da Fé
Nossa Senhora dos Anúncios	Vilarelhos	Alfândega da Fé
Nossa Senhora do Socorro	Vilares da Vilaríça	Alfândega da Fé
Nossa Senhora da Assunção	Baçal (Sacoias)	Bragança
Nossa Senhora da Hera	Cova de Lua	Bragança
Nossa Senhora da Serra	Rebordãos	Bragança
Nossa Senhora do Aviso	Vale da Bouça, Serapicos	Bragança
Nossa Senhora da Cabeça	Nogueira	Bragança
Nossa Senhora da Ribeira	Quintanilha	Bragança
Nossa Senhora do Aviso	Serapicos	Bragança
Nossa Senhora da Paixão	Arnal, Linhares	Carrazeda de Ansiães
Nossa Senhora da Saúde	Mogo de Malta	Carrazeda de Ansiães
Nossa Senhora da Assunção	Vilarinho da Castanheira	Carrazeda de Ansiães
Nossa Senhora da Graça	Samorinha	Carrazeda de Ansiães
Nossa Senhora da Costa	Seixo de Ansiães	Carrazeda de Ansiães
Nossa Senhora dos Montes Ermos	S. Brás	Freixo de Espada à Cinta
Nossa Senhora de Balsemão	Chacim	Macedo de Cavaleiros
Nossa Senhora do Campo	Lamas de Podence	Macedo de Cavaleiros
Nossa Senhora do Freixo	Vale Benfeito	Macedo de Cavaleiros
Nossa Senhora da Luz	Constantim	Miranda do Douro
Nossa Senhora do Monte	Duas Igrejas	Miranda do Douro
Nossa Senhora do Naso	Póvoa	Miranda do Douro

Santuários	Local	Concelho
Nossa Senhora do Viso	Vale Pereiro, Mascarenhas	Mirandela
Nossa Senhora do Amparo	Mirandela	Mirandela
Nossa Senhora de Jerusalém	Romeu	Mirandela
Nossa Senhora do Aviso	Vale da Sancha	Mirandela
Nossa senhora do Rosário	Vale de Gouvinhas	Mirandela
Nossa Senhora do Monte	Aguieira	Mirandela
Nossa Senhora do Carrasco	Azinhoso	Mogadouro
Nossa Senhora da Assunção	Castanheira	Mogadouro
Nossa Senhora do Caminho	Mogadouro	Mogadouro
Nossa Senhora do Castelo	Adeganha	Torre de Moncorvo
Nossa Senhora do Amparo	Felgar	Torre de Moncorvo
Nossa Senhora da Assunção	Vilas Boas	Vila Flor
Nossa Senhora do Castanheiro	Valtorno	Vila Flor
Nossa Senhora de Fátima	Vale de Torno (Alagoa)	Vila Flor
Nossa Senhora da Lapa	Vila Flor	Vila Flor
Nossa Senhora do Rosário	Freixiel	Vila Flor
Nossa Senhora dos Remédios	Vilarinho das Azenhas	Vila Flor
Nossa Senhora de Fátima	Alagoa	Vila Flor
Nossa Senhora da Assunção	Candoso	Vila Flor
Nossa Senhora do Castelo	Algoso	Vimioso
Nossa Senhora da Visitação	Pereiras	Vimioso
Nossa Senhora da Piedade	Agrochão	Vinhais
Nossa Senhora dos Remédios	Tuizelo	Vinhais
Nossa Senhora da Saúde	Vale de Janeiro	Vinhais
Sagrado Coração de Maria	Santa Cruz	Vinhais

Fonte: Adaptado de Feio (2012).

Na figura 8, apresenta-se a distribuição espacial dos 49 santuários marianos existentes na Diocese de Bragança-Miranda.



Figura 8. Santuários Marianos.

Fonte: CAOP, DGT, 2016.

A análise da figura 8 permite verificar que na Diocese de Bragança-Miranda, existem mais santuários marianos nos setores norte e oeste, salientando-se a existência de um maior número no concelho de Vila Flor, com um total de oito; seguindo-se os concelhos de Bragança, com sete e Mirandela, com um total de seis santuários; os concelhos de Alfândega da Fé e Carrazeda de Ansiães, com cinco santuários, cada um; Vinhais com quatro; Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro e Mogadouro, com três, cada um; Torre de Moncorvo e Vimioso com dois, cada um; e existe um santuário no concelho de Freixo de Espada à Cinta.

No livro “Ano Mariano” da Diocese de Bragança-Miranda, consta que a devoção mariana é uma “característica evidente da fé cristã nas pessoas do Nordeste Transmontano.” (Diocese de Bragança-Miranda, 2016, p. 13) e como referiu o Papa Francisco “O Povo Santo de Deus aprendeu e não perde o gosto de peregrinar aos santuários marianos.” (*Idem*). Todos os anos rumam a Fátima, centenas de transmontanos, afirmando desta forma a sua devoção a Nossa Senhora.

Capítulo III - Importância turística da implementação de percursos pedestres

3.1 Pedestrianismo

A prática do pedestrianismo é tão antiga como a própria existência do Homem, pois desde sempre, por razões económicas, sociais ou religiosas, este teve necessidade de se deslocar para procurar alimento, caçar, efetuar transações comerciais, peregrinar ou conquistar novos mundos.

O pedestrianismo é uma atividade com fortes perspetivas de crescimento que começou por se desenvolver entre amigos e, de uma forma estruturada, nos movimentos escutista e campista. É uma atividade que tem a capacidade de agregar indivíduos de todos os estratos sociais quaisquer que sejam as suas capacidades económicas, físicas ou mentais, contribuindo, assim, para a melhoria da saúde pública, o combate à exclusão social e à promoção da cidadania (Cuiça, 2015). Esta afirmação é apoiada pelo facto de, nos últimos anos, se terem verificado mudanças sociais que proporcionaram o incremento da prática do pedestrianismo, havendo uma preocupação por parte dos decisores políticos para a criação de instrumentos de gestão territorial que permitissem “aproximar e em alguns casos devolver patrimónios e paisagens aos cidadãos, e criar mais e melhores condições em matéria de espaços e equipamentos de sociabilidade e lazer” (Carvalho, 2010, p. 193). Esta atividade pode ser praticada, segundo Nunes (2014), por pessoas de diferentes faixas etárias, homens, mulheres e crianças, entre família e amigos, sendo considerado pouco exigente em termos de condição física, normalmente é de fácil acesso e pode ser organizada por entidades públicas ou privadas, não envolvendo grandes custos económicos para quem o pratica. Assim, esta atividade pode ser efetuada de forma solitária, em família ou entre amigos e tal como refere a FCMP, 2017, pode ser praticada «dos 8 aos 80» anos de idade.

São vários os autores que definem o termo pedestrianismo. Tovar (2010), defende que o pedestrianismo corresponde à realização de uma caminhada pelo prazer de caminhar com diversas finalidades, sendo elas, observar e explorar a natureza, melhorar a saúde e bem-estar físico e espiritual, conhecer os seus próprios limites, para conviver ou como forma de evasão face à rotina do dia-a-dia. A autora destaca que a prática do pedestrianismo está cada vez mais difundida nas sociedades desenvolvidas, situação que é apoiada por Cuiça, ao afirmar que o pedestrianismo é “uma atividade tecnicamente fácil, simultaneamente relaxante e agradável (...) cansam-se as pernas, mas descansa-se a mente.” (Cuiça, 2015, p. 140), elevando-se “um mero passeio ao estatuto de delicado exercício estético e/ou espiritual.” (*Idem*, p. 31), permitindo ainda a evasão ao sedentarismo. Nos anos 80, a FCMP definia pedestrianismo “como o desporto de andar a pé geralmente na natureza e em

caminhos tradicionais” (*Idem*, p. 25). No entanto, como já foi referido, o pedestrianismo é uma atividade mais abrangente do que aquela que foi definida pela FCMP nos anos 80, do século XX, pois inclui outras vertentes tais como o turismo, a cultura ou o ambiente. Assim, a FCMP teve necessidade de atualizar essa definição, afirmando, hoje em dia, que o pedestrianismo é “a actividade desportiva, turística e ambiental que consiste em percorrer percursos a pé ao longo de caminhos e trilhos, preferencialmente tradicionais ou históricos, na natureza ou em meio urbano.” (FCMP, 2017).

Em suma, considera-se que o pedestrianismo é um conceito ambíguo e multidisciplinar, destacando-se como atividade em crescimento, pela sua informalidade, baixo custo e fácil acesso, envolvendo diferentes áreas, tais como, o turismo, a cultura, o ambiente e o desporto, trazendo mais-valias económicas para a população local e os seus territórios, dinamizando diversas atividades, como por exemplo, a restauração e o alojamento, contribuindo ainda para alavancar outras ofertas turísticas complementares. São diversos os fatores que influenciam a procura de atividades de lazer, referindo Hall e Page (1999) que além da disponibilidade financeira, também contribuem a sazonalidade, o género e condicionantes sociais e os recursos e modas, sendo o turismo certamente um dos sectores que melhor está a responder à atual crise económica. Para além disso, está em franco crescimento, sendo capaz de gerar fluxos económicos significativos e novas oportunidades de desenvolvimento. Este papel releva-se, no caso português, ainda mais importante em regiões de baixa densidade. Desta forma, promove-se o desenvolvimento turístico sustentável, envolvendo os diferentes *stakeholder* de índole pública ou privada. Nesta simbiose, o pedestrianismo poderá ser um produto turístico de “interesse para empresas, universidades, associações de desenvolvimento local, ambientalistas, etc.” (Cuiça, 2015, p. 47), “expande-se a diversos sectores da sociedade, com particular destaque para o «turismo alternativo».” (*Idem*) e simultaneamente, é uma atividade cultural pois permite dar a conhecer o património cultural material e imaterial, contribuindo desta forma para a sua proteção, valorização e preservação podendo ser transmitido e usufruído pelas gerações futuras. Considera-se uma atividade ambiental pois permite o conhecimento e a preservação do património natural, bem como a interpretação da paisagem, da fauna e da flora. Por fim, é, ainda, uma atividade desportiva, pois assume-se que ao caminhar se exerce uma atividade física que permite um estilo de vida mais saudável.

A entidade que regula o Pedestrianismo é diferente de país para país. Em Portugal a FCMP é a entidade detentora do estatuto de utilidade pública desportiva e nessa medida é ela que tutela várias modalidades desportivas, entre elas o pedestrianismo.

3.2 Percursos Pedestres Homologados

Os percursos pedestres são produtos de promoção turística que dão importância e valorizam os locais onde estão implementados pois, segundo Alencão, Rosa, Moreira, Santos & Gabriel, 2010, estes utilizam racionalmente os recursos naturais e culturais, alavancando a atividade económica e envolvem a população local no desenvolvimento de um turismo sustentável.

Avaliando a sua dimensão e expressão territorial, através da análise dos recursos existentes e divulgação das atividades de pedestrianismo promovidas e dos programas disponíveis no mercado, o pedestrianismo pode ser praticado em percursos pedestres sinalizados ou não sinalizados, os quais podem ter diferentes tipos de sinalética. Os percursos pedestres sinalizados e homologados coexistem em ambientes rurais e urbanos e, em Portugal, distinguem-se pelo número de quilómetros e pela cor das suas marcas que são colocadas em suportes naturais ou artificiais. Desde sempre que o Homem teve necessidade de marcar os caminhos que percorria como forma de se orientar, sobretudo “quando as condições de visibilidade dificultam a orientação.” (Cuiça, 2015, p. 49).

Apesar de existirem regras para a sinalização de percursos pedestres, existe uma grande variedade de formatos e de cores, sendo exemplo desta situação as figuras 9 a 18 que apresentam diferentes marcas utilizadas em diferentes países.



Figuras 9 e 10. Marcas de percursos pedestres (Vale de Lobo e Cascais, Portugal).

Fonte: Betina Teixeira, 2017.



Figuras 11 e 12. Marcas de percursos pedestres (Parque Nacional de Picos de Europa, Espanha).

Fonte: Betina Teixeira, 2016.



Figuras 13 e 14. Marcas de percursos pedestres (França).

Fonte: <http://walkinginfrance.info>, 2017.



Figuras 15 e 16. Marcas de percursos pedestres (Alemanha).

Fonte: <https://www.123rf.com>, 2017.



Figuras 17 e 18. Rota Vicentina (Portugal).

Fonte: Inês Barbedo, 2014.

Em Portugal, a FCMP é a entidade responsável pelo sistema de homologação e pela promoção da manutenção, obrigando que cada percurso pedestre renove o título de homologação a cada cinco anos. Para efeitos de homologação a FCMP possui um regulamento próprio designado por Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres (RHPP), no qual, de acordo com a alínea a) do artigo 2.º, se distinguem três designações de percurso pedestre homologado, sendo elas, Grande Rota (GR), Pequena Rota (PR) e Percurso Local (PL), embora este último já não se utilize.

Segundo o RHPP, o processo de homologação de percursos pedestres (artigo 18.º) divide-se em cinco fases distintas e complementares, sendo elas:

1. Projeto (artigos 19.º a 25.º);
2. Registo (artigos 26.º e 27.º);
3. Implantação (artigos 28.º a 36.º);
4. Homologação (artigos 37.º a 42.º);
5. Manutenção (artigos 43.º a 45.º).

Muito sucintamente, a fase de projeto consiste na elaboração de um projeto de implementação de um percurso pedestre, do qual devem constar descrições do traçado indicando os seus pontos de interesse, uma ficha técnica, o traçado em carta militar, o perfil topográfico e autorizações para circulação de pessoas e para marcação de sinalética, bem como declaração em que a entidade promotora assume o cumprimento da manutenção do percurso por cinco anos. Na fase de Registo a direção da FCMP atribui um número ao percurso pedestre cujo projeto deu entrada. A fase de Implantação consiste na marcação no terreno com as marcas registadas pela FCMP, devendo a sua forma, dimensão e cor serem as oficiais. O percurso tem de estar sinalizado em ambos os sentidos e cumprir todas as regras, nomeadamente as de mudança de direção e a cada 250 metros deve encontrar-se uma marca de modo a que o pedestrianista possa percorrer o caminho sem dúvidas e inseguranças, podendo desta forma desfrutar da sua caminhada. Para além da utilização de marcas, o percurso tem de ter no início e no fim um painel interpretativo e ao longo do

mesmo pode ter placas indicativas ou informativas. A fase de Homologação consiste na certificação do percurso pedestre. Para tal, o mesmo é vistoriado por um Técnico de Percursos Pedestres ao serviço da FCMP, o qual elabora um relatório e emite um parecer acerca da homologação, preenchendo o Protocolo de Vistoria para Homologação de Percursos Pedestres. Na fase de Manutenção, a entidade promotora do percurso pedestre compromete-se a mantê-lo em condições de segurança para que os pedestrianistas não tenham qualquer problema em percorrê-lo.

Até dezembro de 2015, estão registadas, de acordo com Registo Nacional de Percursos Pedestres (RNPP), 246 Pequenas Rotas (PR) homologadas o que corresponde a 2326,49 km homologados e 21 Grandes Rotas (GR) homologadas o que corresponde a 1433,27 km homologados.

Uma Grande Rota corresponde a um itinerário pedestre, marcado no terreno com as cores vermelha e branca (figura 19) e tem uma extensão superior a 30 km, isto é, considera-se que demora mais de uma jornada a percorrer.



Figura 19. Marcas de Grande Rota.

Fonte: FCMP, 2017.

Estas rotas podem ligar várias localidades, regiões ou países e são assinaladas pelas letras GR seguidas do número de registo, como por exemplo GR 11 (figuras 20 e 21), que neste caso corresponde ao Caminho do Atlântico, a qual inclui alguns troços da Rota Vicentina.



Figuras 20 e 21. Placas direcionais da GR 11 E9 “Caminho do Atlântico”.

Fonte: Betina Teixeira, 2017.

A Pequena Rota corresponde a um itinerário pedestre, marcado no terreno com as cores vermelha e amarela (figura 22) e tem uma extensão inferior a 30 km, isto é, considera-se que demora menos de uma jornada a percorrer.



Figura 22. Marcas de Pequena Rota.

Fonte: FCMP, 2017.

Estas rotas geralmente ligam localidades dentro do mesmo concelho e são assinaladas pelas letras PR seguidas do número de registo e das três letras que designam um concelho (atribuídas pela Direção Geral de Viação), como por exemplo PR2 MDL, que neste caso corresponde à Pequena Rota, número 2 “Trilho de Vale de Lobo” do concelho de Mirandela (figura 23).



Figura 23. Placas direcionais da PR2 MDL “Trilho de Vale de Lobo”.

Fonte: Betina Teixeira, 2012.

As Grandes Rotas Transeuropeias correspondem a um itinerário pedestre que atravessa dois ou mais países europeus e são assinaladas pelas letras GR seguidas do número de registo nacional e pela letra E seguida do número de registo europeu atribuído pela European Ramblers Association (ERA – EWV - FERP), como por exemplo, GR 11-E 9, que neste caso corresponde à GR Caminho do Atlântico e simultaneamente ao itinerário europeu que está marcado desde o Cabo de São Vicente, em Portugal até São Petersburgo, na Rússia. A ERA foi fundada na Alemanha, em 1969, com os objetivos de criação e melhoria de condições para a prática de pedestrianismo e, atualmente, integra mais de 50 organizações, de 26 países europeus e conta com cerca de cinco milhões de membros individuais, da qual a FCMP é, também, associada.

Os percursos pedestres sinalizados são “veículos privilegiados de ligação e de intercâmbio cultural entre os povos.” (Cuiça 2015, p. 49). A confirmar esta situação existem, na Europa, 12 Grandes Rotas Transeuropeias marcadas (figura 24) que correspondem a cerca de 60270 km marcados e mantidos pelos associados da ERA.

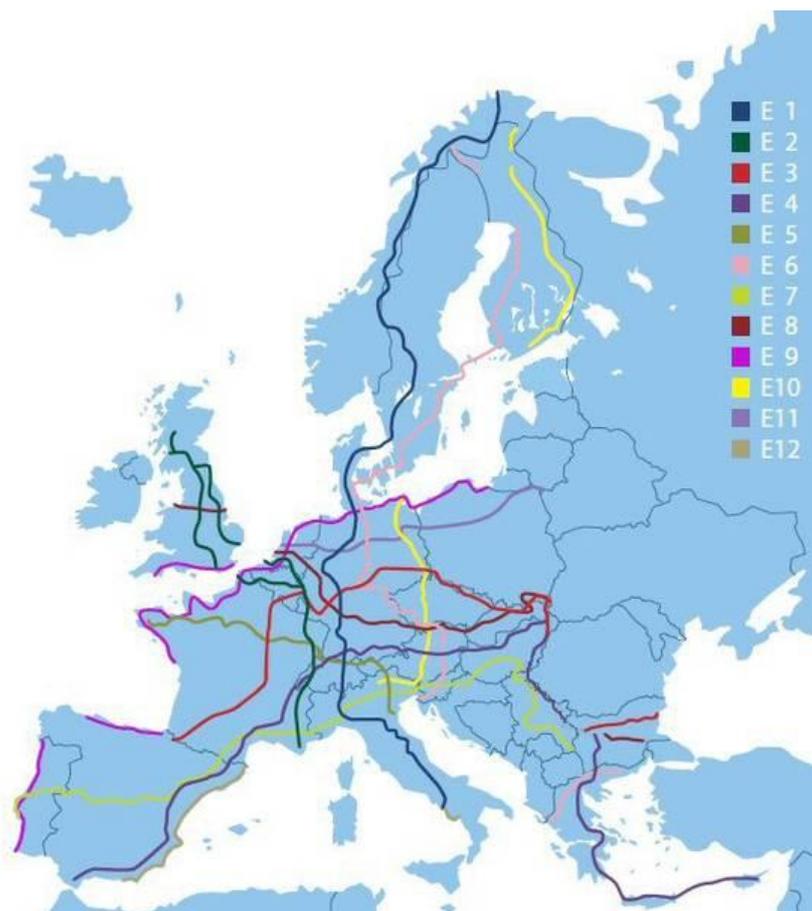


Figura 24. Grandes Rotas Transeuropeias.

Fonte: <http://www.era-ewv-ferp.com>, 2017.

Os percursos pedestres homologados têm uma grande importância no que respeita à valorização dos recursos patrimoniais naturais e culturais (materiais ou imateriais), bem como no alavancar da economia local e na preservação de valores tradicionais de cada comunidade, promovendo, assim, um desenvolvimento sustentável. Para Cuiça “os percursos pedestres homologados constituem um importante e inegável «produto» de promoção turística” (Cuiça, 2015, p. 48).

3.3 Caminhos de Fátima

Os caminhos de Fátima, que são percorridos pelos peregrinos a pé, são desde há muito tempo uma grande preocupação no que respeita à segurança da deslocação e à falta de apoio e informação ao longo do itinerário. Com o intuito de colmatar esta situação, foram criadas várias entidades formais e informais para identificação e gestão de caminhos e a elaboração de informação, nos formatos digital e papel, que apoiam os peregrinos ao longo da sua caminhada. No âmbito da criação destes apoios surgiu o projeto “Rota do Peregrino”

que procedeu à compilação e disponibilização de informação importante para a preparação da peregrinação e para o acompanhamento do peregrino ao longo da mesma. Essa compilação foi efetuada em formato digital e pode ser consultada através da página de internet da Rota do Peregrino; e em formato de papel através da edição do livro com o título “Rota do Peregrino de Fátima”. Desta forma o peregrino tem acesso a informação útil acerca das principais rotas e locais de apoio, como por exemplo: onde dormir, comer, comprar, apoio ao peregrino, saúde e cultura; bem como a algumas “Dicas úteis” acerca do que levar, vestir, calçar, cuidados com os pés e conselhos sobre segurança; e, também à história das aparições de Fátima. A consulta a este conjunto de informação tornou-se mais amigável com a criação da mascote que se denomina “Rotas” (figura 25).



Figura 25. Mascote “Rotas”.

Fonte: <http://www.rotadoperegrino.com>, 2017.

No âmbito deste projeto estão representadas e descritas as cinco rotas principais pedonais que os peregrinos de Fátima utilizam atualmente (figura 26) que se distinguem através de diferentes cores. A Rota Verde tem uma extensão de 93 km entre Aveiro e Pombal, tendo de se percorrer mais 38 km na Rota Azul, até chegar a Fátima, com um total de 138 km. A Rota Azul começa em Viana do Castelo e termina em Fátima e tem uma extensão de 260 km. A Rota Vermelha inicia-se em Lisboa terminando em Fátima e tem 120 km de extensão. A Rota Lilás tem uma extensão de 340 km entre Bragança e Rio de Couros, tendo de se percorrer mais 29 km na Rota Laranja, até chegar a Fátima com um total de 369 km. A Rota Laranja tem início em Castelo Branco e termina em Fátima, ao longo de uma extensão de 150 km.

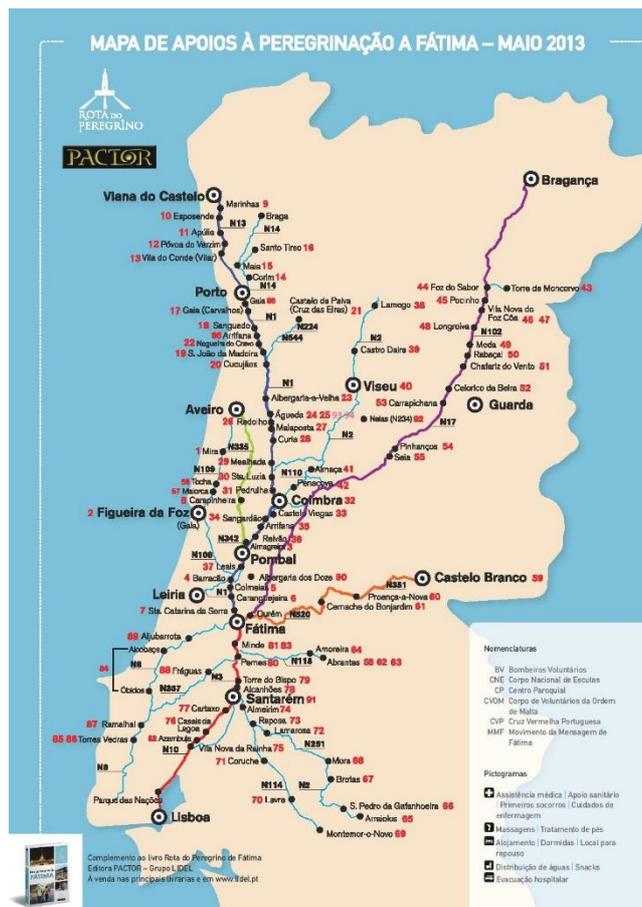


Figura 26. Mapa das Rotas.

Fonte: <http://www.rotadoperegrino.com>, 2017.

Para além do objetivo de informar, inclui a localização de caminhos pedonais alternativos e mais seguros do que as estradas utilizadas atualmente por milhares de peregrinos. Desta forma este projeto está a contribuir para a diminuição da insegurança que os peregrinos sentem ao caminhar pelas estradas mais movimentadas, incluindo várias campanhas anuais de prevenção e segurança rodoviária.

A Associação de Amigos dos Caminhos de Fátima, cujo logotipo se encontra na figura 27, foi criada com o objetivo de apoiar os peregrinos antes e durante a sua peregrinação, dando formação aos Guias de Peregrino, a marcação de caminhos e a disponibilização, através da sua página de internet, da “Credencial do Peregrino” e de vários conselhos úteis, como por exemplo, o que levar na mochila ou onde ficar.



Figura 27. Logotipo.

Fonte: <http://www.caminho.com.pt>, 2017.

Além desta informação, a Associação tem, ainda, disponíveis os traçados e os perfis topográficos de quatro caminhos para os peregrinos que se deslocam a pé até ao Santuário de Fátima (figura 28). Esses caminhos são: o Caminho do Tejo, que tem início em Lisboa e termina em Fátima, com uma extensão de cerca de 147,5 km; o Caminho do Norte que começa em Santiago de Compostela, passa no Porto e termina em Fátima, com uma extensão de cerca de 468,0 km; o Caminho Poente que inicia na Nazaré e termina em Fátima, com uma extensão de cerca de 52,0 km; e o Caminho Nascente que tem início em Tomar e termina em Fátima, com uma extensão de 29,0 km.



Figura 28. Caminhos de Fátima

Fonte: <http://www.caminho.com.pt>, 2017.

O traçado dos caminhos está disponível na página de internet da Associação e pode ser descarregado em formato kml ou gpx, possibilitando aos peregrinos a sua utilização ao longo da caminhada, garantindo-lhe também segurança ao nível do conhecimento do traçado a percorrer. No que respeita à marcação dos caminhos no terreno, a Associação desenvolveu uma forma de os sinalizar, utilizando setas e cruces de cor azul ou branca que podem assumir várias formas, conforme figura 29.



Figura 29. Marcas Caminhos de Fátima.

Fonte: <http://www.caminho.com.pt/>, 2017.

Numa saída de campo efetuada ao Santuário de Fátima, foi possível fotografar algumas marcas que orientam os peregrinos até ao seu destino. Como se pode ver nas figuras 30 a 35, as marcas assumem diferentes tonalidades de cor, diversos formatos e algumas delas têm associada a designação do destino “Fátima”, o que permite constatar que não existe uma uniformização das marcas dos Caminhos de Fátima.



Figuras 30 e 31. Virar à esquerda e caminho errado.

Fonte: Betina Teixeira, Caxarias, 2017.



Figura 32 e 33. Virar à esquerda e seguir em frente.

Fonte: Betina Teixeira, Caxarias, 2017.



Figura 34 e 35. Seguir em frente.

Fonte: Betina Teixeira, Caxarias, 2017.

O Centro Nacional de Cultura (CNC) apresenta na sua página de internet informação acerca dos Caminhos de Fátima, sendo eles o Caminho do Tejo que tem início no Parque das Nações, em Lisboa e termina em Fátima, com uma extensão de 141 km; o Caminho do Norte que começa em Valença e termina em Fátima, com uma extensão de cerca de 350 km; o Caminho da Nazaré que começa nessa localidade e termina em Fátima, com uma extensão de cerca de 49 km; e o Caminho do Mar que começa em Cascais e termina em Fátima, com uma extensão de cerca de 207 km.

Mais recentemente, em fevereiro de 2016, foi criada a Associação Caminhos de Fátima sendo um dos seus objetivos a coordenação do Projeto “Caminhos de Fátima” que foi apresentado, previamente, no dia um de outubro de 2015, no Santuário de Fátima. O projeto envolve várias entidades e instituições incluindo catorze autarquias, sendo elas, Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Águeda, Anadia, Mealhada, Coimbra, Condeixa, Soure, Pombal, Leiria e Ourém. Este projeto conta ainda com um acordo de colaboração entre o Turismo de Portugal, o CNC e a Associação Caminhos de Fátima e tem como consultor o Santuário de Fátima. Conforme indicação da Secretaria de Estado do Turismo, em 2017, a Associação de Amigos dos Caminhos de Fátima irá, também, fazer parte deste projeto.

Tal com tem vindo a ser esclarecido na comunicação social, o projeto “Caminhos de Fátima” surgiu da necessidade de se identificar e sinalizar percursos pedestres seguros para os peregrinos, promovendo simultaneamente a vertente cultural e a vertente promocional de Portugal enquanto destino turístico religioso. Os primeiros trabalhos deste projeto iniciaram-se no Santuário de Fátima dos quais resultou a criação do primeiro caminho entre Porto e Fátima com um total de 212 km ao longo de um itinerário alternativo às estradas nacionais, passando por calçadas romanas, caminhos agrícolas, linhas ferroviárias desativadas, caminhos ribeirinhos e passagem por diversas aldeias, potenciando-as. Desta forma, a Associação pretende criar caminhos pedonais oficiais e seguros que garantam o bem-estar dos peregrinos, bem como valorizá-los de modo a que possam ser certificados como Itinerário Cultural Europeu. De acordo com o que tem vindo a ser noticiado, vai ser o Programa Operacional Portugal 2020 a financiar a criação do Caminho Porto-Fátima no valor de 4 milhões de euros, esperando-se que as rotas para a chegada a Fátima a pé se venham a tornar o meio principal para a promoção de Portugal como destino de Turismo Religioso. Esta mesma Associação tem, ainda, em vista, a recuperação de mais três caminhos identificados, por enquanto como: de sul para norte, do interior para o litoral e do litoral para o centro.

Dada a pertinência deste assunto e considerando que se deslocam centenas de peregrinos desde Trás-os-Montes até ao Santuário de Fátima, é pertinente a criação de uma Rota no interior norte do país. Assim, no ponto seguinte, desenvolvem-se as premissas para a criação da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima.

Capítulo IV - Projeto de Implementação da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima

4.1 Enquadramento geográfico

De acordo com os Censos 2011, a população residente no distrito de Bragança era de 136.252 habitantes que se distribuíam numa área de 6.608 km², tendo o território, uma densidade populacional de 20 habitantes/ km².

Aos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, atribui-se a designação de Terra Fria Transmontana, sendo esta constituída pelas serras de Nogueira, Coroa e Montesinho e pelo planalto Mirandês. Na Terra Fria Transmontana as altitudes são mais elevadas e as temperaturas mais baixas, sendo o clima mais húmido. Os concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor pertencem à Terra Quente Transmontana, que é constituída pelas depressões de Mirandela e Vilariça e pelos vales dos rios Douro e Tua. Na Terra Quente Transmontana as altitudes são mais baixas e as temperaturas são mais elevadas, sendo o clima mais seco.

O distrito de Bragança, no que concerne à divisão administrativa, tem a sua área territorial coincidente com a da Diocese de Bragança-Miranda e localiza-se no nordeste de Portugal. Em relação à divisão estatística, os concelhos pertencentes à NUT III Terras de Trás-os-Montes são: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vimioso, Vinhais e Vila Flor; e os concelhos que pertencem à NUT III Douro são: Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo (figura 36).

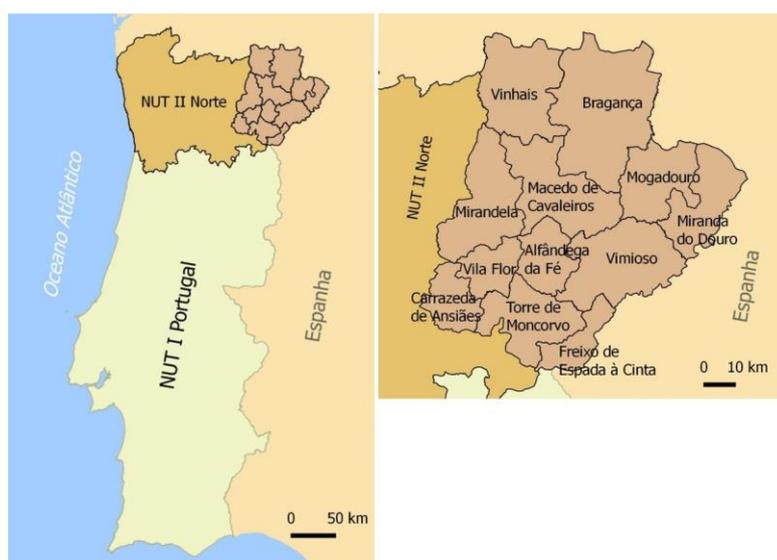


Figura 36. Concelhos do distrito de Bragança.

Fonte: CAOP, DGT, 2016.

Os cursos de água do distrito de Bragança fazem parte da bacia hidrográfica do Douro sendo os principais, os rios Douro, Tua e Sabor.

As principais vias de acesso ao distrito de Bragança são rodoviárias, sendo elas a Autoestrada 4, entre o concelho de Mirandela e Espanha; o Itinerário Principal 2, que faz a ligação entre Macedo de Cavaleiros e Torre de Moncorvo ao sul do país; e o Itinerário Complementar 5, que liga os concelhos de Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Mogadouro e Miranda do Douro. Existem, ainda, dois aeródromos, um deles no concelho de Bragança, a partir do qual se efetuam voos regulares para Lisboa e Faro; e outro que se localiza no concelho de Mirandela.

4.2 Diocese de Bragança-Miranda

A área da Diocese de Bragança-Miranda fazia parte, até 1545, à arquidiocese de Braga, contudo, em maio desse ano o Papa Paulo III cedeu ao pedido do rei D. João III para que fosse criada a diocese de Miranda do Douro, que incluía o território de Bragança. Esta Diocese manteve a sua área até 1770, momento em que o Papa Clemente XIV, concordando com o rei D. José, separou a diocese de Miranda do Douro em duas dioceses: Bragança e Miranda. Dez anos mais tarde, o Papa Pio VI voltou a unir estes dois territórios num só, embora ainda não lhe pertencessem todos os territórios que atualmente a constituem. Em 27 de maio de 1996, Santa Sé, definiu que o território da Diocese de Bragança-Miranda fosse constituído pelos mesmos concelhos que fazem parte do distrito de Bragança, a qual se mantém até aos dias de hoje (Anuário Católico, 2017).

A Diocese de Bragança-Miranda celebra o seu aniversário no dia 22 de maio, data da sua fundação em 1545, tem como padroeiro São Bento, cuja Regra é: «não prefiram absolutamente nada a Cristo» e o símbolo é o que se apresenta na figura 37.



Figura 37. Símbolo da Diocese de Bragança-Miranda.

Fonte: <http://www.Diocesebm.pt>, 2017.

De acordo com os dados estatísticos do Anuário Católico, em 2010, 94,3% da população da Diocese de Bragança-Miranda afirmou ser católica e em 2014, o valor aumentou para 99,3% o que deixa antever a predisposição da população para o catolicismo.

Em 16 de junho de 2012, houve uma reorganização das paróquias da Diocese, sendo os 12 concelhos divididos em quatro Arciprestados: o Arciprestado de Bragança, o Arciprestado de Miranda do Douro e o Arciprestado de Mirandela e o Arciprestado de Moncorvo. Estes, por sua vez, foram subdivididos em 22 Unidades Pastorais, como se pode ver na figura 38. Uma Unidade Pastoral é “um conjunto de paróquias vizinhas reunidas para formar o quadro mais apropriado para a realização do trabalho pastoral de um determinado território” (Diocese de Bragança-Miranda, Decreto n.º14/2012).



Figura 38. Unidades pastorais da Diocese de Bragança-Miranda.

Fonte: <http://www.Diocesebm.pt>, 2017.

4.3 Metodologia

A investigação não se resume a uma simples acumulação de conceitos antes constitui um sistema de pressupostos e valores que orientam a pesquisa, determinando as várias opções que o investigador deverá seguir numa tentativa de encontrar respostas e perspetivar novas

soluções. Para isso, identificaram-se dois níveis de análise: fontes secundárias e fontes primárias. Como fontes secundárias recorreu-se à pesquisa de bibliografia especializada acerca das temáticas da peregrinação, turismo religioso, peregrino e turista religioso. Recorreu-se, ainda, a bibliografia relacionada com o pedestrianismo e ao Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres (RHPP) da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) bem como a informação sobre a sinalética que tem vindo a ser utilizada nos Caminhos de Fátima. A georreferenciação dos traçados utilizados atualmente pelos peregrinos será efetuada com recurso a ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) que permitem visualizar a posição exata dos locais de paragem e/ou passagem dos peregrinos e, conseqüentemente, possibilitam definir o traçado proposto para a Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima, identificando-se de forma célere os distritos, concelhos e freguesias por onde este novo itinerário irá passar. Relativamente às fontes primárias, utilizou-se a entrevista por questionário aplicada aos guias-peregrinos e peregrinos, a qual constitui a ferramenta utilizada na investigação empírica. Na fase preliminar da construção da entrevista por questionário, teve-se em conta o *apport* teórico resultante da bibliografia consultada não obstante a fragilidade na sua produção graças à dispersão de fontes e carências relativas a dados estatísticos nacionais sobre os peregrinos, bem como a inexistência de uma base de dados regional. Por isso, recorreu-se a um estudo exploratório que foi aplicado por meio de entrevistas estruturadas que permitiram a recolha de dados junto dos informadores-chave (guias-peregrinos e peregrinos que iniciaram a sua peregrinação na Diocese de Bragança-Miranda) para a elaboração de uma proposta de itinerário. Esta forma de obtenção de dados foi muito útil e vantajosa, permitindo um contacto mais próximo com os guias-peregrinos e peregrinos, realizando-se, de seguida, uma descrição fidedigna das informações obtidas e da situação em causa. De acordo com Mack, Woodsong, MacQueen, Guest & Namey (2005), o método qualitativo consiste numa pesquisa científica definida num conjunto de procedimentos previamente estabelecidos que têm como objetivo a recolha de informação e de opiniões intangíveis de um determinado universo populacional.

A organização das entrevistas teve como base as três etapas definidas por Mack, Woodsong, MacQueen, Guest & Namey (2005), que compreendem: preparação para a entrevista (primeira fase); conduzir a entrevista (segunda fase); o que fazer após a entrevista (terceira fase). Na fase de preparação da entrevista, foi fundamental estar familiarizado com o guião, tendo-se efetuado uma pré-entrevista. Na condução da entrevista foi fundamental começar-se com o cumprimento ao entrevistado de uma forma amigável, passando a uma breve descrição da entrevista. Seguidamente efetuam-se as questões de acordo com o guião; no final perguntou-se ao entrevistado se havia alguma questão a colocar e agradeceu-se o tempo dispensado. Na terceira e última fase, foi necessário verificar se todas as questões tinham sido respondidas e registar num ficheiro digital as

respostas obtidas, de preferência até vinte e quatro horas após a realização da entrevista para evitar esquecimentos ou enviesamentos das respostas.

Durante a fase de condução da entrevista exploratória, utilizou-se a técnica semidiretiva ou semidirigida, tendo-se colocado questões não totalmente abertas que foram respondidas num ambiente informal, em que os entrevistados (guias-peregrinos e peregrinos) se sentiam confortáveis. Também se cumpriu o que indicam os autores Quivy e Campenhoudt (1992), ou seja, o guião foi seguido, embora as questões não tenham sido colocadas ordenadamente, o que possibilitou que o entrevistado se pudesse expressar sem condicionalismos, partilhando as suas experiências, e expressando livremente a sua opinião. Nas entrevistas as respostas que se pretendiam obter exigiam alguma exploração de ideias, não se limitando apenas às respostas “sim” ou “não”, situação que engrandeceu a qualidade dos resultados obtidos (Bogdan & Biklen, 1994). Na técnica semidiretiva, o entrevistador apenas terá que conduzir a entrevista para os objetivos que traçou, sempre que o entrevistado comece a fugir ao tema, tendo, ainda, que reformular alguma das questões que o entrevistado não tenha compreendido.

Os resultados das entrevistas foram tratados de forma a ser reconstituída a viagem a pé dos guias-peregrinos e peregrinos, estimulando-se os sentimentos, as emoções, as motivações e dificuldades sentidas durante o percurso. A categorização das respostas foi efetuada de forma minuciosa e metódica, o que permitiu uma descrição fidedigna e sem interpretações de terceiros, constituindo esta situação uma das vantagens desta técnica de análise.

4.3.1 Conceção da entrevista

A concretização das entrevistas compreendeu o contacto com várias entidades locais, tais como, postos de turismo, câmaras municipais, juntas de freguesia, misericórdias, instituições religiosas e alguns particulares e, ainda, pesquisas no *site* do Santuário de Fátima. Este primeiro contacto consistiu na obtenção da identificação dos entrevistados: nome e número de telefone de guias-peregrinos e peregrinos que anualmente se deslocam de Trás-os-Montes para Fátima, em peregrinação a pé. Foram realizados vários contactos telefónicos, através dos quais foi possível confirmar a disponibilidade de 25 pessoas para serem entrevistadas. Considerou-se que os guias-peregrinos e os peregrinos são “informadores-chave”, na medida, em que a construção da Grande Rota dependerá da informação por eles transmitida.

Entre os dias quatro de abril e 21 de maio de 2017, foram efetuadas 25 entrevistas a guias-peregrinos e peregrinos que percorreram o caminho entre um dos doze concelhos do distrito de Bragança e o Santuário de Fátima. O guião de entrevista utilizado (apêndice 1), baseou-

se na entrevista piloto realizada, no dia um de outubro de 2015, à guia-peregrina de Mirandela, com o objetivo de a melhorar e corrigir omissões. De seguida, efetuaram-se melhorias, resultando a versão final, constituída por 28 questões, divididas em três partes, conforme tabela 2.

Tabela 2. Estrutura da entrevista.

PRIMEIRA PARTE: Caraterização sociodemográfica	SEGUNDA PARTE: Caracterização da peregrinação	TERCEIRA PARTE: Caracterização do itinerário
<ul style="list-style-type: none"> - Nome - Género - Idade - Estado civil - Nível de instrução - Profissão - Morada - Se é guia-peregrino ou peregrino - Quantas vezes já efetuou a peregrinação - Quais as suas motivações - Qual o espírito com que o peregrino efetua a peregrinação 	<ul style="list-style-type: none"> - Dia e hora de partida - Local de início - Dia de chegada - Elementos do grupo (número e origem) - Quantia gasta (€) - Condições da caminhada - Que material levam na caminhada 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de piso - Horas e quilómetros percorridos diariamente - Itinerário percorrido - Segurança

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

As entrevistas foram realizadas no terreno através do contacto pessoal com os peregrinos e esta foi, sem dúvida, a principal ferramenta para o conhecimento qualitativo dos peregrinos, por se considerar que são conhecedores do assunto, sendo eles próprios uma fonte de investigação. Os peregrinos foram sensíveis e aceitaram a realização das entrevistas, tendo vinte delas sido realizadas presencialmente, três foram obtidas através de correio eletrónico e duas através de telefone, por indisponibilidade presencial dos entrevistados. De notar, que alguns dos entrevistados recusaram a gravação dos seus testemunhos e, por isso, optou-se por não se efetuar a gravação em nenhuma das entrevistas, no entanto, a generalidade dos entrevistados mostrou-se interessado em cooperar e até muito curiosos em conhecer as características do trabalho de investigação.

De acordo com a natureza dos dados primários resultantes da entrevista e do tipo de análise estatística recorreu-se à análise univariada, efetuando-se a exploração dos dados em termos de frequência, média e moda, cujos resultados permitem, no ponto seguinte, apurar o perfil dos entrevistados.

4.3.2 Análise e discussão dos resultados

Neste ponto far-se-á uma descrição do perfil do guia-peregrino e do peregrino, segundo o género, idade, estado civil, nível de instrução e profissão. A variável nominal género possui duas categorias: “masculino” e feminino; a variável idade dividiu-se numa escala ordinal de cinco categorias: inferior a 44 anos, 45-52, 53-60, 61-68, superior a 69 anos; a variável estado civil dividiu-se em seis categorias: solteiro, casado, separado mas ainda legalmente casado, viúvo e divorciado); a variável nível de instrução dividiu-se em sete categorias: nenhum, ensino básico 1.º ciclo, ensino básico 2.º ciclo, ensino básico 3.º ciclo, ensino secundário, ensino pós-secundário e ensino superior; a profissão dividiu-se em quatro categorias: doméstica, trabalhador por conta de outrem, trabalhador por conta própria e reformado. Foram, também, recolhidos dados referentes às características do entrevistado, isto é, se é guia-peregrino ou peregrino, quantas vezes já efetuou a peregrinação, quais as suas motivações e qual o espírito com que realiza a peregrinação.

4.3.2.1 Género

Analisando a tabela 3, dos vinte e cinco entrevistados treze são do género feminino e doze são do género masculino, correspondendo a uma percentagem de 52% e 48%, respetivamente. Apesar da predominância do género feminino, a diferença entre os géneros não é significativa.

Tabela 3. Género.

Género	Número
Feminino	13
Masculino	12

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.2 Faixa etária

A idade dos entrevistados foi obtida em valores absolutos e foi medida numa escala ordinal de cinco classes. As idades variam entre os trinta e seis anos e os setenta e oito anos, podendo dizer-se que a peregrinação é feita maioritariamente por um público com idades compreendidas entre os cinquenta e três e os sessenta anos, classe que corresponde a sete entrevistados (28%). A classe com idade superior a sessenta e nove anos corresponde apenas a três entrevistados (12%). A média de idades dos entrevistados é de cinquenta e seis anos, conforme tabela 4.

Tabela 4. Idade.

Idade	Número
Inferior a 44 anos	5
45 - 52 anos	4
53 - 60 anos	7
61 - 68 anos	6
Superior a 69 anos	3

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.3 Estado civil

A variável estado civil dividiu-se em cinco categorias: “solteiro”, “casado”, “separado mas ainda legalmente casado”, “viúvo” e “divorciado”, sendo que nenhum dos entrevistados se encontrava na situação de separado mas ainda legalmente casado. Conforme se pode verificar na tabela 5, a maioria dos entrevistados é casado, correspondendo a um total de dezanove entrevistados (76%). Por oposição, apenas foi entrevistado um viúvo (4%).

Tabela 5. Estado civil.

Estado civil	Número
Solteiro	2
Casado	19
Separado mas ainda legalmente casado	0
Viúvo	1
Divorciado	3

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.4 Nível de instrução

O nível de instrução foi agrupado em sete categorias: “nenhum”, “ensino básico 1.º ciclo”, “ensino básico 2.º ciclo”, “ensino básico 3.º ciclo”, “ensino secundário”, “ensino pós-secundário” e “ensino superior”. Conforme tabela 6, todos os entrevistados possuem pelo menos o 1.º ciclo do ensino básico e nenhum possui o ensino pós-secundário. Quinze dos entrevistados, possui ensino secundário (36%) e ensino superior (24%), o que perfaz um total de 60%.

Tabela 6. Nível de instrução.

Nível de instrução	Número
Nenhum	0
Ensino básico 1.º ciclo	5
Ensino básico 2.º ciclo	3
Ensino básico 3.º ciclo	2
Ensino secundário	9
Ensino pós-secundário	0
Ensino superior	6

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.5 Profissão

Quanto à situação face ao emprego, verificou-se que os entrevistados possuem profissões muito diversificadas, como por exemplo, os trabalhadores por conta de outrem: médico, bombeiro, segurança, psicóloga, sacerdote, guarda (GNR) e funcionário público; os trabalhadores por conta própria: motorista de táxi, gerente de estabelecimento de restauração e bebidas, modista e lojista; e, ainda, há reformados e domésticas. Tendo em conta a diversidade de profissões foi necessário agruparam-se em quatro categorias: “doméstica”, “trabalhador por conta de outrem”, “trabalhador por conta própria” e “reformado”. Como se pode verificar através da tabela 7, onze dos entrevistados (44%) são trabalhadores por conta de outrem, seguindo-se os trabalhadores por conta própria (seis), e os reformados (seis), o que corresponde a 24% cada um. Obteve-se apenas o registo de duas domésticas.

Tabela 7. Profissão.

Profissão	Número
Doméstica	2
Trabalhador por conta de outrem	11
Trabalhador por conta própria	6
Reformado	6

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.6 Guias-peregrinos / Peregrinos

Através da tabela 8 pode constatar-se que doze dos entrevistados (48%) são peregrinos e treze são guias-peregrinos dos grupos (52%), três dos quais oficiais, isto é, o seu nome e contacto constam na lista oficial de Guias de Peregrinos a Pé disponível no portal do Santuário de Fátima. Os guias-peregrinos têm um papel fundamental no sucesso da viagem pois, mais do que orientar o grupo, funcionam como um elemento essencial no planeamento da peregrinação.

Tabela 8. Guias-peregrinos/Peregrinos.

Guias peregrinos/Peregrinos	Número
Guias-peregrinos	13
Peregrinos	12

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.7 Número de peregrinações

A variável número de peregrinações efetuadas pelos peregrinos entrevistados (tabela 9) foi categorizada em quatro classes: “uma vez”, “entre duas e cinco vezes”; “entre seis e dez vezes” e “mais de onze vezes”. Uma das observações que resulta é uma grande percentagem de indivíduos (52%) com uma fidelização à peregrinação participando mais de cinco vezes, havendo mesmo quem fizesse a peregrinação mais de 10 vezes (24%); 48% repetiu a visita em períodos entre um e cinco anos e 20% está a realizá-la pela primeira vez. É de crer que a imagem positiva da peregrinação reitera provavelmente à repetição da viagem.

Tabela 9. Número de peregrinações.

Número de peregrinações	Número
Uma vez	5
Entre duas e cinco vezes	7
Entre seis e dez vezes	7
Mais de onze vezes	6

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.8 Motivações para a peregrinação

Através da informação recolhida (tabela 10), foi possível identificar um conjunto de motivações e de intenções de quem faz a peregrinação ao Santuário de Fátima. Cada

peregrino traz consigo uma diversidade de expectativas, destacando-se o cumprimento de promessas (26%) como a motivação mais apontada. Em relação a esta motivação é lícito supor uma certa relação causa-efeito no que respeita à viagem e promessa, ou seja, o peregrino faz a viagem com o intuito de gratidão, daí que este tipo de deslocação gere uma carga emocional e simbólica, atalhando *quicá* alguma situação calamitosa e/ou de fragilidade em que o peregrino ou familiar se encontra ou encontrava. As motivações que cada entrevistado apresenta são variadas e raros são os que referem apenas uma motivação, pois a viagem carrega outras, tais como: ajudar os peregrinos a chegar ao santuário, forma de agradecimento e razões pessoais. Há, ainda, que salientar um elevado número de respostas referentes à motivação relacionada com ajudar os peregrinos a chegar ao Santuário (11%), tarefa que, geralmente, é assumida pelos guias-peregrinos.

Tabela 10. Motivações para a peregrinação.

Motivações para a peregrinação	Número
Promessa	10
Pessoais/Porque gosto	6
Sentimento que não se consegue explicar	4
Ajudar os peregrinos a chegar ao Santuário	4
Agradecimento	4
Algo que me impeliu/Chamamento interior	3
Fé	2
Desafio/Viver a experiência	2
Visitar o Santuário	1
Perceber o porquê do sacrifício das pessoas	1
Oração	1

Fonte: Entrevista a guias/peregrinos.

4.3.2.9 Espírito do peregrino

À questão relacionada com o espírito com que o peregrino efetua a caminhada até ao Santuário de Fátima, (tabela 11), obtiveram-se várias respostas, salientando-se que vinte do total de entrevistados (42%) referiu ser a camaradagem / companheirismo / entreajuda / solidariedade, ou seja, a maioria dos peregrinos caminha com o sentido de ajudar o próximo. Oito das respostas obtidas (17%) referem que o espírito com que o peregrino efetua a peregrinação é um espírito de sacrifício e seis (13%) reponderam que é o espírito entregue à fé. As respostas relacionadas com o espírito com que o peregrino efetua a caminhada são variadas e na maioria das vezes são apontadas mais do que uma.

Tabela 11. Espírito do peregrino.

Espírito do peregrino	Número
Camaradagem/Companheirismo/Entreajuda/Solidariedade	20
Espírito de sacrifício	8
Espírito entregue à Fé	6
Cumprir uma missão/Vontade de chegar	4
Tristeza	3
Alegria	3
Força de vontade/Motivação psicológica	2
Somos uma família	1
Agradecimento	1

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

Há que salientar que as respostas às questões relacionadas com a motivação e o espírito do peregrino estiveram associadas a uma sensação de ansiedade que os peregrinos sentem desde o início da caminhada e que os faz mover de modo a que a concretização do objetivo da chegada ao Santuário de Fátima seja uma realidade.

4.3.2.10 Local de partida da peregrinação

O número de elementos de cada grupo varia entre os quatro e os trinta e seis e, em média, pode dizer-se que cada grupo é constituído por cerca de vinte pessoas. Cada grupo inicia a peregrinação em diferentes localidades. Como se pode verificar através da tabela 12, do total dos entrevistados, quatro iniciaram a peregrinação em Bragança (16%), dois em Carrazeda de Ansiães (8%), um em Freixo de Espada à Cinta (4%), três em Macedo de Cavaleiros (12%), dois em Miranda do Douro (8%), dois em Mirandela (8%), quatro em Mogadouro (16%), um em Torre de Moncorvo (4%), quatro em Vila Flor (16%), um em Vimioso (4%) e um em Vinhais (4%). É de referir que três dos entrevistados iniciaram a peregrinação num concelho diferente do da sua residência, nomeadamente dois dos peregrinos que partiram de Vila Flor residem nos concelhos de Alfândega da Fé e Mirandela; e um peregrino que reside no concelho de Vinhais, efetuou a peregrinação com o grupo de Bragança.

Tabela 12. Local de partida da peregrinação.

Concelho	Número
Bragança	4
Carrazeda de Ansiães	2
Freixo de Espada à Cinta	1
Macedo de Cavaleiros	3
Miranda do Douro	2
Mirandela	2
Mogadouro	4
Torre de Moncorvo	1
Vila Flor	4
Vimioso	1
Vinhais	1

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

4.3.2.11 Custo da viagem

A peregrinação implica também um esforço financeiro por parte de cada peregrino, sobretudo, para despesas com a alimentação e o alojamento. Os montantes gastos indicados pelos entrevistados variaram entre os 150,00€ e os 650,00€, podendo concluir-se que os entrevistados que se deslocam de Trás-os-Montes até ao Santuário de Fátima gastam, em média, 291,42€ com a peregrinação. De acordo com as respostas dos entrevistados, pode dizer-se que esta diferença se deve, sobretudo, ao leque de opções que os grupos têm no que respeita às condições do alojamento e de acesso às refeições (restaurante ou confeção própria). De notar que existe um mercado informal de alojamento oferecido por particulares e/ou associações humanitárias que disponibilizam dormidas aos peregrinos a título, muitas vezes, gracioso ou a preços de mercado reduzidos. Estes espaços são assim aproveitados pelos peregrinos que, desta forma, vêm o custo da viagem diminuído.

4.3.2.12 Condições da caminhada / dificuldade

Quanto às condições da caminhada, os entrevistados responderam que utilizam colete refletor, caminham pela esquerda e que são acompanhados, pelo menos por uma viatura de apoio, o que é fundamental para o sucesso da peregrinação.

A dificuldade da caminhada (tabela 13), foi dividida em três categorias de resposta: muito difícil, com seis respostas (24%); difícil, com doze respostas (48%); e não é difícil, com sete respostas (28%). Embora 28% dos entrevistados tenha referido que a caminhada não é

difícil, foi possível perceber-se, mesmo para estes, que existe sempre alguma dificuldade, no entanto esta é encarada como algo normal, relacionada com o sacrifício.

Tabela 13. Dificuldade da caminhada.

Dificuldade	Número
Muito difícil	6
Difícil	12
Não é difícil	7

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

De acordo com a opinião dos entrevistados, percebe-se que se trata de uma caminhada difícil, tendo sido referido que sentem uma maior dificuldade nos três primeiros dias da caminhada, geralmente entre o início até Trancoso. Deste modo, percebe-se o porquê da maioria, dos entrevistados, ter referido que é necessário treinar, pelo menos um mês antes da partida, fazendo caminhadas diárias de 10 km a 15 km e quando se aproxima a data da partida efetuam caminhadas entre os 20 km e os 30 km. Neste contexto, os entrevistados também referiram que os apoios relacionados com as condições físicas de cada peregrino, tais como o cansaço ou o estado dos pés, somente começam a existir a partir da localidade de Pocinho. Nesse sentido, foi referido que a Cruz Vermelha apenas se encontra no Pocinho, em Vila Nova de Foz Côa, em Celorico da Beira, em Gouveia e em Seia. Foi transmitido pelos entrevistados que esta ajuda faz muita falta, mas que a mesma não existe ao longo de uma grande extensão da peregrinação. Para colmatar essa falha, cada grupo organiza-se de modo a que a entreaajuda seja uma realidade e a presença de especialistas na área da saúde que, por vezes, integram os grupos é uma mais-valia. No entanto, quando isso não é possível, há um elemento do grupo que assume esse papel garantindo esse apoio no que toca a: “lava-pés”, medição da tensão, massagens, fornecimento de anti-inflamatórios, analgésicos e materiais para proteção das bolhas que se vão formando nos pés, entre outras situações. Foi, ainda, mencionado que também existe muita ajuda por parte de bombeiros voluntários e de alguns particulares, tendo sido dado o exemplo de uma médica e de um enfermeiro reformados que disponibilizam as suas competências para apoiar, de forma totalmente benévola, os peregrinos que necessitam de cuidados especializados.

A questão relacionada com o material que os entrevistados levam consigo, foi dividida em três componentes: alimentação, vestuário e calçado. Quanto à alimentação, os entrevistados referiram que optam por alimentos cuja declaração nutricional é rica em açúcar e hidratos de carbono (biscoitos, bolachas, bolos, rebuçados, chocolates e barritas energéticas), água e fruta. Há um cuidado acrescido com a escolha do vestuário e calçado utilizados que deverão ser o mais confortáveis possível, sendo a noção de conforto definida

por cada um e, sobretudo, que o corpo já tenha o hábito de o vestir ou de o calçar. Assim, os entrevistados referiram que vestem roupa de algodão, fatos de treino de manga comprida, leves, largos e com carapuço; e quanto ao calçado, as preocupações são muitas: sapatilhas e sandálias com sola grossa, ténis com absorção de choque (ar ou gel), meias de desporto calçadas do avesso e com a indicação de pé direito e de pé esquerdo. Para além disso, mencionaram que é essencial hidratar os pés e que se deve colocar adesivo em cada dedo e enrolar os pés com algodão, envolvendo-os, depois, com uma ligadura de gesso. Nesta questão foi nítido que os entrevistados deram particular importância ao calçado, situação que se entende pois, segundo eles, o cuidado com os pés é um fator muito importante, porque um calçado confortável e bem adaptado ao pé é essencial para que a caminhada seja menos dolorosa e efetuada com menos sacrifício.

Na terceira parte da entrevista abordam-se as características do itinerário, tais como, o tipo de piso, horas e quilómetros percorridos diariamente, o itinerário que realizam e as condições de segurança do mesmo. Segundo os entrevistados, a maioria da caminhada é efetuada ao longo de estradas alcatroadas, havendo, por vezes, alguns troços que se fazem em terra batida, aos quais chamam trilhos ou atalhos. Os peregrinos referiram que seguem por esses trilhos/atalhos quando estes são conhecidos pelos guias-peregrinos ou quando são deixadas marcas indicativas de direção por outros peregrinos, as quais costumam ser placas de madeira, marcas de tinta pintadas em paredes ou no chão, ramos ou flores, entre outros. É de salientar a preocupação que os peregrinos transmitiram face à existência de poucos trilhos/atalhos e que apenas há marcas com tinta azul, perto do Santuário, já no último dia da caminhada.

Os entrevistados referiram que em cada etapa diária percorrem entre 32 km e 60 km, que se efetuam entre 6 horas e 10 horas por dia. Com base nos dados recolhidos, conclui-se que, por dia, os peregrinos entrevistados percorrem uma média de 42 km e caminham em média 9 horas. Os entrevistados referiram que um dia de caminhada começa pelas 6 horas da manhã e que há pelo menos um período de descanso de cerca de 2 horas repartido entre a manhã e após o almoço.

4.3.2.13 Condições do itinerário

A questão relacionada com o itinerário que os peregrinos realizam atualmente, será analisada no ponto 5.3.2. Traçado atual do caminho Trás-os-Montes - Fátima.

Quanto à segurança que sentem ao longo do itinerário, foi referido de forma unânime que este não é seguro, sendo muito perigoso, sobretudo, quando se caminha pelas estradas alcatroadas, pois na maioria delas não há espaço para os peões e nem sequer existem bermas. Nas respostas obtidas, houve relatos de acidentes a que os entrevistados assistiram e, também, de experiências de situações perigosas como por exemplo ter de

saltar para a valeta para não serem atropelados. Foi, ainda, referido que depois da localidade de Celorico da Beira a insegurança aumenta, pois há mais trânsito e é onde se encontram mais grupos de peregrinos, vindos, por exemplo, da Guarda (grupo composto por centenas de peregrinos). Esta situação é particularmente perigosa quando se ultrapassam grupos em estradas sem bermas, ao mesmo tempo que automobilistas passam junto aos peregrinos em alta velocidade. Embora tenham sido registadas várias situações perigosas, também foi referido que perto de Fátima as estradas alcatroadas já têm bermas, que sempre que se aproxima um caminho menos seguro, há a preocupação de se encontrar uma alternativa e foi, ainda, salientado que nos trilhos/atalhos se caminha em segurança e sem o ruído dos automóveis.

Quando se perguntou aos peregrinos se achavam pertinente haver um traçado mais seguro, mais uma vez, a resposta foi unanime no sentido de dizerem que sim pelas mais variadas razões, tais como, serem evitados acidentes, haver mais segurança, não se sentir o ruído dos automóveis, efetuar-se uma caminhada mais tranquila ou caminhar-se melhor do que pelo alcatrão. Alguns dos entrevistados até questionaram o facto de que se há trilhos e albergues ao longo dos Caminhos de Santiago, porque não haver também ao longo dos Caminhos de Fátima. Outros referiram que se podiam aproveitar e/ou construir caminhos de terra batida paralelos às estradas alcatroadas e que se houvesse um caminho seguro e sinalizado que, certamente, seria por esse que iriam.

As respostas relacionadas com a importância do apoio e da preocupação que é atualmente dada às peregrinações do distrito de Bragança, por parte de várias entidades públicas e privadas, as respostas foram diversas, no entanto, houve sempre um denominador comum que se relacionou com o facto de que consideram que a segurança dos peregrinos é um aspeto muito importante e, maioritariamente, referiram que esta situação deveria ser uma preocupação de entidades como as juntas de freguesia, os municípios e o próprio Santuário de Fátima. A determinação e firmeza com que os entrevistados referiram este último aspeto encontra explicação dada por alguns deles quando referiram que “Os peregrinos são muito importantes”, sem eles não haveria peregrinações nem visitas ao Santuário. Alguns dos entrevistados referiram que seria possível implementar-se um caminho seguro com base no conhecimento dos caminhos por parte das juntas de freguesia e dos municípios por onde passam, sugerindo que seria muito importante que as entidades competentes do Santuário de Fátima colaborassem financeiramente para a concretização deste bem comum.

Esta situação seria vantajosa no que respeita ao incremento da segurança dos peregrinos, pois, atualmente, vivenciam situações de caminhada junto a viaturas automóveis de grandes dimensões que por eles passam em grande velocidade e melhorariam também a sua condição física ao longo de caminhadas diárias que muitas vezes ultrapassam os 50 km, pois o próprio piso seria mais agradável e suave para os pés. Tendo em conta esta situação, os entrevistados deixaram bem assinalado que seria muito importante que

houvesse um investimento na criação de um caminho em terra batida ao longo de todo o percurso. Foi, ainda, referido que deveriam existir trilhos tal como existem nos Caminhos de Santiago e também apoios idênticos ao longo do percurso, como por exemplo, albergues. A este respeito, os entrevistados mencionaram que, atualmente, existem poucos troços marcados com setas e cruces que vão indicando o caminho para o Santuário e que sempre que estas existem, os peregrinos sentem confiança no trilho que percorrem, pois compreendem e comprovam que é mais seguro. Assim, pode concluir-se que o investimento num trilho em piso de terra batida, teria as vantagens de ser mais seguro, de estar marcado e de ser mais agradável para quem o percorresse.

Foi também referido que alguns municípios se preocupam com o bem-estar dos peregrinos e, nesse contexto, foram dados alguns bons exemplos, nomeadamente, os dos municípios de Miranda do Corvo, Ansião e Seia que tiveram o cuidado de retirar ervas altas e silvas que se acumulavam junto às bermas da estrada, facilitando, assim, a passagem dos peregrinos.

A segurança na caminhada diz respeito a dois aspetos, sendo eles: a segurança relacionada com o trabalho que é necessário ser efetuado pelas forças de segurança (PSP e GNR) e as próprias características do itinerário que percorrem. A este respeito, alguns peregrinos mencionaram que por razões de segurança avisam as entidades competentes do Santuário relativamente à data de partida e ao itinerário que vão percorrer. Os guias-peregrinos oficiais, pertencentes ao Movimento da Mensagem de Fátima, indicaram que têm, todos os anos, duas reuniões, uma delas em fevereiro e outra no dia 12 de maio, em Fátima, com o objetivo de se prepararem para a caminhada e de darem a saber as condições em que decorreu a peregrinação, referindo alguma situação que tenha corrido menos bem. Desta forma o Movimento da Mensagem de Fátima tem a oportunidade de conhecer as condições em que a caminhada dos peregrinos de todo o país se realiza e de melhorar os aspetos que contribuam para uma viagem mais segura. Os guias-peregrinos referiram, ainda, que por razões de segurança, a ficha de inscrição de cada peregrino que quer efetuar a caminhada com eles, inclui uma questão relacionada com as doenças e o tipo de sangue, o que lhes permite efetuar uma gestão mais adequada do grupo e estar bem documentados em caso de acidente. É um facto que o apoio dado pelas forças de segurança, nomeadamente por parte da GNR, tem vindo a ser cada vez mais próximo, havendo contacto com os grupos de peregrinos no sentido de saberem qual o itinerário que vão efetuar e fazerem, na medida do possível, o acompanhamento dos grupos, sobretudo ao longo dos troços onde caminhar a pé é mais inseguro.

4.4 Traçado atual do caminho Trás-os-Montes - Fátima

Segundo foi apurado nas entrevistas realizadas aos guias-peregrinos e peregrinos, o itinerário que os diferentes grupos que partem de Trás-os-Montes, mais concretamente da Diocese de Bragança-Miranda, é distinto consoante as localidades de onde iniciam a peregrinação.

Apresentam-se, de seguida, os itinerários que são realizados a partir das localidades de Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro e Vila Flor (figuras 39 a 46). Embora a Diocese de Bragança-Miranda seja constituída por doze concelhos, apenas se apresentam oito itinerários diferentes (dois deles a partir de Mogadouro), pois os peregrinos que pertencem aos concelhos de Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vinhais e Vimioso uniram-se a grupos que partem de concelhos vizinhos. Assim, o peregrino de Alfândega da Fé que se entrevistou iniciou a caminhada em Vila Flor juntamente com o grupo que partiu dessa localidade. O peregrino que saiu de Freixo de Espada à Cinta deslocou-se a pé desta localidade até Carviçais, onde se uniu ao grupo que iniciou a caminhada em Mogadouro no dia 2 de maio. Juntou-se a esse mesmo grupo o peregrino que partiu de Torre de Moncorvo, tendo esperado pelo mesmo na ecopista daquela localidade. O peregrino que começou no concelho de Vinhais deslocou-se, dois dias antes de se encontrar com o grupo de Vila Flor, isto é, no primeiro dia, partiu de Rebordelo até chegar a Mirandela e no segundo dia seguiu até Vila Flor. A peregrina do concelho de Vimioso deslocou-se de Carção até Mogadouro para se encontrar com o grupo desta localidade, que iniciou a peregrinação no dia quatro de maio.

Os itinerários que atualmente são utilizados pelos peregrinos foram traçados com base na utilização de mapas e ferramentas de otimização de rotas disponíveis na internet. A aplicação utilizada foi o *Google Maps* que permitiu, numa primeira etapa, a identificação dos locais de passagem/paragem dos peregrinos e, posteriormente, efetuou-se o traçado automático do itinerário escolhendo-se a opção de o mesmo ser efetuado a pé.

O ponto de encontro dos peregrinos que saem de Bragança (figura 39), capital de distrito, é o edifício dos Serviços Sociais do Instituto Politécnico de Bragança. A partir deste local, os peregrinos terminam o primeiro dia em Vale Benfeito e no segundo dia dirigem-se para o Pocinho. No terceiro dia saem desta localidade e seguem até Marialva, de onde partem, no quarto dia, para Celorico da Beira. O quinto dia tem início em Celorico da Beira e termina em Seia, de onde seguem, já no sexto dia, para Catraia de Mouronho. No sétimo dia chegam a Miranda do Corvo e no oitavo a Ansião. No nono dia percorrem o último troço entre Ansião e Fátima.

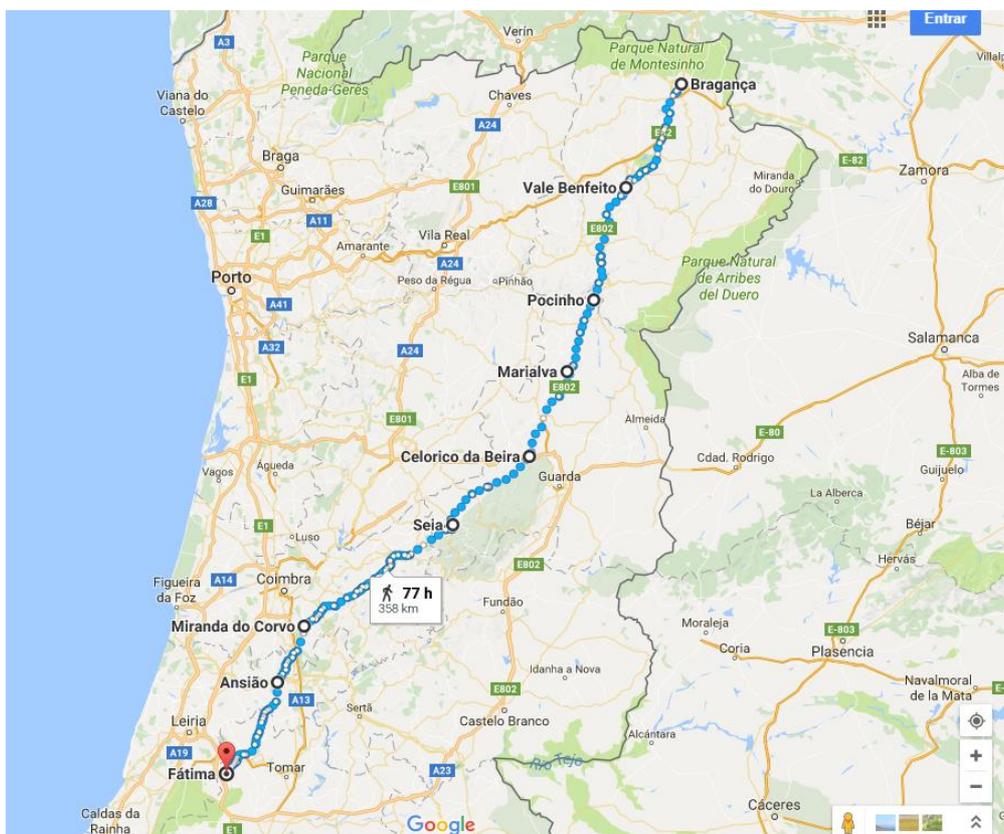


Figura 39. Itinerário Bragança.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/VCbuhU5Tg52>

Os peregrinos que se deslocam a partir do concelho de Carrazeda de Ansiães (figura 40), saem da aldeia de Vilarinho da Castanheira, mais concretamente da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena e, no primeiro dia, chegam a Vila Nova de Foz Côa, onde se encontram com o resto do grupo para, no dia seguinte, seguirem todos juntos. O segundo dia é percorrido entre Vila Nova de Foz Côa e Valdujo que é uma localidade já próxima de Trancoso. No terceiro dia partem de Valdujo e terminam em Celorico da Beira, de onde seguem, já no quarto dia, em direção a Catraia de São Romão/Catraia de São Paio. O quinto dia é efetuado entre essa localidade e Carapinha e no dia seguinte, sexto dia, deslocam-se para Gaiate, de onde saem, já no sétimo dia, para Albarrol. No oitavo dia seguem até Casal do Castanheiro, de onde, no nono e último dia se deslocam para o destino final.

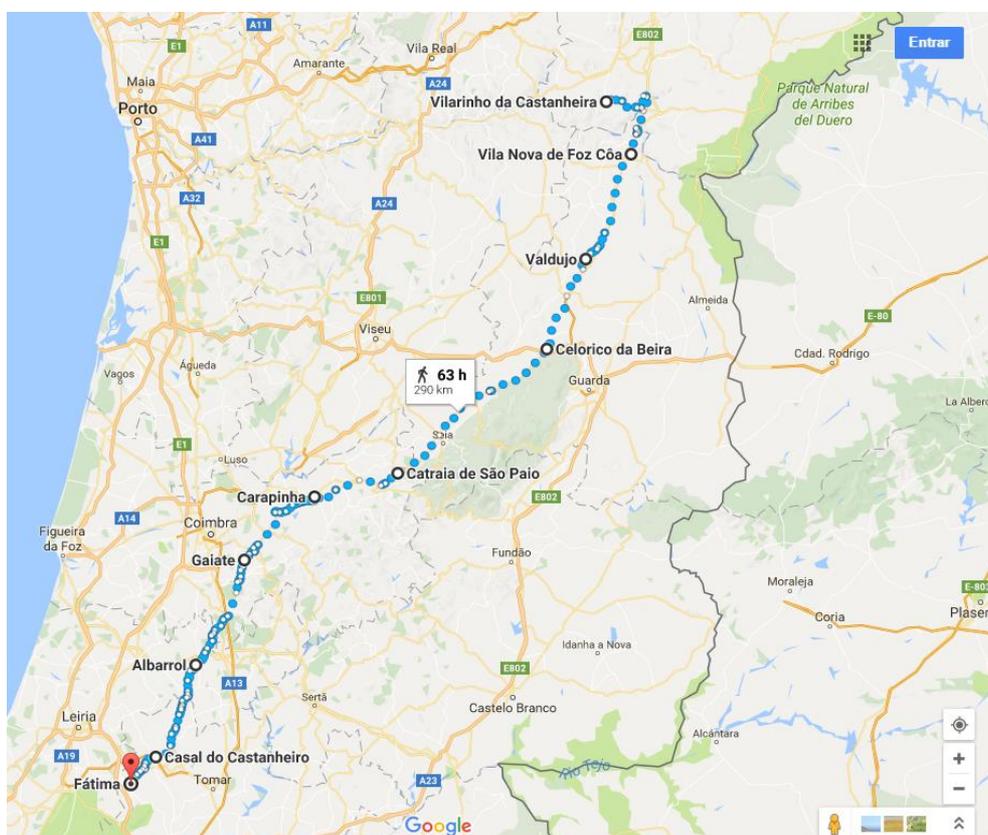


Figura 40. Itinerário Carrazeda de Ansiães.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/77AouG8ZbFz>

O traçado de Macedo de Cavaleiros (figura 41) tem o seu ponto de encontro junto à Câmara Municipal. No primeiro dia percorrem o troço até Torre de Moncorvo, no segundo dia deslocam-se de Torre de Moncorvo até Trancoso e dessa localidade partem, no terceiro dia, para Celorico da Beira. Ao quarto dia efetuam o troço entre Celorico da Beira e Catraia de São Paio e no dia seguinte, quinto dia, partem dessa localidade até chegar a Miranda do Corvo. No sexto dia seguem de Miranda do Corvo até Ansião e concluem o sétimo dia entre Ansião e Ourém. No oitavo dia terminam a peregrinação, percorrendo o troço entre Ourém e Fátima.

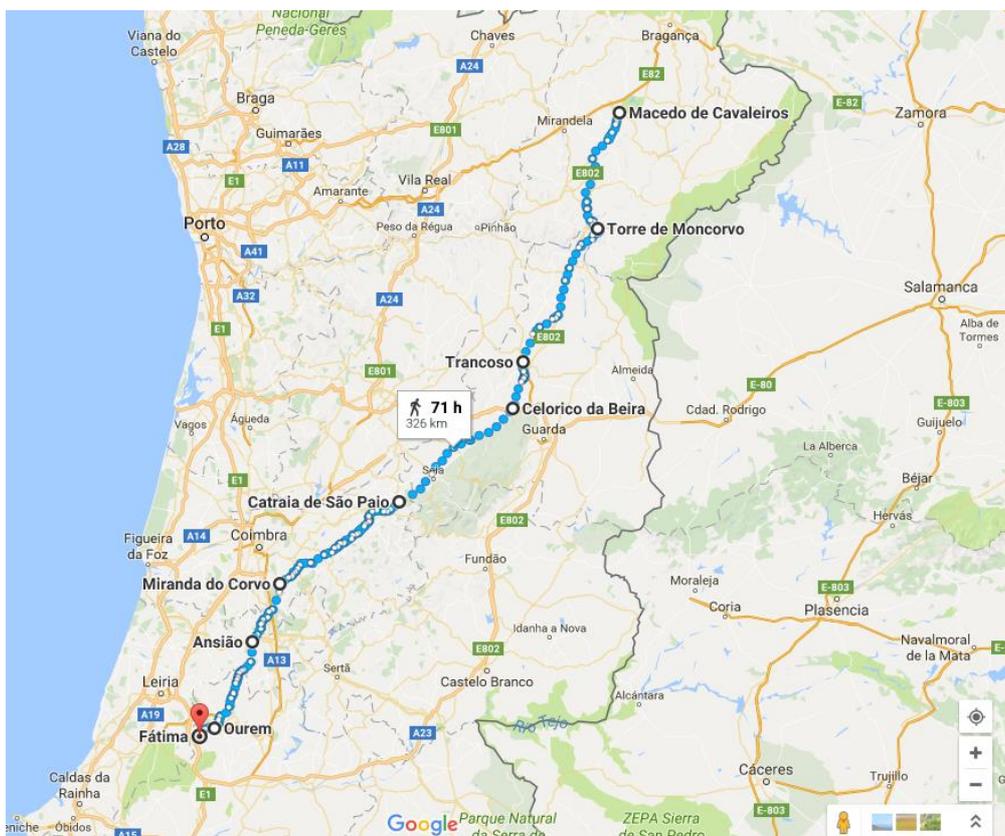


Figura 41. Itinerário Macedo de Cavaleiros.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/HrdrHxzjMzK2>

O itinerário com início em Miranda do Douro (figura 42) prolonga-se, no primeiro dia, até Mogadouro. O segundo dia inicia-se nessa localidade e segue até Torre de Moncorvo, de onde partem, no terceiro dia, para Trancoso. No quarto dia deslocam-se de Trancoso para Celorico da Beira e daí, no quinto dia, para Seia. De Seia seguem para Tábua, local onde terminam o sexto dia e no dia seguinte, sétimo dia, vão de Tábua até Vila Nova de Poiares. É a partir daí que efetuam o oitavo dia, terminando em Ansião e depois, no nono dia, seguem até Caxarias. O décimo e último dia é percorrido entre Caxarias e o Santuário de Fátima.

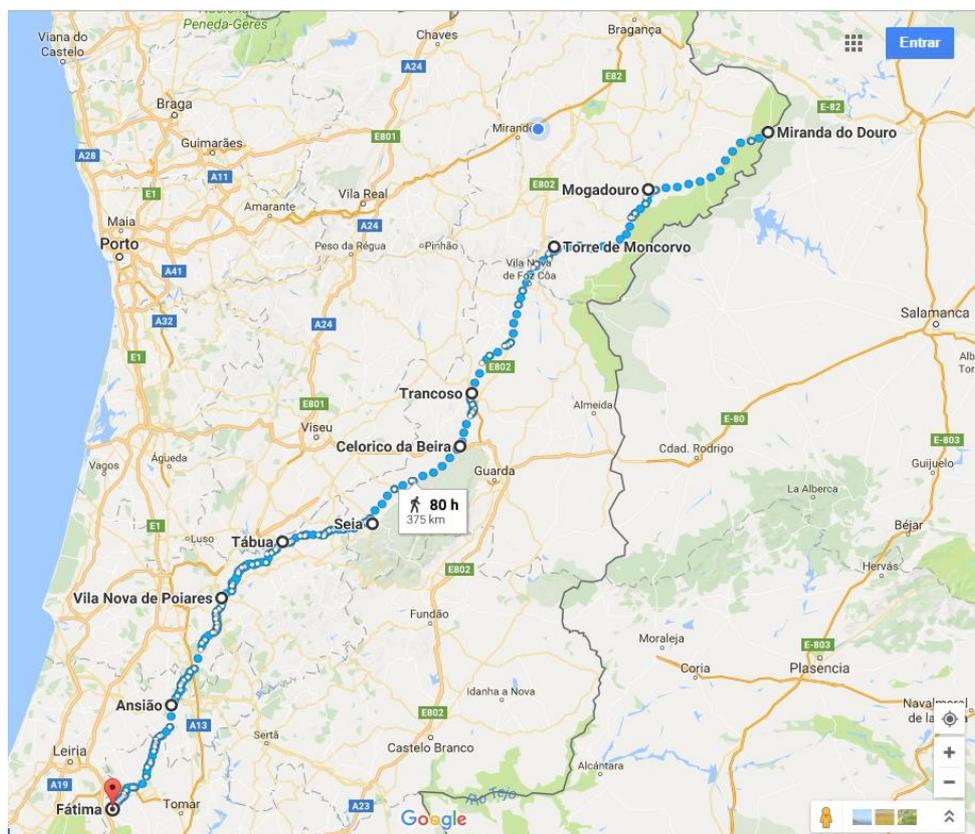


Figura 42. Itinerário Miranda do Douro.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/KKvcDmSgHuP2>

Os peregrinos que se deslocam de Mirandela (figura 43) concentram-se no pavilhão do INATEL, de onde iniciam a peregrinação até Torre de Moncorvo. O segundo dia começa em Torre de Moncorvo e termina em Meda, de onde partem, no terceiro dia, para Celorico da Beira. No quarto dia deslocam-se de Celorico da Beira até Seia e no dia seguinte, quinto dia, seguem desde essa localidade até São Martinho da Cortiça. No sexto dia chegam a Vila Nova de Poiares, local de onde partem, no sétimo dia, até Pombal. Depois de pernoitarem em Pombal, dirigem-se para Caranguejeira, concluindo, assim, o oitavo dia. Por fim, seguem de Caranguejeira e terminam o nono dia de caminhada no Santuário de Fátima.

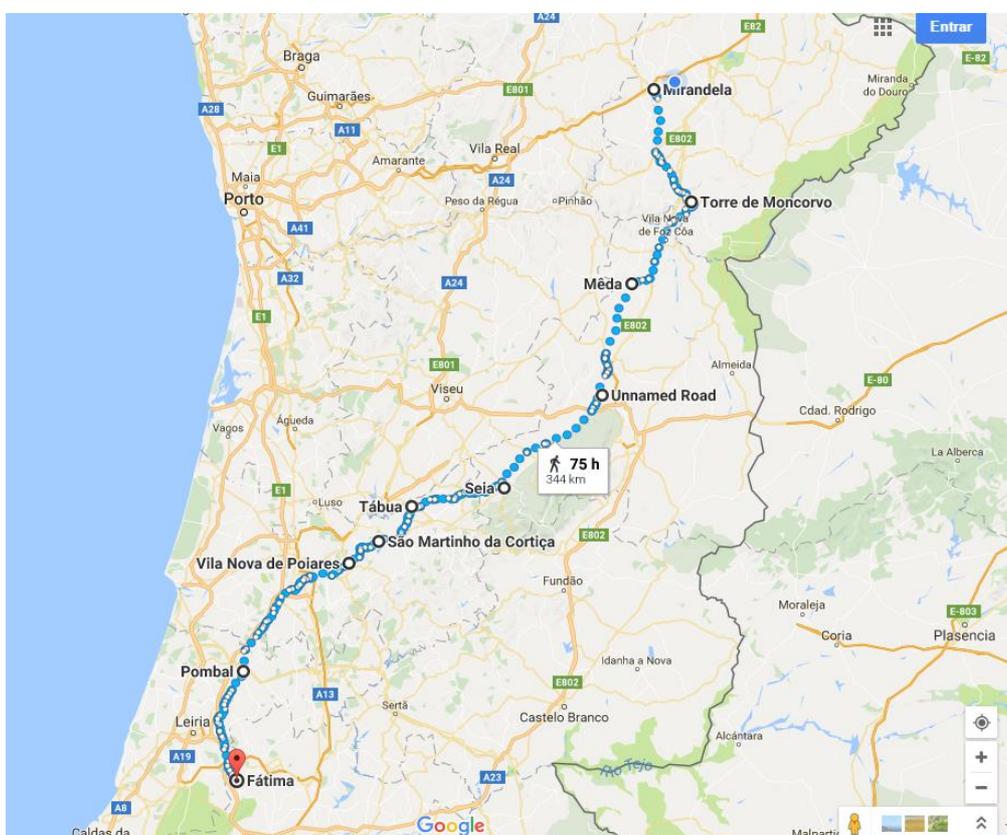


Figura 43. Itinerário Mirandela.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/FBwgCuZ35jx>

De Mogadouro partem dois grupos que seguem por itinerários distintos, coincidindo o seu percurso apenas entre Vila Nova de Foz Côa e Gouveia. Os dois grupos de peregrinos de Mogadouro partem do Santuário de Nossa Senhora do Caminho, embora iniciem a caminhada em dias diferentes.

Os peregrinos do grupo que inicia a caminhada a 2 de maio (figura 44), terminam o primeiro dia em Carviçais. Depois, no segundo dia seguem desta localidade para Vila Nova de Foz Côa, aí começa o terceiro dia, terminando em Trancoso. No quarto dia, partem de Trancoso e vão até Gouveia. O quinto dia, inicia em Gouveia e termina em Torrozelos. Ao sexto dia percorrem a distância entre Torrozelos e Moita da Serra e ao sétimo deslocam-se até Segode. No oitavo dia deixam Segode e continuam até Condeixa-a-Nova. O nono dia é percorrido entre Condeixa-a-Nova e a localidade de Barracão e o décimo e último dia é efetuado entre Barracão e Fátima.

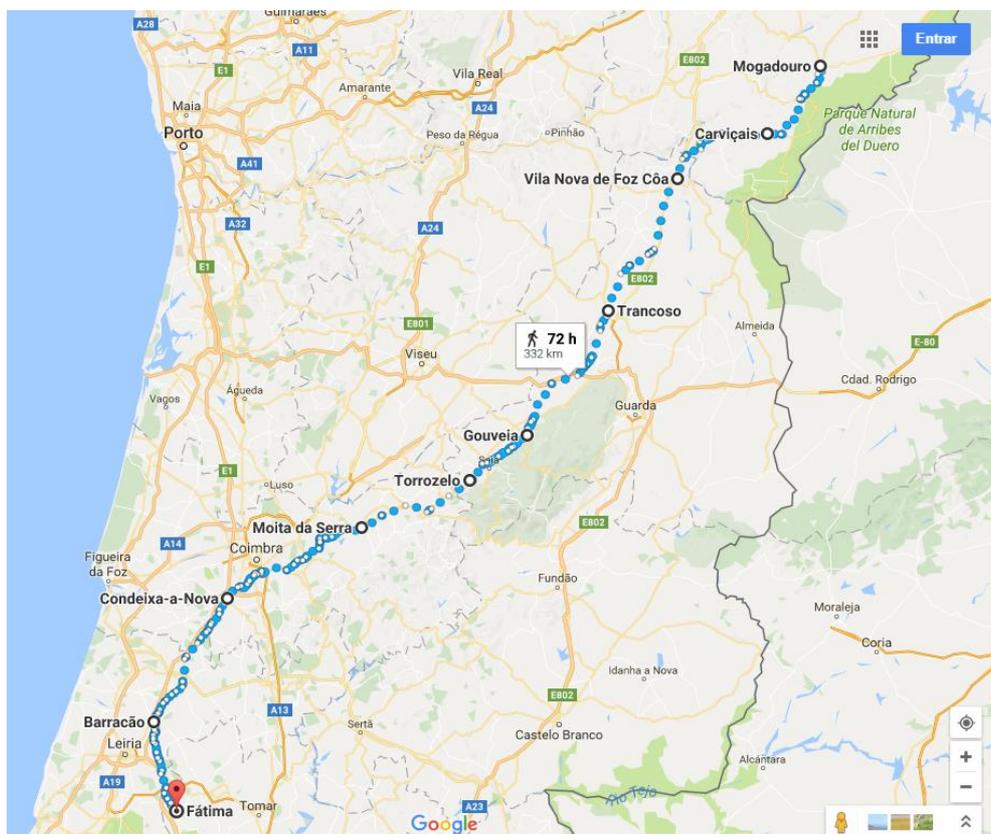


Figura 44. Itinerário Mogadouro.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/5nJASx5nhEA2>

Os peregrinos de Mogadouro que pertencem ao grupo que inicia a caminhada a quatro de maio (figura 45), finalizam o primeiro dia em Freixo de Espada à Cinta. No segundo dia partem dessa localidade até Vila Nova de Foz Côa. No terceiro dia, seguem em direção a Trancoso. Ao quarto dia iniciam a caminhada em Trancoso e terminam em Gouveia e a partir dessa localidade, dirigem-se, no quinto dia, para Tábua. No sexto dia, deslocam-se de Tábua até Vila Nova de Poiares, de onde partem, no sétimo dia, para Venda Nova. No oitavo dia, efetuam a caminhada até Caranguejeira e no nono e último dia, terminam no Santuário de Fátima.

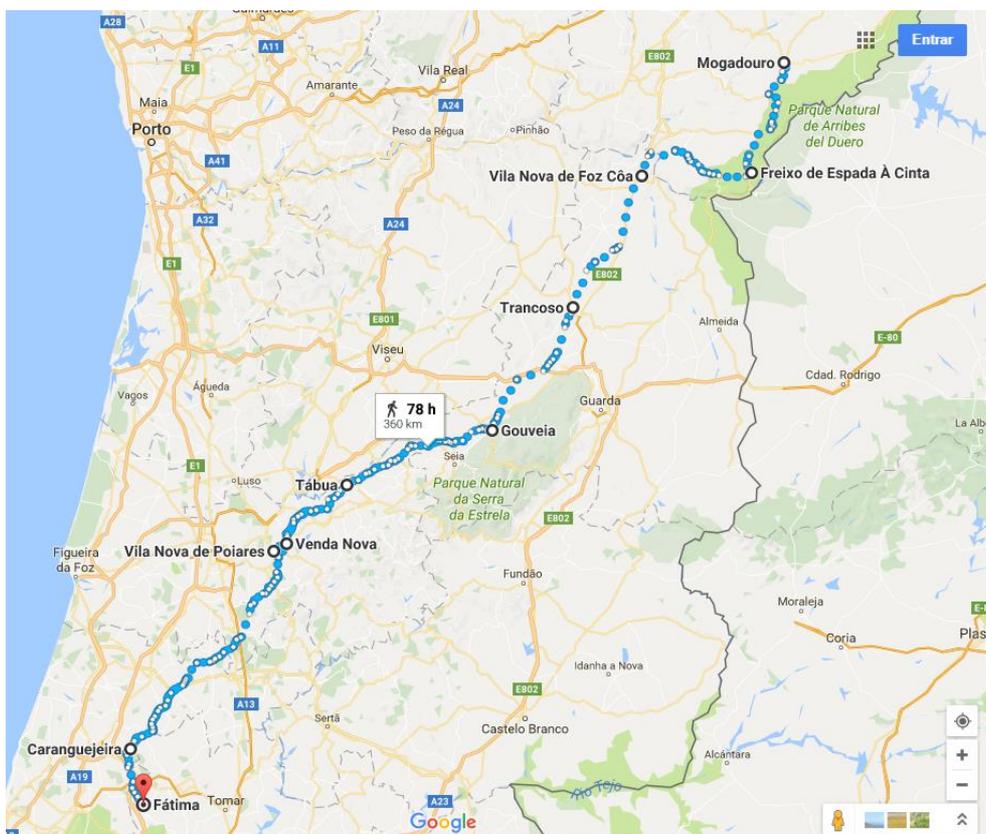


Figura 45. Itinerário Mogadouro.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/zFzRwpxEF6Q2>

Os peregrinos de Vila Flor iniciam a peregrinação junto à Fonte Romana daquela localidade (figura 46) e terminam o primeiro dia em Vila Nova de Foz Côa, de onde partem, no segundo dia, até Celorico da Beira. No terceiro dia saem desta localidade e seguem até Gouveia, onde iniciam o quarto dia de caminhada, até Galizes. O quinto dia começa em Galizes e termina em Serra Moita. Daí deslocam-se, no sexto dia, para Miranda do Corvo e no sétimo dia chegam a Ansião. No oitavo dia, vão para Vila Nova de Ourém, de onde saem, no último dia, para o Santuário de Fátima.

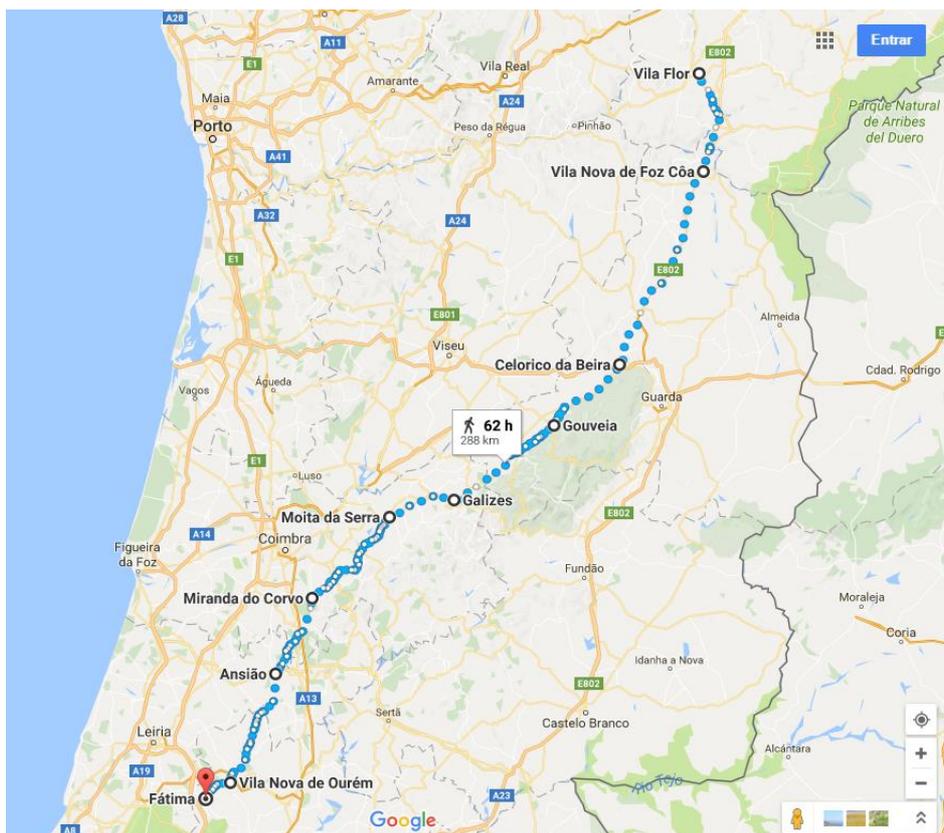


Figura 46. Itinerário Vila Flor.

Fonte: Google Maps, <https://goo.gl/maps/aoeTGXiF1Yv>

Como se pôde constatar através da descrição dos diferentes itinerários e da observação dos respetivos mapas, os grupos que se deslocam de Trás-os-Montes a Fátima, efetuam distintos traçados, sendo apenas praticamente coincidente o troço que realizam entre Torre de Moncorvo e Seia, com um total de cerca de 120 km. De acordo com o que se apurou através da realização das entrevistas, esta situação está relacionada com o facto de que cada grupo já estabeleceu os locais de pernoita e de alimentação, o que os obriga, a partir de Seia, a percorrer caminhos distintos até chegarem ao Santuário. É com base na descrição diária do traçado de cada grupo, bem como na sua análise, que, no ponto seguinte, se apresenta a proposta de traçado para a implementação da Grande Rota Mariana de Trás-os-Montes - Fátima.

4.5 Proposta de Implementação da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima

4.5.1 Critérios de Implementação da Grande Rota

As rotas turísticas são estruturas de captação de recursos e produtos que valorizam os locais visitados conferindo conhecimento a quem as percorre. Estas podem ser: integradas, temáticas ou específicas; circulares ou lineares; locais, regionais, nacionais ou internacionais; pequenas ou grandes e são utilizadas para estruturar, otimizar e promover os recursos de cada região. Segundo Ramírez (2011) as rotas turísticas têm como objetivo principal «vender» um território que, pelas suas características e valores singulares, pretendem atrair a visita de potenciais consumidores. Paula e Bastos (2002) defendem que a criação de uma rota deve obedecer a um conjunto de pressupostos gerais e específicos que compreendem: escolha de um nome apelativo e atrativo, não muito longo e compreensível; escolha de locais de início e de fim que sejam motivadores para a percorrer; correta identificação dos recursos endógenos; correta implantação da sinalização; concretização de material promocional; criação de um logótipo; constituição de um grupo de *stakeholder*; criação de uma entidade para a gerir; criação de um regulamento e sua aplicação; e constante avaliação da dinâmica da rota.

A Rota que se vai propor, de seguida, é de âmbito nacional, temática, linear e como a sua extensão é superior a 30 km, trata-se de uma Grande Rota. Com a pretensão de que esta Rota também possa valorizar o território por onde irá passar, serão cumpridas as premissas da sustentabilidade das localidades que, de acordo com Gómez e Quijano (1992), ao longo do itinerário deverão ser especificados os lugares de passagem e/ou paragem, onde é proposto um conjunto de atividades e serviços que poderão ser usados pelos utilizadores da Rota. Em simultâneo, pretende-se que o itinerário seja seguro, atrativo e diferenciador, combinando recursos ambientais, históricos e culturais sendo, para isso, absolutamente necessário reunir com os diversos atores locais públicos e privados que têm a sua atividade profissional ao longo da Rota (como por exemplo, população local, freguesias, municípios, associações, Dioceses, empresas, Turismo de Portugal), de modo a que se potenciem todos os recursos de interesse local. Neste sentido, considera-se que “É necessário atender não só aos benefícios e bem-estar dos turistas mas também ao das populações e comunidades visitadas bem como à sua envolvente social e cultural, sendo essencial promover os estilos de vida e o património locais.” (Correia & Brito, 2010, p. 5). Assim, deverá ser constituído um grupo de trabalho que envolva todos os *stakeholder* que, para além de definir os critérios de implementação e os recursos da Rota, possa, também, gerir a mesma.

Tendo em conta os pressupostos acima referidos, escolheu-se para nome da Rota que se pretende criar: “Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima”. Esta denominação

encontra justificação pelo facto de se pretender criar um traçado com início na capital do distrito de Bragança, junto à Catedral dedicada a Nossa Senhora Rainha e final no Santuário de Fátima, o maior santuário mariano português. A mesma denominação inclui o termo Grande Rota porque, de acordo com a FCMP, esta é a denominação que se atribui a um percurso pedestre que tem uma extensão superior a 30 km e que demora mais de uma jornada a ser percorrido. Optou-se por ser utilizada a designação “Trás-os-Montes” e não o de uma cidade, porque apesar de a Grande Rota ter início na cidade de Bragança, pretendem criar-se pequenas rotas de acesso, começando nas diferentes sedes de concelho do distrito de Bragança que pertencem à Diocese de Bragança-Miranda. No ponto seguinte apresenta-se, como exemplo, a pequena rota entre Mirandela e a Grande Rota. Para além disso, “Trás-os-Montes” é a designação de um dos subdestinos da Porto e Norte de Portugal, logo, é mais facilmente identificada. Assim, pretende contribuir-se para que o Turismo Religioso deixe de ser identificado como produto complementar para passar a ser um produto âncora na região. Tendo em conta as justificações acima referidas, considera-se que a denominação proposta para a Grande Rota não é longa, é apelativa e simultaneamente compreensível.

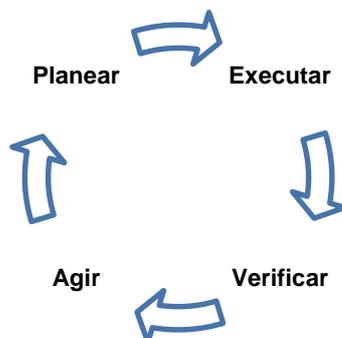
Considerando-se que muitos dos potenciais utilizadores da Grande Rota serão os peregrinos, entendeu-se que os recursos endógenos a referir estariam relacionados com a alimentação e o descanso, isto porque estes dois aspetos estão diretamente relacionados com o bem-estar que os peregrinos necessitam para atingirem os seus objetivos. Assim, nos locais onde se iniciam ou terminam etapas diárias, propõe-se que sejam georreferenciados e conhecidas as características dos recursos existentes de modo a que se satisfaçam as necessidades dos peregrinos.

A tipologia de sinalização que se propõe colocar ao longo da Grande Rota pode ser a utilizada pela FCMP, em conjugação com as marcas que habitualmente são utilizadas para indicar os Caminhos de Fátima, de acordo com as formas e as cores que se descreveram nos pontos 4.2 e 4.3 do capítulo anterior.

Propõe-se que a avaliação da Rota obedeça às regras definidas no Ciclo de Shewhart ou Deming (figura 47), também conhecido por PDCA, pois este constitui uma ferramenta de gestão que permite a obtenção de uma melhoria contínua em todos os procedimentos para a avaliação da Rota, tornando esta tarefa mais ágil e eficaz. O Ciclo de Deming é constituído por quatro etapas, sendo elas, o planeamento que é o momento em que se identificam as metas e os possíveis problemas que poderão surgir impedindo a sua concretização, estabelecendo-se um plano de ação; a execução que compreende a concretização das atividades previstas no plano de ação definido na fase anterior; a verificação que inclui uma constante monitorização e avaliação dos resultados que se obtêm a partir da concretização das atividades planeadas, confrontando-os com os resultados esperados definidos no plano de ação; e ação que tem como objetivo agir perante os resultados que forem obtidos após

a sua avaliação, melhorando-se os procedimentos e concretizando-se novos planos de ação. Esta última tarefa origina o regresso dos trabalhos contemplados na primeira etapa e, por isso, diz-se que este Ciclo não tem um fim previamente estabelecido.

Figura 47. Ciclo de Deming.



Fonte: Elaboração própria.

A explicação acerca da concretização de material promocional e da criação de um logótipo será elaborada no ponto 5.4.3. Proposta de Pequena Rota de ligação à Grande Rota.

4.5.2 Proposta de itinerário da Grande Rota

Os registos orais, extremamente minuciosos obtidos através das entrevistas aos guias-peregrinos e peregrinos, foram fundamentais para o desenho da proposta de itinerário da Grande Rota, enriquecendo-a para que venha a ser elaborada com rigor e se constitua como um itinerário mais seguro e concordante com a vontade dos mesmos. Na tabela 14, elaborada com base nas entrevistas, listam-se, sequencialmente, os principais locais percorridos pelos diferentes grupos que saem de Trás-os-Montes e se deslocam até ao Santuário de Fátima.

Tabela 14. Itinerários atuais.

Local de partida	Itinerário
Bragança	Bragança - Vale de Benfeito - Pocinho - Marialva - Celorico da Beira - Seia - Catraia de Mouronho - Miranda do Corvo - Ansião - Fátima
Carrazeda de Ansiães	Vilarinho da Castanheira - Vila Nova de Foz Côa - Valdujo - Celorico da Beira - Catraia de São Romão - Carapinha - Gaiate - Albarrol - Casal do Castanheiro - Fátima
Freixo de Espada à Cinta	Freixo de Espada à Cinta - Carviçais - Vila Nova de Foz Côa - Trancoso - Gouveia - Torrozeiro - Moita da Serra - Segode - Condeixa-à-Nova - Barracão - Fátima

Local de partida	Itinerário
Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros - Torre de Moncorvo - Trancoso - Celorico da Beira - Catraia de São Romão - Miranda do Corvo - Ansião - Ourém - Fátima
Miranda do Douro	Miranda do Douro - Mogadouro - Torre de Moncorvo - Trancoso - Celorico da Beira - Seia - Tábua - Vila Nova de Poiares - Ansião - Caxarias - Fátima
Mirandela	Mirandela - Torre de Moncorvo - Meda - Celorico da Beira - Seia - São Martinho da Cortiça - Vila Nova de Poiares - Pombal - Caranguejeira - Fátima
Mogadouro (grupo que parte no dia 2 de maio)	Mogadouro - Carviçais - Vila Nova de Foz Côa - Trancoso - Gouveia - Torrozel - Moita da Serra - Segode - Condeixa-à-Nova - Barracão - Fátima
Mogadouro (grupo que parte no dia 4 de maio)	Mogadouro - Freixo de Espada à Cinta - Vila Nova de Foz Côa - Trancoso - Gouveia - Tábua - Vila Nova de Poiares - Venda Nova - Caranguejeira - Fátima
Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo - Vila Nova de Foz Côa - Trancoso - Gouveia - Torrozel - Moita da Serra - Segode - Condeixa-à-Nova - Barracão - Fátima
Vila Flor	Vila Flor - Vila Nova de Foz Côa - Celorico da Beira - Gouveia - Galizes - Serra Moita - Miranda do Corvo - Ansião - Vila Nova de Ourém - Fátima
Vinhais	Rebordelo - Mirandela - Vila Flor - Vila Nova de Foz Côa - Celorico da Beira - Gouveia - Galizes - Serra Moita - Miranda do Corvo - Ansião - Vila Nova de Ourém - Fátima
Vimioso	Carção - Mogadouro - Freixo de Espada à Cinta - Vila Nova de Foz Côa - Trancoso - Gouveia - Tábua - Vila Nova de Poiares - Venda Nova - Caranguejeira - Fátima

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

A compilação da sequência de locais que cada grupo percorre foi muito útil para servir de base à concretização da proposta de itinerário da Grande Rota. Desta forma, foi possível concluir-se que todos os grupos efetuam um itinerário idêntico, entre o local de onde partem e Seia, ou muito perto de Seia, e só a partir dessa localidade é que se ramificam em quatro diferentes itinerários, dando continuidade à peregrinação por: Miranda do Corvo, Tábua, Vila Nova de Poiares e Condeixa-a-Nova.

Tal como foram localizados os pontos de passagem/paragem, bem como os traçados dos itinerários que são atualmente percorridos, também se apresentam, com base nas mesmas ferramentas e nos mesmos mapas, os quatro diferentes itinerários que se obtiveram após se terem identificado as ramificações a partir de Seia, ou muito perto de Seia (figuras 48, 49, 50 e 51).

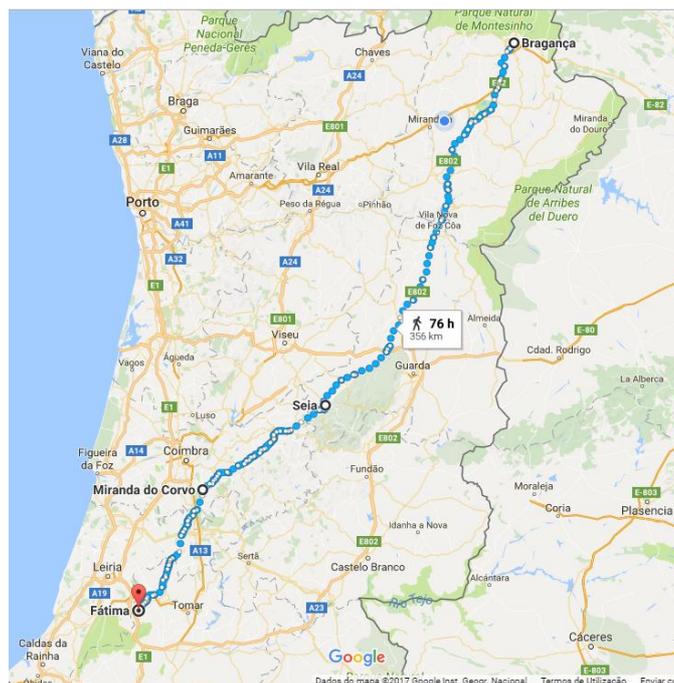


Figura 48. Bragança - Macedo de Cavaleiros - Torre de Moncorvo – Trancoso - Celorico da Beira – Seia - Miranda do Corvo - Fátima: <https://goo.gl/maps/EbSHZYVurmt>

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

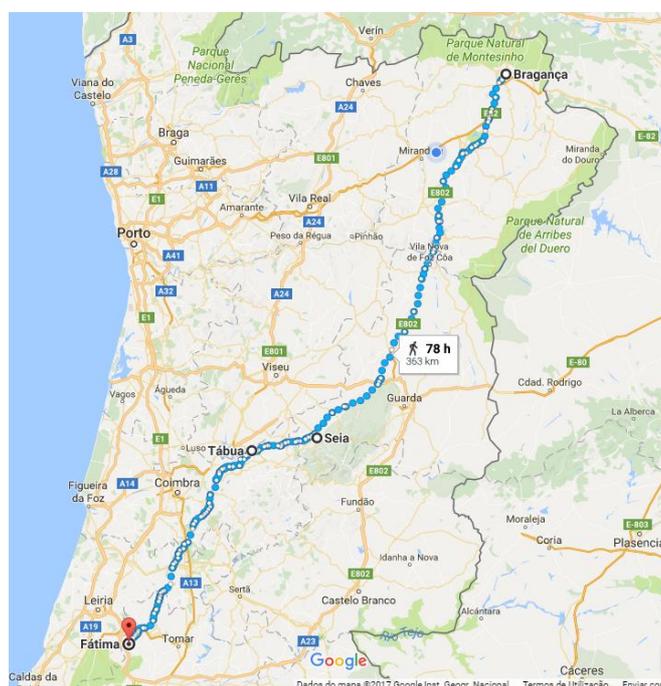


Figura 49. Bragança – Macedo de Cavaleiros – Torre de Moncorvo – Trancoso – Celorico da Beira – Seia – Tábua – Fátima: <https://goo.gl/maps/JN9SJEsc95P2>

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

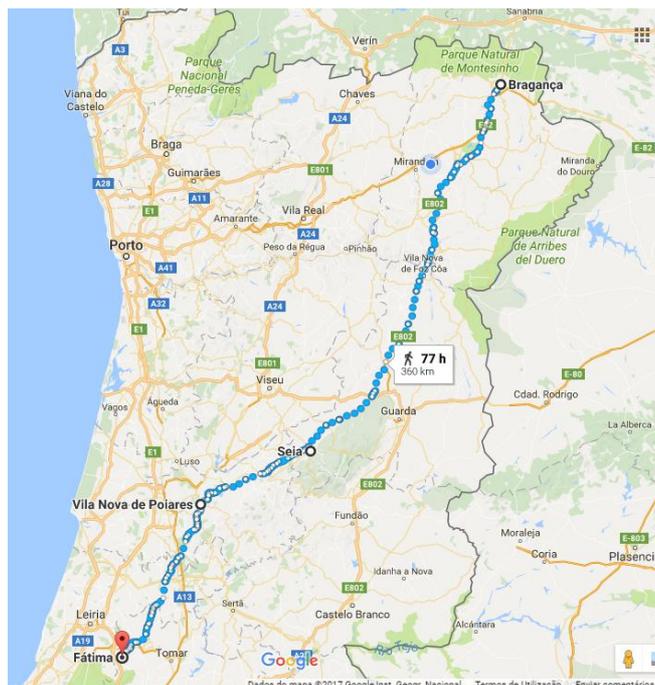


Figura 50. Bragança – Macedo de Cavaleiros – Torre de Moncorvo – Trancoso – Celorico da Beira – Seia – Vila Nova de Poiares – Fátima: <https://goo.gl/maps/XgCgNbUTKEU2>

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

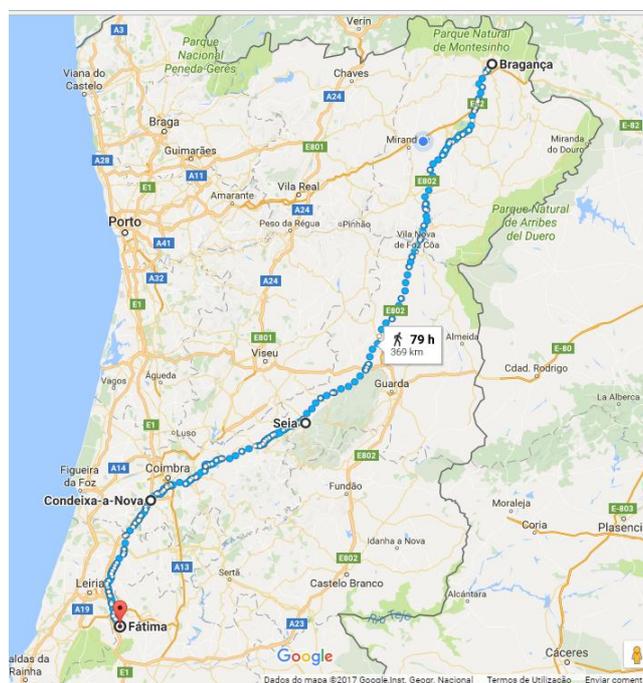


Figura 51. Bragança – Macedo de Cavaleiros – Torre de Moncorvo – Trancoso – Celorico da Beira – Seia – Condeixa-a-Nova – Fátima: <https://goo.gl/maps/gzGbijT5YKu>

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

Os ficheiros com as quatro ramificações de itinerário que são percorridos atualmente, foram transferidos para um *software* de SIG (os ficheiros em formato kml, do *Google Maps*, foram colocados e tratados no *software* QGIS), o que possibilitou “Visualizar o território tal como se o utilizador o sobrevoasse.” (Deville, Borges, Cravo & Lima, s.d., p. 123), isto é, teve-se acesso a uma visão integrada do território e conseqüentemente foi possível efetuar-se uma análise fundamentada, o que originou uma tomada de decisão concreta e coerente com os objetivos a atingir na concretização da proposta de traçado da Grande Rota. Assim, propõe-se que o traçado entre Bragança e Seia passe nos municípios de: Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Meda, Trancoso, Celorico da Beira e Gouveia, com uma extensão total de 210 km. A partir de Seia, o itinerário que se propõe segue pelos municípios de: Oliveira do Hospital, Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Ansião, Alvaiázere e Ourém, até chegar a Fátima, percorrendo 155 km, o que perfaz um total de 365 km. Após se definirem os pontos de passagem e/ou paragem, procedeu-se à digitalização do traçado entre esses mesmos locais, dando-se primazia aos caminhos de terra batida, sempre que possível paralelos e próximos das estradas alcatroadas que atualmente são utilizadas pelos peregrinos. Assim, pretende mitigar-se a insegurança dos mesmos, evitando-se situações perigosas como as que se identificam nas figuras 52 e 53.



Figuras 52 e 53. Peregrinos de Trás-os-Montes (Torre de Moncorvo).

Fonte: Betina Teixeira, 2017.

Na figura 54 apresenta-se o traçado da proposta de itinerário da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima, estando identificados os concelhos por onde esta irá passar.



Figura 54. Proposta de itinerário da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima:
https://qgiscloud.com/mmalgouveia/GR_MarianaTrasMontesCloud

Fonte: Entrevista a guias-peregrinos/peregrinos.

Até à localidade de Seia, os peregrinos que habitualmente se deslocam da Diocese de Bragança-Miranda, não irão encontrar um traçado muito diferente em relação àquele que percorrem atualmente, no entanto, a partir de Seia, optou-se por se seguir por Miranda do Corvo, pois este era o caminho mais curto para chegar ao Santuário de Fátima, situação que se compreende pelo facto de o itinerário vir a ser percorrido a pé. Esta opção tem por base a obtenção de informação proveniente de ferramentas de SIG que permitiram medir as distâncias dos quatro diferentes itinerários entre Seia e o Santuário de Fátima. Segundo Devile, Borges, Cravo & Lima, s.d., “os SIG assumem um papel cada vez maior no apoio à

tomada de decisão e no estudo da expressão espacial do turismo no território” (Devile, Borges, Cravo & Lima, s.d., p. 126).

Considerando que o itinerário que se propõe para a Grande Rota tem um total de cerca de 365 km e assumindo-se que, segundo a FCMP, o valor de referência para a realização de caminhadas é, em média, de 4,5 km/h, a Grande Rota pode efetuar-se num total de 81 horas, em dez dias, caminhando-se 36,5 km durante oito horas por dia.

Uma vez que a concretização material da Grande Rota seria uma mais-valia para peregrinos, turistas e os diferentes *stakeholder*, anteriormente mencionados, esta poderia ser empreendida com os esforços de todos. A definição do traçado que se propõe deu a conhecer que este atravessa um total de cinco distritos, 20 concelhos e 89 freguesias, que se encontram listadas na tabela 15.

Tabela 15. Proposta de Grande Rota.

Distrito	Concelho	Freguesia
Bragança	Bragança	Sendas
Bragança	Bragança	Salsas
Bragança	Bragança	Santa Comba de Rossas
Bragança	Bragança	Sortes
Bragança	Bragança	Mós
Bragança	Bragança	Rebordãos
Bragança	Bragança	Nogueira
Bragança	Bragança	Samil
Bragança	Bragança	Gostei
Bragança	Bragança	União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo
Bragança	Macedo de Cavaleiros	Vale da Porca
Bragança	Macedo de Cavaleiros	Salselas
Bragança	Macedo de Cavaleiros	União das freguesias de Bornes e Burga
Bragança	Macedo de Cavaleiros	Grijó
Bragança	Macedo de Cavaleiros	Vale Benfeito
Bragança	Macedo de Cavaleiros	União das freguesias de Castelãos e Vilar do Monte
Bragança	Mirandela	Caravelas
Bragança	Mirandela	União das freguesias de Freixeda e Vila Verde
Bragança	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo
Bragança	Torre de Moncorvo	Cabeça Boa
Bragança	Torre de Moncorvo	Horta da Vilariça
Bragança	Torre de Moncorvo	Açoreira
Bragança	Vila Flor	União das freguesias de Assares e Lodões
Bragança	Vila Flor	Sampaio
Bragança	Vila Flor	União das freguesias de Vila Flor e Nabo
Bragança	Vila Flor	Santa Comba da Vilariça

Distrito	Concelho	Freguesia
Bragança	Vila Flor	Benlhevai
Bragança	Vila Flor	Trindade
Coimbra	Arganil	Pombeiro da Beira
Coimbra	Arganil	Secarias
Coimbra	Arganil	União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz
Coimbra	Arganil	União das freguesias de Côja e Barril de Alva
Coimbra	Arganil	Arganil
Coimbra	Góis	Góis
Coimbra	Góis	Vila Nova do Ceira
Coimbra	Lousã	Gândaras
Coimbra	Lousã	União das freguesias de Lousã e Vilarinho
Coimbra	Lousã	Serpins
Coimbra	Miranda do Corvo	Miranda do Corvo
Coimbra	Oliveira do Hospital	União das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços
Coimbra	Oliveira do Hospital	União das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa
Coimbra	Oliveira do Hospital	União das freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira
Coimbra	Oliveira do Hospital	Avô
Coimbra	Oliveira do Hospital	Nogueira do Cravo
Coimbra	Penela	União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal
Coimbra	Penela	Podentes
Guarda	Celorico da Beira	Linhares
Guarda	Celorico da Beira	União das freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego
Guarda	Celorico da Beira	Forno Telheiro
Guarda	Celorico da Beira	Minhocal
Guarda	Celorico da Beira	Carrapichana
Guarda	Celorico da Beira	Mesquitela
Guarda	Celorico da Beira	União das freguesias de Cortiçô da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais
Guarda	Celorico da Beira	Casas do Soeiro
Guarda	Gouveia	União das freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó
Guarda	Gouveia	Nespereira
Guarda	Gouveia	Paços da Serra
Guarda	Gouveia	Gouveia
Guarda	Gouveia	Folgosinho
Guarda	Gouveia	São Paio
Guarda	Gouveia	União das freguesias de Melo e Nabais
Guarda	Gouveia	União das freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra
Guarda	Gouveia	Vila Cortês da Serra
Guarda	Meda	Barreira
Guarda	Meda	Rabaçal
Guarda	Meda	Coriscada

Distrito	Concelho	Freguesia
Guarda	Meda	Longroiva
Guarda	Seia	União das freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros
Guarda	Seia	Vila Nova à Coelheira
Guarda	Seia	União das freguesias de Santa Marinha e São Martinho
Guarda	Seia	União das freguesias de Torrozel e Folhadosa
Guarda	Trancoso	União das freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior
Guarda	Trancoso	Tamanhos
Guarda	Trancoso	União das freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia
Guarda	Trancoso	Cogula
Guarda	Trancoso	Cótimos
Guarda	Trancoso	União das freguesias de Freches e Torres
Guarda	Vila Nova de Foz Côa	Muxagata
Guarda	Vila Nova de Foz Côa	Chãs
Guarda	Vila Nova de Foz Côa	Vila Nova de Foz Côa
Leiria	Alvaiázere	Almoster
Leiria	Ansião	Ansião
Leiria	Ansião	Pousaflores
Santarém	Ourém	Caxarias
Santarém	Ourém	União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
Santarém	Ourém	União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
Santarém	Ourém	União das freguesias de Gondemaria e Olival
Santarém	Ourém	Fátima
Santarém	Ourém	Atouguia

Fonte: Proposta de itinerário para a Grande Rota.

Supondo-se que os 20 municípios se propunham concretizar a proposta da Grande Rota e, de acordo com informação fornecida pela empresa Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda. (especializada na implementação de percursos pedestres homologados), o custo de implementação de um percurso pedestre homologado tem um valor associado de cerca de 800,00€/km, então, cada município teria que investir o valor indicado na tabela 16, perfazendo um custo total de implementação da Grande Rota Mariana de Trás-os-Montes - Fátima, de 292.197,98€.

Tabela 16. Investimento para implementação.

Municípios	Número de Freguesias	Percentagem a investir	Valor a investir
Alvaiázere	1	1,71%	5.017,26€
Ansião	2	4,50%	13.156,53€
Arganil	5	5,91%	17.293,98€

Municípios	Número de Freguesias	Percentagem a investir	Valor a investir
Bragança	10	8,00%	23.384,19€
Celorico da Beira	8	6,37%	18.614,03€
Góis	2	1,94%	5.691,75€
Gouveia	9	5,52%	16.144,37€
Lousã	3	4,55%	13.308,13€
Macedo de Cavaleiros	6	8,10%	23.687,81€
Meda	4	6,89%	20.139,78€
Miranda do Corvo	1	2,63%	7.692,37€
Mirandela	2	0,55%	1.615,34€
Oliveira do Hospital	5	4,55%	13.321,84€
Ourém	6	9,71%	28.393,73€
Penela	2	3,10%	9.076,28€
Seia	4	5,31%	15.516,72€
Torre de Moncorvo	4	3,79%	11.097,54€
Trancoso	6	6,11%	17.876,00€
Vila Flor	6	6,34%	18.552,34€
Vila Nova de Foz Côa	3	4,31%	12.618,01€

Fonte: Proposta de itinerário para a Grande Rota.

Tal como a georreferenciação dos locais de passagem e/ou paragem, bem como o traçado da proposta de itinerário da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima, também a identificação dos distritos, concelhos e freguesias por onde esta se propõe passar, teve como base a utilização de ferramentas de geoprocessamento, que ao permitirem a sobreposição do traçado da Grande Rota com as áreas dos distritos, concelhos e freguesias de Portugal continental, se obtiveram ficheiros com as áreas intercetadas pela linha do traçado. E foi a partir desses ficheiros que se obteve a lista das áreas territoriais (freguesias, concelhos e distritos) a envolver na proposta de itinerário.

4.5.3 Proposta de Pequena Rota de ligação à Grande Rota

Tal como já foi referido, saem todos os anos da cidade de Mirandela, em maio, dezenas de peregrinos, a pé, que se deslocam em peregrinação até ao Santuário de Fátima. Muitos deles vão cumprir as suas promessas, outros vão pela aventura ou simplesmente para acompanhar familiares e amigos. Independentemente da sua motivação, o seu grande objetivo é conseguir chegar ao Santuário bem de saúde e em segurança.

Neste ponto apresenta-se a proposta de traçado da Pequena Rota que faz a ligação entre a cidade de Mirandela e a Grande Rota Mariana de Trás-os-Montes, uma vez que esta última não passa na sede deste concelho. Assim, a Pequena Rota, definida com os mesmos pressupostos e com as mesmas ferramentas de SIG que foram utilizadas para a elaboração da proposta de itinerário da Grande Rota, serve de exemplo para a elaboração das

Pequenas Rotas que vão ligar as sedes de concelho à Grande Rota, salientando-se o facto de que o traçado evita estradas alcatroadas sendo maioritariamente efetuado por caminhos de terra batida, melhorando, assim, as condições de segurança de quem a percorrer, tal como se pôde testar em saída efetuada ao terreno para confirmação dessa situação.

O traçado da Pequena Rota Mariana de Mirandela até à Grande Rota Mariana de Trás-os-Montes tem início na cidade de Mirandela, junto ao santuário mariano de Nossa Senhora do Amparo, padroeira desta cidade e termina na localidade de Trindade, concelho de Vila Flor. Os peregrinos que saem de Mirandela terão de percorrer um total de 21 km, pela Pequena Rota para chegar à Grande Rota, na localidade de Trindade, passando pelas aldeias de São Salvador e Freixeda (figura 55).

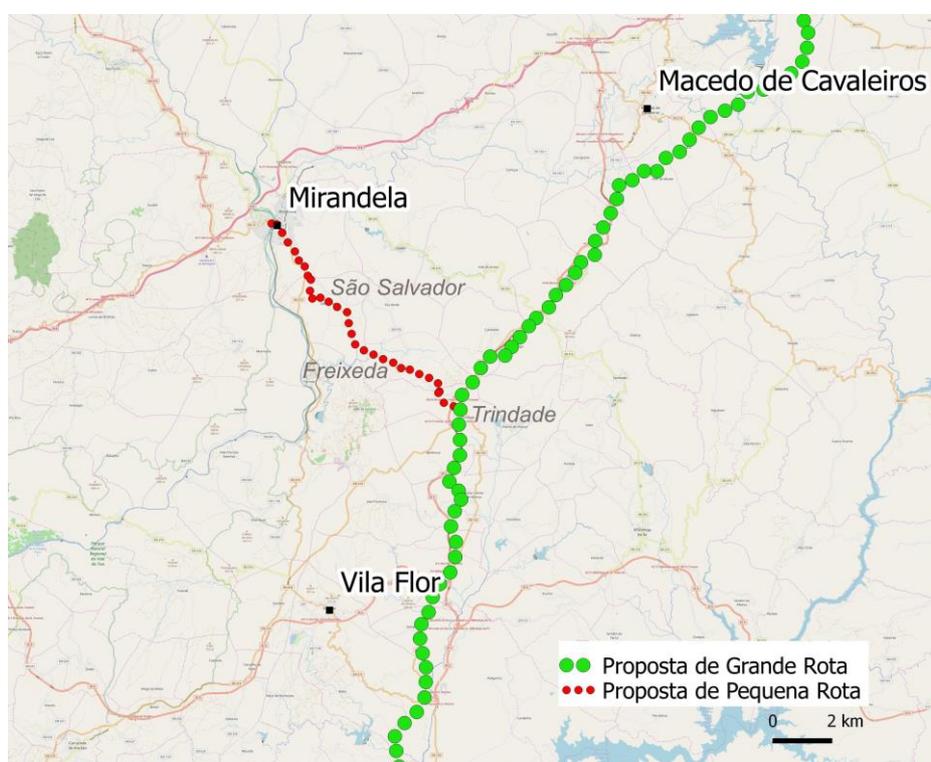


Figura 55. Proposta de Pequena Rota Mariana de Mirandela.

Fonte: OSM Mapnik, © OpenStreetMap contributors, CC-BY-SA, 2017.

Tal como foi referido, o custo de implementação de um percurso pedestre homologado tem um valor associado de cerca de 800,00€/km, assim sendo, o valor do investimento para implementação da Pequena Rota Mariana de Mirandela terá um custo de implementação de 16.800,00€. Somando o valor a investir na Pequena Rota com o valor de implementação do troço da Grande Rota que passa no município de Mirandela (0,55%), o investimento total do município de Mirandela seria de 18.415,34€.

Com a implementação da Pequena Rota Mariana de Mirandela, viria a aumentar-se a oferta da atual Rede Municipal de Percursos Pedestres constituída por cinco Pequenas Rotas,

que perfazem um total de 47,9 km, homologadas pela FCMP, sendo elas a PR1 MDL “Trilho do Tua”, a PR2 MDL “Trilho de Vale de Lobo”, a PR3 MDL “Trilho Entre Rios”, a PR4 MDL “Trilho do Vale do Tua” e a PR5 MDL “Trilho de Santa Catarina”.

4.5.4 Proposta de promoção da Grande Rota

Pretende-se que a Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima venha a afirmar-se como um produto de promoção turística de qualidade e que seja utilizada, sobretudo pelos peregrinos que todos os anos rumam de Trás-os-Montes ao Santuário de Fátima. Assim, é imprescindível que depois de implementada se faça uma divulgação eficaz que permita dar a conhecer a Rota ao público-alvo a quem se destina que são, maioritariamente, os peregrinos mas também os pedestrianistas nacionais e internacionais, que tenham motivações religiosas ou unicamente turísticas. A divulgação deverá ser efetuada pelos atores locais pois são eles que, em primeiro lugar, a devem conhecer e promover, “pois ninguém se identifica com algo que não conhece.” (Correia & Brito, 2010, p. 5).

A promoção da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima deve apostar numa estratégia de marketing capaz de atrair os segmentos que já estão consolidados, como é o caso dos atuais peregrinos e atrair um novo público-alvo. Para tal, será necessário definir: a quem comunicar?, o que comunicar? e como comunicar?.

A resposta à questão “a quem comunicar?”, deverá, segundo as estatísticas do Santuário de Fátima, ter em conta o mercado nacional e internacional: espanhol, francês, brasileiro, dinamarquês, italiano, polaco, inglês, holandês, alemão e americano.

Quanto à questão “o que comunicar?”, esta relaciona-se com o que o peregrino ou o turista poderá usufruir ao percorrer a Rota, não só da segurança, mas também do património cultural e natural que poderá contemplar.

No que concerne à questão “como comunicar?”, tal como refere a empresa Solvang Sistemas Informáticos, 2017, na sua página de internet, “Quem não está presente na Internet não existe”, logo, a divulgação e promoção da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima deverá passar, inevitavelmente, pela utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação, recorrendo-se à introdução de informação em páginas de internet destinadas à consulta em computadores fixos e portáteis, bem como à consulta via *iphone* ou *smartphone*, com o desenvolvimento de aplicações nos sistemas *IOS* e *Android*.

Assim, é importante criar-se uma página de internet com a descrição da Rota, o itinerário e os pontos de interesse em mapa com a possibilidade de poder ser descarregado nos formatos *kml* ou *gpx*. Deste modo, quem efetuar a caminhada com um GPS poderá estar sempre informado acerca do local onde se encontra, bem como acerca dos recursos disponíveis, confirmando-os com as marcas e a sinalética colocadas no terreno. Nessa

mesma página poderia ser incorporado um *websig*, isto é, uma aplicação SIG disponível na internet, a partir da qual, de forma interativa, se poderia ver o itinerário, bem como outra informação que o complementa (exemplo: alojamento e restauração) e sirva de base para a tomada de decisão aquando do planeamento da sua realização, pois os SIG constituem uma “ferramenta útil e eficaz no planeamento da atividade turística” (Sousa & Fernandes, 2007, p. 109). Para além de informação alfanumérica acerca de pontos de interesse, o *websig* também poderia ter associados “conteúdos multimédia e de carácter geográfico, histórico, cultural, etnográfico, entre outros” (*Idem*). O mesmo *websig* poderia, ainda, ter a possibilidade de ser utilizado pelos diferentes *stakeholder* que teriam permissões para atualizar a informação que pretendem disponibilizar. A título de exemplo pode referir-se que um gerente de um hotel pode utilizar a aplicação para atualizar as valências do seu empreendimento. Neste sentido, “Se o turista tiver um acesso fácil a esta diversidade de informação a partir da Internet (...) o leque de possibilidades é um convite a interagir mais de perto com a realidade da região que escolheu para o seu lazer.” (*Idem*).

Deverá, ainda, ser possível consultar-se a Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima através de um *wobook*, o que permitirá conhecê-la de forma agradável e atrativa. Será, ainda importante, que a mesma esteja referenciada nas redes sociais, tais como o *Facebook*, o *Instagram* ou o *Youtube*, uma vez que “a imagem é essencial para a promoção do Turismo” (Gonçalves & Cunha, s.d., p. 21), podendo aí colocar-se informação útil a todos interessados em percorrer a Rota, desde fotografias e comentários, bem como avisos sobre alguma situação de interdição de algum troço da mesma.

A comunicação deve ser feita pelos municípios por onde a Rota irá passar, bem como nas páginas oficiais do Santuário de Fátima, do Turismo de Portugal, das Dioceses e dos atores locais levando, ao longo do tempo, a um maior controlo por parte das entidades de modo a melhorarem a sua posição na promoção e comunicação da Grande Rota. A divulgação nas páginas de internet de referência, certamente que irá potenciar a sua divulgação e consequente utilização. Essas páginas de internet deverão ser apresentadas, pelo menos nas línguas inglesa, francesa, espanhola, alemã, italiana e polaca. Desta forma é possível chegar informação ao público internacional devoto de Nossa Senhora de Fátima, bem como àquele que apenas gosta de caminhar e de obter experiências agradáveis ao longo de percursos sinalizados e seguros. A promoção pode ainda ser feita através de folhetos promocionais disponíveis em feiras nacionais e internacionais de Turismo.

Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação

A atividade turística é uma área complexa emersa em várias dimensões: culturais, religiosas, socioeconómicas e políticas, devendo, por isso, ser responsabilmente gerida de modo a que não sejam comprometidos os valores do património cultural e natural de um destino. As Rotas são uma forma eficaz de planeamento turístico, apresentando critérios de organização e estratégias de gestão capazes de estabelecer a ponte entre o turismo e as comunidades. Além disso, estimulam a fruição de experiências e descobertas contextualizadas, gerando *outputs* económicos relevantes para os diferentes atores da cadeia de valor da atividade turística e para a promoção do território, ganhando expressão a figura do peregrino que se desloca a pé, contribuindo para a identidade territorial de Fátima “podendo mesmo considerar-se que «o que torna Fátima diferente da maioria dos grandes centros urbanos da Europa Ocidental é a forte tradição das peregrinações a pé»”. Jackowski e Kaszowski (citado em Santos, 2006, p. 568).

A presente dissertação destaca a importância da implementação de uma Grande Rota, sobretudo no que respeita à melhoria das condições de segurança dos peregrinos, não esquecendo as questões relacionadas com os interesses dos diferentes *stakeholder*. Tendo em conta que o peregrino é cada vez mais informado, exigente e individualista, torna-se essencial marcar pela diferença e oferecer serviços e produtos diferenciadores indo ao encontro das premissas do Governo Central, nomeadamente da Secretaria de Estado do Turismo em implementar os Caminhos de Fátima no litoral norte do país. Neste contexto, entende-se que a proposta da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima possa vir a ser implementada com o apoio das autoridades centrais e locais. Será também uma mais-valia que depois de implementada, a Rota venha a ser Declarada de Interesse para o Turismo de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 1/2002, de 3 de janeiro, adequando-se às exigências de qualidade crescentes dos peregrinos e às mudanças que ocorrem nos mercados. Como afirmou o Papa Francisco aquando da sua visita ao Santuário de Fátima, a 12 de maio de 2017, enquanto peregrino, “Se queremos ser cristãos devemos ser marianos”. Esta frase leva-nos a refletir sobre o que é hoje e o que poderá vir a ser a devoção a Maria em Portugal, na Europa e no Mundo. Neste sentido, estando a cidade de Bragança próxima de Espanha e do resto da Europa é expectável que se possa criar a Grande Rota Mariana Transeuropeia, promovendo-se, desta forma, o território nacional no que respeita a um destino de Turismo Religioso e, simultaneamente, cativar um público-alvo mais abrangente. Assim, a Grande Rota Mariana Transeuropeia poderia ligar o Santuário de Fátima a Trás-os-Montes, bem como a outros santuários marianos europeus, como por exemplo: Santuário de Nossa Senhora do Pilar, padroeira de Espanha, em

Saragoça; Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, em França; e terminar, por exemplo, no Vaticano.

Desta forma, a proposta de criação da Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima, reveste-se de grande importância, sobretudo porque permitirá responder à necessidade de melhoria substancial da segurança dos peregrinos que se dirigem ao Santuário de Fátima e, simultaneamente, pretende que venha a constituir-se como um produto turístico de qualidade, percorrida não só por peregrinos, mas também por pedestrianistas, sendo, por isso, necessário apostar-se na sua homologação, promoção e divulgação, contribuindo para o desenvolvimento do território e para a consolidação do Turismo Religioso em Portugal.

A utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação é a forma escolhida para a promoção da Grande Rota conjugando-se com outras formas de promoção, utilizando as agências de viagens, postos de informação turística, entre outros, revelando-se, ainda, importante a constituição de uma entidade ou organização que estabeleça o diálogo entre todos os intervenientes no processo, podendo ser uma forma de conjugar esforços e contribuir para o seu sucesso.

A visão integrada do território proporcionada pelas ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica revelaram ser de grande importância aquando da análise da informação para a tomada de decisão.

Como limitação a este estudo salienta-se o facto de não ter sido possível testar a Grande Rota Mariana no terreno, tal como foi possível efetuar-se para a Pequena Rota Mariana de Mirandela. Desta forma efetuou-se um traçado rigoroso do ponto de vista conceptual.

Futuramente, este trabalho pode ser complementado com o estudo do perfil do peregrino de Fátima e implementação no terreno da proposta da Grande Rota Mariana de Trás-os-Montes - Fátima tornando-a num produto homologado e de excelência e *quiçá* ser declarado como Itinerário Cultural Europeu e Património Mundial da Humanidade.

Lista de Referências: Bibliografia

Aguiã, S., Saint-Laurent, T. (1996). *A Imaculada Conceição, Padroeira e Rainha de Portugal e de todos os povos de língua portuguesa*. Porto: Livraria Civilizações Editora.

Ambrósio, V. (2009). Turismo religioso – construção de itinerários. *Exedra*, n.º temático – Turismo, 33-50.

Alencão, A., Rosa, E., Moreira, H., Santos, J. & Gabriel, R. (2010). *Pedestrianismo, Uma abordagem multidisciplinar: ambiente, aptidão física e saúde*. Vila Real: UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Almeida, S. (2013). *Turismo Religioso – Estudo de Mercado e Comunicação* (Título de Especialista). Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão.

André, A., Capelo, S. (2017). *Peregrinos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Aragão, I., Macedo, J. (2011). Turismo religioso, património e festa: Nosso Senhor dos Passos na Cidade Sergipana de São Cristóvão. *Caderno Virtual de Turismo*, 3(11), 399-414.

Bogdan, R., Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Brandão, B. (2012). *Avaliação da qualidade dos percursos pedestres homologados em Portugal* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Câmara Municipal de Mirandela. (2008). *Atlas dos Riscos Naturais e Tecnológicos - Município de Mirandela, Município de Macedo de Cavaleiros, Município de Bragança*. Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela.

Cánoves, G. (2006). Turismo Religioso en Montserrat: Montaña de Fe, Montaña de Turismo. *Cuadernos de Turismo*, 18, 63-76.

Cánoves, G. (2011). Turismo Religioso En España: ¿La Gallina De Los Huevos De Oro? Una Vieja Tradición, Versus Un Turismo Emergente. *Cuadernos de Turismo*, 27(2011), 115-131.

Carvalho, A. (2011). O Santuário De Nossa Senhora Dos Remédios: Devoção ou Turismo?. *17.º Congresso da APDR. 5.º Congresso de Gestão da Natureza. Congresso Nacional da APDR/AEGR. Gestão de Bens Comuns e Desenvolvimento Regional Sustentável*. 612-615.

Carvalho, A. (2013). *Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego* (Tese de Doutoramento). Vila Real: UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Carvalho, A., Teixeira, B., Gouveia, M. (2015). Touristic and religious itineraries in Mirandela. 8.ª Edição do *Congresso Internacional de Turismo – ITC'15*. Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM) do Instituto Politécnico de Leiria, Peniche.

Carvalho, P. (2010). Pedestrianismo e percursos pedestres. *Cadernos de Geografia*, 28/29(2009/10). 193-204.

Correia, R., Brito, C. (2010). O Marketing e o Desenvolvimento Turístico: O Caso de Montalegre. *FEP Working Papers – Research Work in Progress*, 376, 1-22.

Coutinho, A. (2011). *Metodologia da Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.

Carvalho, J. (2016). *Guia Espiritual de Fátima*. Estoril: PRIMEBOOKS.

Clérigo, B., Albano, L., Cardoso, P. (2012). *Rota do Peregrino de Fátima*. Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

Compilação de Kondor, L. (2007). *Memórias da Irmã Lúcia I*. Fátima: Imprimatur.

Costa, A. (1957). *A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média*. Centro de Estudos de História Eclesiástica. Lisboa: Lusitania Sacra.

Cuiça, P. (2015). *Passo a Passo, Manual de Caminhadas e Trekking*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Cunha, A. (2006). Brevíssima História da Peregrinação Jacobea em Portugal. *Congresso Internazionale tenuto a Fondo*.

Deville, E., Borges, M., Cravo, P., Lima, S. (s.d.). *Os Sistemas de Informação Geográfica no Planeamento de Itinerários Turísticos*, 120-126.

Diário da República n.º 2/2002, Série I-B de 2002-01-03. Decreto Regulamentar n.º 1/2002, de 3 de janeiro.

Diário da República n.º 269/2004, Série I-A de 2004-11-16. Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004, de 16 de novembro.

Dias, G. 1987. A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. *Revista da Faculdade de Letras*, 04(II), 227-253.

Dias, I. (2010). *Turismo Cultural e Religioso no Distrito de Coimbra: Mosteiros e Conventos: Viagem entre o Sagrado e Profano* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Diocese de Bragança-Miranda, Decreto n.º14/2012 – As Unidades Pastorais na Diocese de Bragança-Miranda.

Diocese de Bragança-Miranda. (2016). *Ano mariano, 2016/2017, a Alegria de EVANGELIZAR COMO MARIA*. Bragança: Diocese de Bragança-Miranda.

Duarte, M. (2014). *Caminhos Marianos, Portugal: Caminhos da Fé*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja/Turismo de Portugal, IP.

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. (2006). *Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres*.

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. (2007). *Manual de Monitores de Pedestrianismo*. Lisboa: Campo Base – Edições de Ar Livre e Ambiente, Lda.

Feio, R. (2012). *Roteiro do Culto Mariano em Terras de Bragança e Zamora*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

Fernández, A. (2012). La Virgen de Talpa: Religiosidad, turismo y sociedad. *Política y Cultura*, 38.

Ferraz, L. (2012). *As Aparições e o seu impacto local (1917-1927)* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

Fortuna, C., Ferreira, C. (1993). Estradas e Santuários: Percurso sócio-religioso e motivações dos peregrinos-caminhantes a Fátima. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 36, 55-79.

Gabriel, R. (2005). *Pedestrianismo e Promoção da Saúde, Estudo de Percursos Pedestres na Região do Douro Património Mundial*. Vila Real: UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Garrett, A. (1963). *Romanceiro Cantiga Segundo*. In *Obras Completas*, v. 2. Porto: Lello & Irmão.

Gómez, J. Quijano, C. (1992). *Rutas e Itinerarios turísticos en España*. Madrid: Editorial Síntesis.

Gonçalves, M., Cunha, P. (s.d.). *Itinerários e Planeamento Turístico. A procura pela autenticidade – o caso de Boticas na região Barrosã.*

Gouveia, M. (2005). *Perigo de Incêndio Florestal no Concelho de Mirandela* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Hall, C., Page, S. (1999). *The Geography of Tourism and Recreation: environment, place and space*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Hill, A., Hill, M. (2002). *Investigação por questionário* (2ª edição). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Hilário, M. (2013). *Projeto de Criação da “Rota do Granito” no âmbito da Liga dos Amigos de Alpedrinha* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão.

Leite, F. (1992). *Jacinta de Fátima, A Pastorinha de Nossa Senhora*. Fátima: Imprimatur.

Mendes, A. (2009). *Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

Mack, N., Woodsong, C., MacQueen, K., Guest, G., Namey, E. (2005). *Qualitative Research Methods: a data collector's field guide*. Carolina do Norte: Family Health International.

Marks, R. (2004). *Image and Devotion medieval*. England: The History Press, Ltd.

Nolan, M., Nolan, S. (1992). *Location and environment shines as Holy places, Christian Pilgrimage in Modern Western Europe*. Carolina do Norte.

Nunes, J. (2014). *Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais: a componente dos percursos pedestres* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Ostrowski, M., (2002). Exposición sobre las diferencias conceptuales que definen los términos peregrinación y turismo religioso. *III Congreso Europeo de Santuarios y Peregrinajes*. Catalunha.

Pasquale, H. (1967). *Eu vi nascer Fátima*. Porto: Edições Salesianas.

Paula, J., Bastos, L. (2002). Fotointerpretação aplicada na otimização de rotas turísticas. *XII Simpósio Latinoamericano de Percepcion Remota*.

Parafita, A. (2006). *A Mitologia dos Mouros, Lendas - Mitos - Serpentes – Tesouros*. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro.

Parellada, J. (2009). El Turismo Religioso. Sus Perfiles. *Conferencia Episcopal Española, Jornadas de Delegados de Pastoral de Turismo*. 1-27.

Penteado, P. (1992): Os arquivos dos Santuários Marianos portugueses: Nossa Senhora de Nazaré (1608 - 1875). *Cadernos BAD*, 2(1992), 171-187.

Pedro, F., Caetano, J., Chistiani, K., Rasquilha, L. (2007). *Gestão de Eventos* (2ª edição). Quimera Editores, Lda.

Perilla, S., Tobon, N. (2013). Turismo Religioso: Fenómeno Social Y Económico. *Anuario Turismo y Sociedad*, XIV, 237-249.

Portugal. Assembleia da República. (2005). *Constituição da República Portuguesa, Sétima Revisão Constitucional*. Lisboa: Assembleia da República.

Prazeres, J., (2014). *Turismo Religioso: Fátima no Contexto dos Santuários Marianos Europeus* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais.

Prazeres, J., Carvalho, A. (2015). Turismo Religioso: Fátima no Contexto dos Santuários Marianos Europeus. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 5(13), 1145-1170.

Quivy, R., Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramírez, J., (2011). Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerários culturais. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 2(9), 225-236.

Reis, B. (2001). Fátima: a recepção nos diários católicos (1917-1930). *Análise Social*, XXXVI(158-159), 249-299.

Sales, E. (1983). *Mirandela – Apontamentos Históricos* (2.^a Edição), volumes I e II. Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela.

Santos, M. (2006). *Espiritualidade, Turismo e Território. Estudo geográfico de Fátima*. Estoril: Príncipia Editora, Lda.

Santos, M. (1999). Turismo Religioso e Conhecimento Geográfico. *Dos Algarves*, 4, 14-17.

Sarasa, J. e Espejo, C. (2006). Interacción mito religioso / Producto turístico en la omagen de la ciudad: Caravaca de la Cruz (Murcia). *Cuadernos de Turismo*, 18, 7-61.

Serallonga, S., Hakobian, K. (2011). Turismo Religioso y Espacios Sagrados: Una Propuesta para los Santuarios de Catalunya. *Revista Iberoamericana de Turismo* (1)1, 63-82.

Silva, J. (2004). Caminhos de Santiago: uma Europa peregrina. *Theologica*, 2.^a Série, 39(2), 331-357.

Silva, J. (2011). O Turismo Religioso no Noroeste de Portugal: contributo para a compreensão do papel dos santuários no desenvolvimento do território (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, J. (2012). Turismo Religioso no Noroeste de Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 17/18, 1309-1324.

Silveira, E. (2007). Turismo Religioso no Brasil: uma perspetiva local e global. *Turismo em Análise*, 1(18), 33-51.

Sousa, P., Fernandes, S. (2007). *Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica no Turismo*. Finisterra, XLII(84), 105-118.

Sousa, A., Pinheiro, C. (2014). O Papel do Turismo Religioso nos Territórios - Caso de Lamego (Portugal). *Turydes*. (17)7.

Soares, A. (1996). *Cantemos Todos, Antologia de Cânticos para Celebrações Litúrgicas* (12ª edição). Cucujães: Editorial Missões.

Tovar, Z. (2010). Pedestrianismo, Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Teixeira, B., Barbedo, I. (2014). *Proposta de dinamização do geoturismo no concelho de Mirandela* (Projeto de fim de Curso). Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Comunicação Administração e Turismo, Mirandela

Torre, M., Fernández, E., Naranjo, L. (2010). Turismo Religioso: Estudio del Camino de Santiago. *Gestión Turística*, 13, 9-37.

Trigueiros, A. (2014). A Conceição: Moeda, Medalha e Venera da Padroeira de Portugal. *NVMMVS*, 2ª S., XXXVII, 43-95.

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. (2015). Festas e Romarias, Norte de Portugal. Viana do Castelo: Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. (2015). Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal - Horizonte 2015-2020. Viana do Castelo: Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Vieira, J. (2000). Turismo religioso. *Revista de Humanidades e Tecnologias*. 125-135.

Vilas Boas, N. (2012). *A Pastoral do Turismo, Da peregrinação ao Santuário* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Braga.

Lista de referências: Fontes cartográficas

Bing Satellite, 2017.

Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), Direção-Geral do Território, 2016.

Google Maps, <https://goo.gl/maps/5nJASx5nhEA2>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/77AouG8ZbFz>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/aoeTGXf1Yv>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/EbSHZYVurmt>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/FBwgCuZ35jx>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/gzGbjT5YKu>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/HrdrHxzjMzK2>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/JN9SJEsc95P2>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/KKVcDmSgHuP2>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/VCbuihU5Tg52>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/XgCgNbUTKEU2>

Google Maps, <https://goo.gl/maps/zFzRwpxEF6Q2>

QGIS Cloud, https://qgiscloud.com/mmalgouveia/GR_MarianaTrasMontesCloud

OSM Mapnik, © OpenStreetMap contributors, CC-BY-SA, 2017.

Lista de Referências: Webgrafia

Anuário Católico. Acedido em: http://www.anuariocatolicoportugal.net/lista_estatisticas.asp

Associação de Amigos dos Caminhos de Fátima. Acedido em: <http://www.caminho.com.pt/>

Câmara Municipal de Mirandela. Acedido em: <http://www.cm-mirandela.pt/>

Centro Nacional de Cultura (CNC). Acedido em: <http://www.cnc.pt>

Conferencia Episcopal Española. Acedido em: <http://www.conferenciaepiscopal.es>

Diocese de Bragança-Miranda. Acedido em: <http://diocesebm.pt/>

Diocese Leiria-Fátima. Acedido em:

http://www.leiriafatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9683:santuario-de-fatima-acolhe-apresentacao-do-projeto-caminhos-de-fatima&catid=79&Itemid=671

Eclesia. Acedido em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/intro/>

European Ramblers Association (ERA). Acedido em: <http://www.era-ewv-ferp.com>

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP). Acedido em:

www.fcportugal.com

História de Portugal, O Guia Online da História de Portugal. Acedido em:

<http://www.historiadeportugal.info/imaculada-conceicao/>

Instituto Nacional de estatística (INE). Acedido em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

Direção-Geral do Património Cultural. Acedido em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>

NORDESTIN`. Acedido em: <http://www.trynordest.in/>

Pastoral do Turismo Bragança-Miranda. Acedido em: <http://ptbm.pt/>

Portugal 2020. Acedido em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/centro-2020-apoia-o-relancamento-dos-caminhos-de-fatima>

Publituris. Acedido em: <http://www.publituris.pt/tag/turismo-religioso/>

Revista TURYDES. Acedido em: www.eumed.net/rev/turydes/

Revista Iberoamericana de Turismo (RITUR). Acedido em:

<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>

Rota do Peregrino. Acedido em: <http://www.rotadoperegrino.com>

Santuário de Fátima. Acedido em: <http://www.fatima.pt>

Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura. Acedido em: <http://www.snpcultura.org/>

Solvang Sistemas Informáticos. Acedido em: <http://solvang.pt/desenvolvimento-websites/>

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Acedido em: www.monumentos.pt

Visit Portugal - Rota dos Santuários Marianos. Acedido em:

<https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/73847>

Apêndice 1: Guião de entrevista

Ex.mo(a) Senhor(a),

A presente entrevista insere-se no âmbito do Projeto de Mestrado em Marketing Turístico, em curso na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, do Instituto Politécnico de Bragança, subordinado ao tema: “Grande Rota Mariana Trás-os-Montes - Fátima”, e tem como objetivo propor um itinerário mais seguro do que o trajeto efetuado atualmente.

A sua colaboração é importante para a concretização dos objetivos do estudo, cujos resultados, pensamos, poderão contribuir para um melhor conhecimento do perfil dos peregrinos e do caminho percorrido.

Os dados recolhidos são absolutamente confidenciais e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado.

Assegura-se o anonimato das respostas.

Caso tenha alguma dúvida, relativamente a este inquérito, contacte, por favor, acarvalho@ipb.pt

GUIÃO DE ENTREVISTA

PRIMEIRA PARTE

Caracterização sociodemográfica do guia/peregrino

1. **Nome:** _____

2. **Género:**

Feminino	<input type="checkbox"/>	Masculino	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------	--------------------------

3. **Idade:** _____ anos

4. **Estado civil:**

Solteiro	<input type="checkbox"/>	Viúvo	<input type="checkbox"/>
Casado	<input type="checkbox"/>	Divorciado	<input type="checkbox"/>
Separado mas ainda legalmente casado	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

5. **Nível de instrução:**

Nenhum	<input type="checkbox"/>	Ensino Secundário	<input type="checkbox"/>
Ensino básico 1.º ciclo	<input type="checkbox"/>	Ensino pós-secundário	<input type="checkbox"/>
Ensino básico 2.º ciclo	<input type="checkbox"/>	Ensino Superior	<input type="checkbox"/>
Ensino básico 3.º ciclo	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

6. **Profissão:** _____

7. **Local de residência:** _____

8. **Há quantos anos faz esta peregrinação?**

9. **É a pessoa que conduz o grupo?**

10. **Qual/quais as motivações?**

11. Qual o espírito do peregrino?

SEGUNDA PARTE
Caracterização da peregrinação

12. Em que dia/hora iniciam a peregrinação?
13. Onde iniciam a peregrinação?
14. Em que dia chegam ao Santuário de Fátima?
15. Quantos peregrinos costumam ir no grupo? Qual a origem (localidade) dos elementos do grupo?
16. Qual o valor gasto/pessoa?
17. Durante o percurso encontram muitos peregrinos?
18. Levam colete refletor para que sejam bem visíveis?
19. Caminham sempre pela esquerda obedecendo às regras de segurança?
20. Levam viatura de apoio?
21. A caminhada é muito difícil? O que costumam levar (alimentação, vestuário, calçado)?
22. Tem conhecimento de outros grupos que saem desta localidade?

TERCEIRA PARTE
Caracterização do itinerário (tipo de piso, segurança)

23. O traçado que fazem é por trilhos de terra batida ou por estrada alcatroada?
24. Quantas horas e quantos quilómetros caminham diariamente?
25. Qual o itinerário que costumam percorrer?
26. Sentem que o traçado é seguro?
27. Acham pertinente haver um traçado que seja mais seguro?
28. No que diz respeito à segurança, acha importante que as entidades como por exemplo, os municípios, o Santuário de Fátima e o Estado Português, entre outras, prestem um pouco mais de atenção aos grupos de peregrinos oriundos da região de Trás-os-Montes, mais concretamente da Diocese Bragança-Miranda?

Data: ___/___/2017